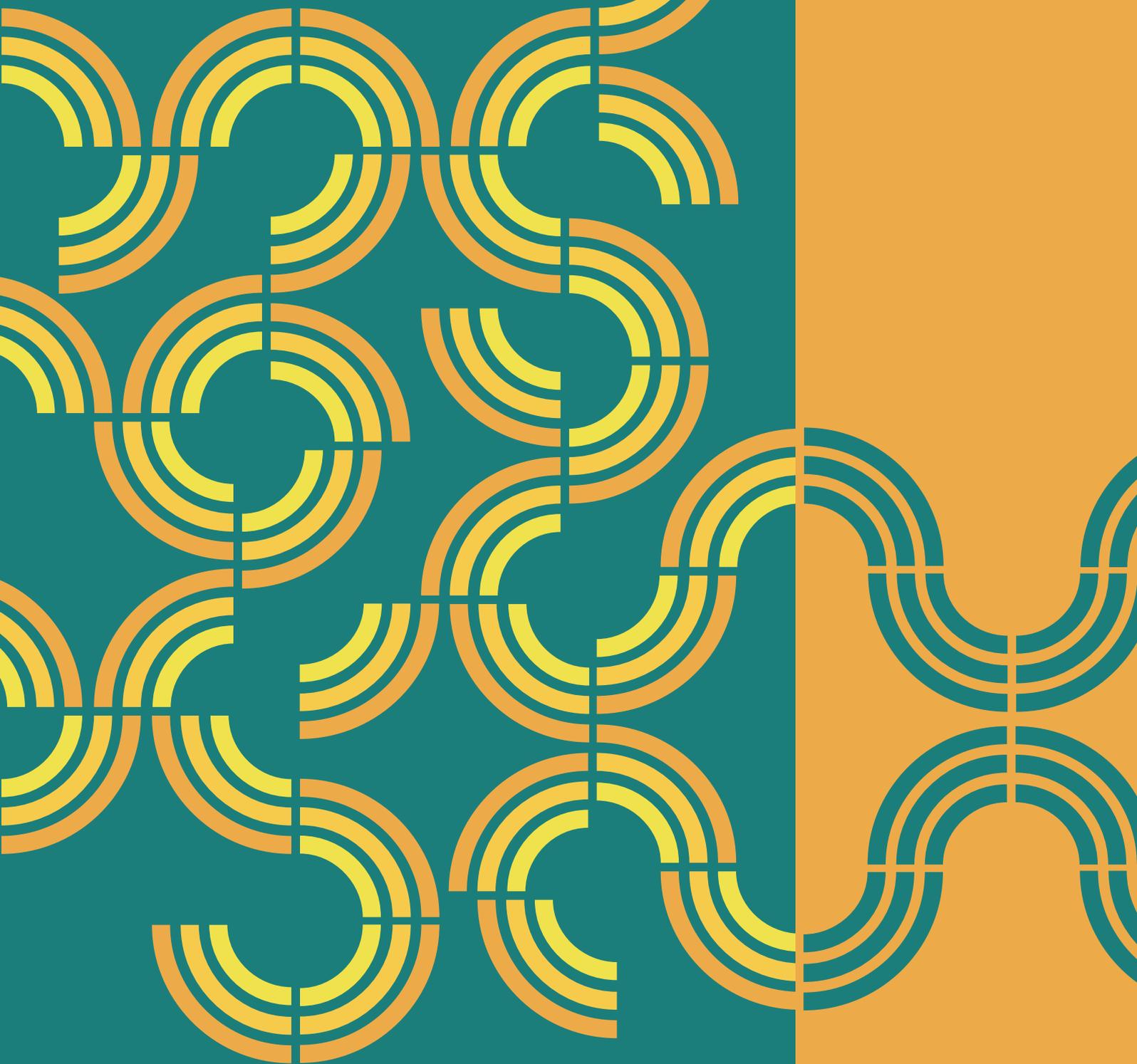


**RELATÓRIO DO 3º CICLO
DE MONITORAMENTO
DAS METAS DO
PLANO NACIONAL
DE EDUCAÇÃO
2020**

**SUMÁRIO
EXECUTIVO**



República Federativa do Brasil

Ministério da Educação | **MEC**

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas
Educacionais Anísio Teixeira | **Inep**

Diretoria de Estudos Educacionais | **Dired**



.....

SUMÁRIO EXECUTIVO

.....

Brasília-DF
Inep/MEC
2020



Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)
É permitida a reprodução total ou parcial desta publicação, desde que citada a fonte.

DIRETORIA DE ESTUDOS EDUCACIONAIS (DIRED)

COORDENAÇÃO GERAL DE INSTRUMENTOS E MEDIDAS EDUCACIONAIS (CGIME)

EQUIPE TÉCNICA DE PRODUÇÃO DOS TEXTOS:

Adolfo Samuel de Oliveira
Adriano Souza Senkevics
Alexandre Ramos de Azevedo
Alvana Maria Bof
Ana Elizabeth Maia de Albuquerque
Armando Amorim Simões
Bolívar Alves Oliveira
Edna Alessandra Pereira
Fabiana de Assis Alves

Gabriela Thamara de Freitas Barros
Gustavo Henrique Moraes
Marcelo Lopes de Souza
Marcio Alexandre Barbosa Lima
Priscila Pereira Santos
Robson dos Santos
Susiane de Santana Moreira Oliveira da Silva
Ticiane Bombassaro Marassi

COORDENAÇÃO DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES (COEP)

PROJETO GRÁFICO
Raphael Caron Freitas

DIAGRAMAÇÃO E ARTE-FINAL
José Miguel Santos

REVISÃO LINGUÍSTICA
Josiane Cristina da Costa Silva
Luciana De Camillis Postiglioni
Thaiza de Carvalho dos Santos

REVISÃO GRÁFICA
Carla Nascimento
Janaína da Costa Santos
Louise Moraes
Valéria Maria Borges

NORMALIZAÇÃO
Aline do Nascimento Pereira
Clarice Rodrigues da Costa
Nathany Brito Rodrigues

Esta publicação deverá ser citada da seguinte forma:

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Relatório do 3º ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação – 2020*: sumário executivo. Brasília, 2020.



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	4
INTRODUÇÃO.....	5
QUADRO RESUMO DOS INDICADORES DO PNE	12
NOTAS METODOLÓGICAS.....	17
META 1	19
META 2	22
META 3	25
META 4.....	28
META 5	33
META 6.....	38
META 7	41
META 8.....	45
META 9	49
META 10.....	52
META 11.....	54
META 12.....	58
META 13.....	62
META 14	65
META 15.....	68
META 16.....	71
META 17.....	74
META 18.....	77
META 19.....	83
META 20.....	92





APRESENTAÇÃO

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) apresenta o *Relatório do 3º ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação (PNE) – 2020*, exercendo, assim, a sua atribuição de publicar, a cada dois anos, estudos para aferir a evolução do cumprimento das metas estabelecidas no PNE, conforme determina a Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.

O Relatório compõe o conjunto de publicações específicas do monitoramento do Plano: *PNE 2014-2024: Linha de Base; Relatório do 1º ciclo de monitoramento das metas do PNE: biênio 2014-2016; e Relatório do 2º ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação – 2018*.

Além dessas, o Inep, por meio de sua Diretoria de Estudos Educacionais (Dired), publica outras linhas editoriais com estudos e pesquisas que versam sobre o campo das metas do PNE, tais como: *Cadernos de estudos e pesquisas em políticas educacionais (vol. 1); Cadernos de estudos e pesquisas em políticas educacionais – 5 anos de Plano Nacional de Educação (vol. 2); Cadernos de estudos e pesquisas em políticas educacionais – Pesquisa em educação e transformação (vol. 3); e a série PNE em Movimento (nº 1 ao nº 6)*.

Este Relatório, incorporado como uma das metas institucionais do Inep, mobiliza servidores e colaboradores do Instituto – pesquisadores, editores, diagramadores, revisores, técnicos de informação – coordenados pela Dired, que participa, com seus estudos e pesquisas, dos esforços de articulação com o Fórum Nacional de Educação (FNE), o Conselho Nacional de Educação (CNE), o Ministério da Educação (MEC), a Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal, as instituições definidas para o monitoramento do Plano.

Com a disponibilização dos resultados deste Relatório, o Inep espera fortalecer a missão de constituir referenciais de qualidade para toda a educação brasileira.

Alexandre Ribeiro Pereira Lopes
Presidente do Inep



INTRODUÇÃO

O monitoramento da execução e do cumprimento das metas do Plano Nacional de Educação (PNE) está previsto na Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que instituiu o PNE. O artigo 5º da Lei distribuiu a realização do monitoramento por cinco diferentes instâncias: Ministério da Educação (MEC); Comissão de Educação da Câmara dos Deputados; Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal; Conselho Nacional de Educação (CNE); e Fórum Nacional de Educação. Ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) destinou a competência de realizar e publicar, a cada dois anos, estudos para aferir a evolução do cumprimento das 20 metas que conformam o texto do PNE.

O Inep, por meio da sua Diretoria de Estudos Educacionais (Dired), responsivo à missão que lhe foi confiada, traz a público o *Relatório do 3º ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação – 2020*, com a evolução das 20 metas educacionais. Trata-se de um esforço coletivo e coordenado de seus pesquisadores que, articulados com as principais bases de dados nacionais¹ e com um conjunto estratégico de atores da arena educacional brasileira, criaram uma sinergia capaz de produzir algo raro no campo: a continuidade. Continuidade de referenciais para as políticas públicas educacionais.

Os referenciais qualitativos e quantitativos dispostos no PNE nortearam os gestores educacionais em todas as esferas de governo (federal, estadual e municipal), as secretarias de educação, os conselhos de educação, as escolas, as universidades, os institutos federais, os órgãos de controle e a sociedade em geral. Uma continuidade posta à prova.

O PNE apresentou capacidade suficiente para garantir seu prosseguimento como referencial para as políticas educacionais mesmo em duas transições de governo.

É fato que o Brasil ainda não alcançou uma articulação robusta em torno de um regime de colaboração entre União, estados e respectivos municípios, por meio de ações coordenadas e integradas dos poderes públicos dessas diferentes esferas federativas, que conduza a esforços compartilhados para assegurar o acesso, a permanência, de forma integral e universal, e a efetividade dos sistemas educacionais. É um processo em curso. Porém, reconhecidamente, há uma convergência de atores em torno do PNE, que lhe confere sustentabilidade, continuidade e reconhecimento da imprescindibilidade do alcance das metas e da implementação de suas estratégias. Citar todos os técnicos, especialistas, gestores, educadores, pesquisadores e representantes de entidades governamentais e não governamentais envolvidos no monitoramento do PNE talvez não fosse condizente com os marcos de uma introdução. Entretanto, essa

¹ Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad-c), Pesquisa de Informações Básicas Estaduais (Estadic), Pesquisa de Informações Básicas Municipais (Munic) e Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Censo Escolar da Educação Básica e Censo da Educação Superior, Sistema Nacional de Educação Básica (Saeb), Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) do Inep; Sistema de Informações Georreferenciadas da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (GeoCapes); Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi) do Tesouro Gerencial (STN); Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (Siope) do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE); Finanças do Brasil (Finbra) do STN; Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) das Secretarias de Estado da Fazenda: Alagoas, Distrito Federal, Minas Gerais, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte; Relatórios de Acompanhamento da Gratuidade (Senai, Senac, Sesi, Sesc); Demonstrativo dos Gastos Tributários Bases Efetivas da Receita Federal Brasileira; Terceiro Orçamento de Subsídios da União: Relatório de Benefícios Tributários, Financeiros e Creditícios de 2003 a 2018 da Secap.

articulação promoveu a continuidade dos referenciais para a política da educação, proporcionou travessia em transições de governo, e é admissível afirmar que o PNE se conformou como política de Estado.

Política que (re)afirma em suas diretrizes o imperativo da erradicação do analfabetismo; da universalização do atendimento escolar; da superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação; da melhoria da qualidade da educação; da formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade; da promoção do princípio da gestão democrática da educação pública; da promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País; da aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto (PIB), que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade; da valorização dos profissionais da educação; e da promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

O PNE, por ser uma política para transição de longo prazo (dez anos), se desenvolve em uma combinação tensa, em que o presente pode comprometer o futuro – estreitamente dependente dos resultados atuais. Nesta introdução, apresentam-se alguns dos principais resultados do *Relatório do 3º ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação – 2020*, buscando apontar conquistas, limites e desafios que se colocam para a educação brasileira.

O acesso à educação básica vem avançando ao longo do período de vigência do PNE 2014-2024, seguindo a tendência histórica do Brasil de ampliação gradual e contínua. Contribuem para isso, de um lado, o esforço dos sistemas de ensino municipais e estaduais na ampliação da oferta de vagas em suas áreas de competência prioritárias, favorecido a partir da criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) e posteriormente do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb); de outro, a tendência demográfica de redução da população em idade escolar, observada ao longo dos últimos anos na faixa etária de 0 a 17 anos, o que faz acelerar a cobertura escolar e pré-escolar, incluindo o atendimento em creche. Contudo, muitos desafios ainda precisam ser enfrentados para que as metas de ampliação e universalização do acesso às diversas etapas da educação básica previstas no PNE sejam alcançadas.

Na educação infantil, a cobertura chegou, em 2018, a 36% das crianças de 0 a 3 anos. É preciso incluir ainda cerca de 1,5 milhão de crianças em creche, grande parte delas oriundas de famílias de baixa renda, onde se concentra o maior contingente de crianças não atendidas. O atendimento prioritário pelos municípios às crianças das famílias mais pobres é necessário para reduzir a desigualdade no acesso à creche no Brasil entre os 20% mais pobres e os 20% mais ricos a um patamar não superior a 10 pontos percentuais (p.p.), como preconiza a Estratégia 1.2 do PNE. Essa desigualdade, em 2018, é de cerca de 25 p.p. A análise tendencial da cobertura de 0 a 3 anos sugere que, até 2024, o Brasil não deve ultrapassar o índice de 45% de cobertura de 0 a 3 anos, ficando aquém do que estabelece a Meta 1 do PNE.

Para a faixa etária de 4 a 5 anos, de matrícula obrigatória, a meta de universalização, prevista para 2016, ainda não foi alcançada. Em 2018, apesar de a cobertura ter chegado a 94%, é necessário incluir cerca de 330 mil crianças na pré-escola para se atingir a universalização. Todavia, há uma clara tendência de redução das desigualdades de acesso nessa faixa etária.

A cobertura no ensino fundamental de nove anos chegou, em 2019, a 98% das crianças e adolescentes de 6 a 14 anos na escola, tendo praticamente sido universalizada e com desigualdades praticamente inexistentes entre regiões e grupos sociais. O maior desafio reside

na conclusão do ensino fundamental na idade recomendada, pois somente 78% dos adolescentes aos 16 anos chegaram a concluí-lo. A Meta 2 do PNE desafia que 95% dos jovens de 16 anos cheguem ao final do ensino fundamental de nove anos até 2024. A análise tendencial sugere que, no ritmo atual, essa meta não será alcançada, sendo necessário triplicar a velocidade de melhora do indicador. As desigualdades regionais e sociais, nesse indicador, ainda são expressivas.

O acesso escolar dos jovens de 15 a 17 anos não foi universalizado até 2016, como preconiza a Meta 3 do PNE. Com 93% desses jovens frequentando a escola em 2019, o Relatório evidencia a exclusão de cerca de 680 mil jovens da escola e uma melhora lenta do indicador de cobertura dessa população nos últimos sete anos, sem redução expressiva das desigualdades regionais e sociais.

Ressalta-se que cerca de 1,9 milhão de jovens de 15 a 17 anos que frequentam a escola ainda estão matriculados no ensino fundamental, o que mostra a forte retenção praticada nas escolas brasileiras. Isso coloca o Brasil longe da meta do PNE de, até 2024, ter pelo menos 85% da população de 15 a 17 anos frequentando o ensino médio. Em 2019, esse indicador alcançou 73% dos jovens e apresentou expressivas desigualdades regionais e sociais.

A população de crianças e jovens de 4 a 17 anos que requer atendimento escolar especializado, que inclui alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento (TGD) e altas habilidades ou superdotação, enfrenta um desafio maior para a inclusão escolar. A Meta 4 do PNE pretende universalizar a cobertura escolar para todos com necessidades educativas especiais, de preferência na rede regular de ensino, assegurado o atendimento educacional especializado. A ausência de dados demográficos para essa população na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad-c) não permite saber a cobertura escolar dessa população fora dos anos do Censo Demográfico. Em 2010, 82% da população com deficiência frequentava a escola, mas não há estimativas mais recentes para essa população, nem para as crianças e jovens com TGD e altas habilidades ou superdotação, que não são identificadas no Censo Demográfico. No entanto, o Relatório mostra que nesses grupos, entre os que frequentam a escola, em 2019, 93% estão incluídos em classes comuns da educação básica, atendendo a uma diretriz da política de inclusão expressa na Meta 4 do PNE. O presente Relatório avança em relação aos anteriores ao apresentar um novo indicador para essa população, que aponta o percentual de alunos de 4 a 17 anos de idade que recebem atendimento educacional especializado. Em 2019, apenas 48% desses alunos recebiam esse atendimento, não havendo melhora desse indicador desde 2013.

As questões mais preocupantes em relação à educação brasileira continuam sendo o baixo nível de aprendizado dos alunos, as grandes desigualdades e a trajetória escolar irregular, que ainda atinge porção significativa dos estudantes das escolas públicas brasileiras. Na alfabetização das crianças, os resultados da Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA) 2016 mostram que, em Leitura, por exemplo, mais de 20% dos alunos do 3º ano do ensino fundamental das escolas públicas encontram-se no nível mais baixo da escala (nível 1) e cerca de 50% deles não ultrapassam o nível 2. Os resultados da Meta 5 mostram-se ainda maculados por notórias desigualdades em relação aos níveis de Leitura, Escrita e Matemática alcançados pelos alunos do 3º ano, quando consideradas as regiões, os estados, as redes de ensino e a localização das escolas.

A busca por atendimento em tempo integral nas escolas públicas brasileiras, diretriz presente na Lei nº 9.394 de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), é o desafio proposto pela Meta 6 no PNE para o acesso escolar no Brasil. A meta é chegar à oferta de educação em tempo integral em pelo menos 50% das escolas públicas de educação básica e alcançar pelo menos 25% das matrículas. O Relatório mostra que no período de 2014 a 2019 o

percentual de alunos em tempo integral segue uma trajetória declinante, chegando a 15% das matrículas em 2019. A mesma tendência de queda se observa para o percentual das escolas públicas que ofertam pelos menos 25% de suas vagas em tempo integral, chegando em 2019 a corresponder a 24% das escolas do País. Reverter essa tendência é urgente e necessário para que o Brasil venha a se posicionar ao lado das nações mais desenvolvidas, em que a oferta educacional já conta, há muitos anos, com uma jornada escolar em tempo integral.

Ainda no campo da qualidade educacional, o País avança na melhoria do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) dos anos iniciais do ensino fundamental, mas apresenta evolução ínfima e tendência à estagnação em relação aos Idebs dos anos finais do ensino fundamental e do ensino médio, respectivamente. Nessas etapas de ensino, observa-se que as metas intermediárias do Ideb para 2017 não foram atingidas, aumentando o distanciamento dos Idebs obtidos em relação ao fixado pela Meta 7 no PNE.

A grave situação do baixo nível de aprendizado e as grandes desigualdades são evidenciadas também pelos resultados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) 2017, que revelam um quantitativo expressivo de alunos dos 5º e 9º anos do ensino fundamental e da 3ª série do ensino médio, cuja proficiência (desempenho) está situada nos níveis inferiores das respectivas escalas de Língua Portuguesa e de Matemática. O Relatório aponta o grande desafio do sistema educacional brasileiro: melhorar o processo educacional, combatendo as desigualdades e garantindo a todos os estudantes seus direitos e objetivos de aprendizagem, o desenvolvimento de seus anos de estudo e uma progressão escolar regular.

A dívida histórica da educação nacional com o acesso escolar está marcada pelo grande contingente de jovens, fora da faixa etária de matrícula obrigatória, de 18 a 29 anos, que não possuem a educação básica completa, ou seja, pelo menos 12 anos de escolaridade. As desigualdades de acesso, que historicamente alijaram do direito à educação as populações do campo, das regiões menos desenvolvidas, de cor negra e dos grupos de renda mais baixa, são enfrentadas no PNE em sua Meta 8. Alcançar o mínimo de 12 anos de escolaridade para esses grupos e igualar a escolaridade entre negros e não negros é a meta para 2024. O Relatório mostra que os indicadores da Meta 8 apresentam ritmo relativamente lento de crescimento no período analisado, colocando o Brasil ainda em risco de manter o estoque da dívida educacional com essa população ao término da vigência do PNE.

Parte da dívida social da educação com o acesso escolar se reflete no analfabetismo adulto, tanto absoluto quanto funcional. A Meta 9 do PNE pretende alcançar a redução em 50% do analfabetismo funcional e erradicar o analfabetismo absoluto até 2024. O Relatório mostra que a meta intermediária de elevar a taxa de alfabetização para 93,5% foi praticamente alcançada em 2019, embora significativas desigualdades regionais e sociais ainda persistam. A meta de erradicação do analfabetismo adulto até 2024 está 6,6 p.p. de ser alcançada, enquanto o analfabetismo funcional, embora em queda, ainda dista 5 p.p da meta.

No campo da educação profissional e tecnológica (EPT), o PNE reforça a necessidade do fomento à formação de cidadãos para o mundo do trabalho. Intensificando os esforços de universalização da educação básica e de ampliação da escolarização dos jovens e adultos, preconizados nas metas anteriores, a Meta 10 almeja qualificar a oferta de educação para esse público ao integrá-la à educação profissional, proporcionando uma trilha de aprendizagem mais adequada à idade dos estudantes/trabalhadores e comprometida com suas aspirações por trabalho e emprego. Em 2019, a integração da educação básica com a educação profissional não passou de 1,6%, frustrando o plano, tímido do ponto de vista internacional, de alcançar o patamar de 25%.

No mesmo sentido, a Meta 11 desafia triplicar as matrículas de educação profissional técnica de nível médio. A evolução das matrículas, ocorrida no período de 2013 a 2019, demonstrou uma considerável expansão (17%), alcançando quase 1,9 milhão – marca ainda distante das 4,8 milhões de matrículas previstas. Importante destacar o protagonismo do segmento público nesse período, responsável por 75,7% da expansão. Tal desempenho foi fortemente influenciado pelo processo de expansão da rede federal que, em apenas seis anos, incrementou suas matrículas em 47,1%. Assim, ainda que os indicadores da educação profissional estejam muito distantes de suas metas, apresentam importantes avanços para aproximar jovens e adultos de um ofício especializado, reduzindo um pouco as enormes insuficiências que o Brasil apresenta na missão de formar trabalhadores.

O acesso ao ensino superior de graduação apresentou crescimento, tanto da população em geral quanto dos jovens de 18 a 24 anos. Em 2019, a taxa bruta de matrículas (TBM) atingiu 37,4%, enquanto a taxa líquida de escolarização (TLE) registrou 25,5%. Entretanto, em ambos os casos, para o alcance da Meta 12 até 2024 (respectivamente, 50% e 33%), será necessário um crescimento maior entre 2019 e 2024 do que o que ocorreu entre 2012 e 2019. Como a participação do segmento público na expansão de matrículas de 2012 a 2018 foi de apenas 12,7% e a meta a ser atingida nesse indicador é de 40% até 2024, um maior esforço de expansão da educação superior deve ser mobilizado a partir do segmento público.

A proporção de mestres e doutores em efetivo exercício na docência da educação superior, preconizada pela Meta 13, já foi atingida. O percentual de mestres ou doutores, que deveria alcançar 75%, em 2024, registrou 81,3%, em 2018; enquanto o percentual de doutores atingiu 44,1%. No entanto, o Relatório aponta desigualdades de acordo com a localização territorial, as características das instituições e dos próprios docentes.

Na pós-graduação *stricto sensu*, o Relatório demonstra que o Brasil já superou a meta de 60 mil títulos anuais de mestrado até 2024 (64,4 mil), traçada pelo PNE. Quanto aos cursos de doutorado, a marca de títulos anuais atingida foi de 22,9 mil, em 2018. Considerando que o objetivo da Meta 14 a ser alcançado é de 25 mil títulos de doutorado por ano, até 2024, depreende-se que a capacidade atual do sistema de pós-graduação do País precisará ser ampliada, pelo menos no que se refere aos cursos de doutorado.

A formação de professores, dimensão imprescindível à oferta educacional de qualidade, tanto no aspecto de aprendizagem quanto de valorização dos profissionais da educação, tem apresentado um crescimento na proporção de docentes com formação superior adequada à área de conhecimento que lecionam em todas as etapas de ensino, mas, principalmente, na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental. Os indicadores da Meta 15 sugerem que o País tem sido capaz de aumentar a oferta de docentes com licenciatura em Pedagogia para as crianças pequenas, mas resta o desafio de garantir, ainda mais, a adequação da formação docente nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio, quando passa a integrar o currículo escolar uma multiplicidade de disciplinas, as quais demandam professores especialistas em distintas áreas.

O Brasil também tem avançado na formação em nível de pós-graduação para professores. O Relatório mostra que 41% dos docentes são pós-graduados em programas *lato* ou *stricto sensu*, em 2019, contudo, em sua maioria, esses docentes obtêm títulos de especialização. Os indicadores da Meta 16 demonstram uma elevação da titulação docente desde 2013, particularmente nas redes públicas de ensino – nas redes estaduais, quase metade dos docentes são pós-graduados. Ao lado disso, também é crescente a participação de professores em cursos de formação continuada, que alcançam, no mesmo ano, 38% do corpo docente. Apesar dos

avanços, mais esforços precisam ser envidados para que a totalidade dos docentes tenha pelo menos um curso de formação continuada.

O acompanhamento dos indicadores da Meta 17 permite verificar que a equiparação do rendimento médio dos profissionais do magistério das redes públicas de educação básica ao dos demais profissionais com escolaridade equivalente aumentou no período abordado, passando de 65,3%, em 2012, para 78,1%, em 2019. Entretanto, o Relatório demonstra que o crescimento do indicador se explica, em grande parte, em função do decréscimo do rendimento bruto médio mensal dos demais profissionais, que correspondeu a uma perda real de 13,3% do poder de compra efetivo ao longo dos anos analisados.

Além da formação, é preciso garantir condições de trabalho, plano de carreira e remuneração atraente que valorize e incentive os docentes, desafios enfrentados pela Meta 18 do PNE. Em nível estadual, a totalidade das redes estaduais e distrital apresenta plano de carreira e a maioria delas prevê o limite de dois terços da carga horária para o desempenho das atividades de interação com os educandos. O desafio está em garantir a adoção do piso salarial da carreira do magistério público, ainda não implementado para oito unidades da Federação. Nas redes municipais, muito já se avançou na institucionalização de planos de carreira e remuneração, que hoje contemplam 96% dos municípios. Resta, como desafio, garantir o cumprimento do piso salarial e do limite de carga horária para atividades de interação – que alcançam apenas 74% dos municípios – e, principalmente, implementar planos de carreira para os profissionais da educação não docentes; em 2018, apenas 39% dos municípios o possuíam.

A gestão democrática nas escolas é definida pela Meta 19 em termos da forma de seleção dos diretores e da presença de colegiados intraescolares, bem como da existência e capacitação de conselhos extraescolares em nível estadual e municipal. Os resultados indicam que a existência de conselhos externos à escola já se encontra bastante disseminada pelo País, estando presentes em todas as unidades federativas e em 84% dos municípios – ainda resta elevar o provimento de infraestrutura para seu funcionamento e de capacitação para os conselheiros, algo que ainda não atinge 20% dos estados e 40% dos municípios. A maior dificuldade, no entanto, é garantir que a escolha dos gestores escolares se realize por processo seletivo qualificado e eleição com a participação da comunidade escolar: em âmbito nacional, em menos de 7% das escolas públicas se percebe a adoção desses dois critérios simultaneamente.

Para a garantia do alcance das metas expostas, a Meta 20 do PNE preconiza a ampliação do investimento público em educação pública, que precisa atingir 7% do PIB até 2019 e 10% dele ao final da vigência do Plano, em 2024. No entanto, os resultados observados de relativa estagnação dos gastos em torno de 5% e 5,5% do PIB, com indicativo de pequena queda, apontam grande desafio para o atingimento das metas intermediária e final.

Com base nessa exposição sintética inicial, convidamos todos a conhecer com mais profundidade os resultados de cada uma das 20 metas do PNE apresentadas neste Relatório. Ao final de cada seção, apresenta-se um quadro com as principais conclusões sobre o monitoramento da respectiva meta. Pode-se consultar, nos anexos, as fichas técnicas com informações da metodologia de cálculo dos indicadores de cada meta, das fontes de dados utilizadas, da abrangência dos indicadores e da série histórica considerada.

As 20 metas do PNE são monitoradas atualmente por 57 indicadores, para os quais – em 52 casos – há metas numéricas definidas. Considerando que atingir as metas do PNE significará a realização do projeto que se tem para o País, ao mesmo tempo em que reconhecemos que os resultados atuais são herdeiros de longa trajetória educacional, é possível calcular um nível

de alcance das metas, que indica quanto a educação brasileira já caminhou em busca de seus sonhos (ver quadro-resumo dos indicadores do PNE).

Segundo essa perspectiva, percebe-se que 42 indicadores têm nível de alcance maior do que 50%, 26 indicadores têm nível maior do que 80% e 6 indicadores já chegaram à meta estabelecida. O nível médio de alcance está em 75%. Reconhecer esses números é rejeitar a compreensão simplista que afirma que “tudo vai mal na educação brasileira”; é reconhecer o esforço coletivo dos profissionais da educação que, mesmo que enfrentem adversidades, apostam na escola como o local da esperança e da transformação nacional.

Ainda que se apontem essas conquistas, é preciso reconhecer que os resultados experimentados estão bastante aquém daqueles que desejamos para a educação nacional. Se considerarmos o esforço educacional necessário para a realização das metas do PNE, em relação aos avanços obtidos nos primeiros seis anos de sua vigência, pode-se calcular um nível de execução do Plano (2014-2024). Entre os 37 indicadores que admitem esse controle, 31 deles apresentaram nível menor do que 60%, valor esperado para o 6º ano de PNE. Nos extremos, 6 indicadores apresentaram retrocesso e 4 já chegaram a 100% de execução (ver quadro-resumo dos indicadores do PNE).

Ademais, a conclusão deste Relatório se realiza sob circunstâncias inesperadas e desafiadoras. Atravessamos uma pandemia que colocou todas as equipes acessando máquinas, processadores e bases de dados remotamente. Circunstâncias que demonstraram o compromisso dos servidores públicos do Inep com o cumprimento de sua missão, apesar de todas as adversidades.

Estamos em transição. Em que a pandemia influenciará o próximo período é uma incógnita. Toda transição sai de um momento e vai a outro. É caminho a ser percorrido. Toda transição também envolve grandes desafios em sua análise, pois o cenário anterior não desapareceu completamente, nem o novo está suficientemente amadurecido para se revelar. Não é resposta simples de se obter, para onde estamos indo. Esse conjunto de textos traz relevante contribuição ao indicar as tendências que estão em curso. Os indicadores do Inep, aqui apresentados, aumentam a margem de governabilidade sobre esse cenário, ao apontar tendências progressivas e/ou retrocessos. Uma vez tornados públicos, podem contribuir para consolidar, incrementar políticas educacionais ou corrigir rumos e evitar retrocessos. Esse é o sentido do esforço do Inep consolidado aqui. A expectativa da publicação é a de ser disseminada, apropriada pela sociedade e se constituir em um referencial à travessia.

**Equipe da Coordenação-Geral de Instrumentos e
Medidas Educacionais (Cgime)/Direção**

QUADRO RESUMO DOS INDICADORES DO PNE

(continua)

Ordem	Indicador	Alcance da Meta					Execução do PNE					
		Meta ^a	Último Resultado ^b	Ano do Resultado ^c	Distância para Cumprimento da Meta ^d	Nível de Alcance da Meta ^e	Valor de Referência PNE ^f	Ano de Referência ^g	Esforço PNE ^h	Progresso PNE ⁱ	Progresso PNE [%] ^j	Nível de Execução do PNE ^k
1	Indicador 1A: Percentual da população de 4 a 5 anos que frequenta a escola/creche (Segundo o PNE, a universalização desta etapa deveria ocorrer até 2016)	100%	93,8%	2018	6,2 p.p.	93,8%	87,9%	2013	12,1 p.p.	5,9 p.p.	6,7%	48,8%
2	Indicador 1B: Percentual da população de 0 a 3 anos que frequenta a escola/creche	50%	35,7%	2018	14,3 p.p.	71,4%	27,9%	2013	22,1 p.p.	7,8 p.p.	28,0%	35,3%
3	Indicador 2A: Percentual de pessoas de 6 a 14 anos que frequentam ou que já concluíram o ensino fundamental (taxa de escolarização líquida ajustada)	100%	98,1%	2019	1,9 p.p.	98,1%	97,0%	2013	3,0 p.p.	1,1 p.p.	1,1%	36,7%
4	Indicador 2B: Percentual de pessoas de 16 anos com pelo menos o ensino fundamental concluído	95%	78,4%	2019	16,6 p.p.	82,5%	71,4%	2013	23,6 p.p.	7,0 p.p.	9,8%	29,7%
5	Indicador 3A: Percentual da população de 15 a 17 anos que frequenta a escola ou já concluiu a educação básica (Segundo o PNE, a universalização desta etapa deveria ocorrer até 2016)	100%	92,9%	2019	7,1 p.p.	92,9%	89,1%	2013	10,9 p.p.	3,8 p.p.	4,2%	34,5%
6	Indicador 3B: Percentual da população de 15 a 17 anos que frequenta o ensino médio ou possui educação básica completa	85%	73,1%	2019	11,9 p.p.	86,0%	65,1%	2013	19,9 p.p.	8,0 p.p.	12,3%	40,2%
7	Indicador 4A: Percentual da população de 4 a 17 anos de idade com deficiência que frequenta a escola	100%	82,5%	2010	17,5 p.p.	82,5%	82,5%	2010	17,5 p.p.	NA *	NA	NA
8	Indicador 4B: Percentual de matrículas em classes comuns da educação básica de alunos de 4 a 17 anos de idade com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento (TGD) e altas habilidades ou superdotação	NA	92,7%	2019	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA
9	Indicador 4C: Percentual de matrículas na educação básica de alunos de 4 a 17 anos de idade com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento (TGD), altas habilidades ou superdotação que recebem Atendimento Educacional Especializado	100%	47,9%	2019	52,1 p.p.	47,9%	49,7%	2013	50,3 p.p.	-1,8 p.p.	-3,6%	-3,6%
10	Indicador 5A: Percentual de estudantes, no 3º ano do ensino fundamental, por nível de proficiência em Leitura	NA	NA	2016	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA
11	Indicador 5B: Percentual de estudantes, no 3º ano do ensino fundamental, por nível de proficiência em Escrita	NA	NA	2016	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA
12	Indicador 5A: Percentual de estudantes, no 3º ano do ensino fundamental, por nível de proficiência em Matemática	NA	NA	2016	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA
13	Indicador 6A: Percentual de alunos da educação básica pública que pertencem ao público alvo da ETI e que estão em jornada de tempo integral	25%	14,9%	2019	10,1 p.p.	59,6%	17,6%	2014	7,4 p.p.	-2,7 p.p.	-15,3%	-36,5%

QUADRO RESUMO DOS INDICADORES DO PNE

(continuação)

Ordem	Indicador	Alcance da Meta					Execução do PNE					
		Meta ^a	Último Resultado ^b	Ano do Resultado ^c	Distância para a Meta ^d	Nível de Alcance da Meta ^e	Valor de Referência PNE ^f	Ano de Referência ^g	Esforço PNE ^h	Progresso PNE ⁱ	Progresso PNE [%] ^j	Nível de Execução do PNE ^k
14	Indicador 6B: Percentual de escolas públicas da educação básica que possuem, pelo menos, 25% dos alunos do público alvo da ETI em jornada de tempo integral	50%	23,6%	2019	26,4 p.p.	47,2%	29,0%	2014	21,0 p.p.	-5,4 p.p.	-18,7%	-25,8%
15	Indicador 7A: Ideb dos anos iniciais do ensino fundamental (Segundo o PNE, o atingimento dessa meta deveria ocorrer até 2021)	6,0	5,8	2017	0,2	96,7%	5,2	2013	0,8	0,6	11,5%	75,0%
16	Indicador 7B: Ideb dos anos finais do ensino fundamental (Segundo o PNE, o atingimento dessa meta deveria ocorrer até 2021)	5,5	4,7	2017	0,8	85,5%	4,2	2013	1,3	0,5	11,9%	38,5%
17	Indicador 7C: Ideb do ensino médio (Segundo o PNE, o atingimento dessa meta deveria ocorrer até 2021)	5,2	3,8	2017	1,4	73,1%	3,7	2013	1,5	0,1	2,7%	6,7%
18	Indicador 8A: Escolaridade média, em anos de estudo, da população de 18 a 29 anos de idade	12	11,6	2019	0,4 anos de estudo	96,3%	10,8	2013	1,2 anos de estudo	0,7 anos de estudo	6,6%	58,3%
19	Indicador 8B: Escolaridade média, em anos de estudo, da população de 18 a 29 anos de idade residente na área rural	12	10,0	2019	2,0 anos de estudo	83,0%	8,8	2013	3,2 anos de estudo	1,2 anos de estudo	12,9%	37,5%
20	Indicador 8C: Escolaridade média, em anos de estudo, da população de 18 a 29 anos de idade pertencente aos 25% mais pobres (renda domiciliar per capita)	12	9,8	2018	2,2 anos de estudo	81,6%	9,4	2016	2,6 anos de estudo	0,5 anos de estudo	4,3%	19,2%
21	Indicador 8D: Razão percentual entre a escolaridade média de negros e não negros na faixa etária de 18 a 29 anos	100%	89,8%	2019	10,2 p.p.	89,8%	86,9%	2013	13,1 p.p.	3,0 p.p.	3,4%	22,9%
22	Indicador 9A: Taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais de idade (Segundo o PNE, a meta deveria ser atingida até 2015)	100%	93,4%	2019	6,6 p.p.	93,4%	91,4%	2012	8,6 p.p.	2,0 p.p.	2,2%	23,3%
23	Indicador 9B: Taxa de analfabetismo funcional da população de 15 anos ou mais de idade	9,2%	14,1%	2019	- 4,9 p.p.	94,6%	18,5%	2012	-9,3 p.p.	-4,4 p.p.	-23,8%	47,3%
24	Indicador 10A: Percentual de matrículas da educação de jovens e adultos na forma integrada à educação profissional	25%	1,6%	2019	23,4 p.p.	6,4%	2,8%	2013	22,2 p.p.	-1,2 p.p.	-42,9%	-5,4%
25	Indicador 11A: Número absoluto de matrículas em EPT de nível médio	4.808.838	1.874.974	2019	2.933.864	39,0%	1.602.946	2013	3.205.892	272.028	17,0%	8,5%
26	Indicador 11B: Participação do segmento público na expansão da EPT de nível médio	50%	75,7%	2019	-	151,4%	0,0%	2013	50,0 p.p.	75,7 p.p.	NA	151,4%
27	Indicador 11C: Expansão acumulada da EPT de nível médio pública	NA	22,9%	2019	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA
28	Indicador 12A: Taxa bruta de matrículas na graduação (TBM)	50%	37,4%	2019	12,6 p.p.	74,8%	32,0%	2013	18,0 p.p.	5,4 p.p.	16,9%	30,0%

QUADRO RESUMO DOS INDICADORES DO PNE

(continuação)

Ordem	Indicador	Alcance da Meta					Execução do PNE					
		Meta ^a	Último Resultado ^b	Ano do Resultado ^c	Distância para Cumprimento da Meta ^d	Nível de Alcance da Meta ^e	Valor de Referência PNE ^f	Ano de Referência ^g	Esforço PNE ^h	Progresso PNE ⁱ	Progresso PNE [%] ^j	Nível de Execução do PNE ^k
29	Indicador 12B: Taxa Líquida de Escolarização na Educação Superior (TLE)	33%	25,5%	2019	7,5 p.p.	77,3%	20,5%	2013	12,5 p.p.	5,0 p.p.	24,4%	40,0%
30	Indicador 12C: Participação do segmento público na expansão de matrículas de graduação	40%	12,7%	2018	27,3 p.p.	31,8%	0,0%	2012	40,0 p.p.	12,7 p.p.	NA	31,8%
31	Indicador 13A: Percentual de docentes com mestrado ou doutorado na educação superior	75%	81,3%	2018	-	108,4%	69,6%	2012	5,4 p.p.	11,7 p.p.	16,8%	216,7%
32	Indicador 13B: Percentual de docentes com doutorado na educação superior	35%	44,1%	2018	-	126,0%	32,3%	2012	2,7 p.p.	11,8 p.p.	36,5%	437,0%
33	Indicador 14A: Títulos de mestrado concedidos por ano no País	60.000	64.432	2018	-	107,4%	51.535	2013	8.465	12.897	25,0%	152,4%
34	Indicador 14B: Títulos de doutorado concedidos por ano no País	25.000	22.901	2018	2.099	91,6%	15.650	2013	9.350	7.251	46,3%	77,6%
35	Indicador 15A: Proporção de docências da educação infantil com professores cuja formação superior está adequada à área de conhecimento que lecionam	100%	54,8%	2019	45,2 p.p.	54,8%	42,2%	2013	57,8 p.p.	12,6 p.p.	29,9%	21,8%
36	Indicador 15B: Proporção de docências dos anos iniciais do ensino fundamental com professores cuja formação superior está adequada à área de conhecimento que lecionam	100%	66,1%	2019	33,9 p.p.	66,1%	54,0%	2013	46,0 p.p.	12,1 p.p.	22,4%	26,3%
37	Indicador 15C: Proporção de docências dos anos finais do ensino fundamental com professores cuja formação superior está adequada à área de conhecimento que lecionam	100%	53,2%	2019	46,8 p.p.	53,2%	48,0%	2013	52,0 p.p.	5,2 p.p.	10,8%	10,0%
38	Indicador 15D: Proporção de docências do ensino médio com professores cuja formação superior está adequada à área de conhecimento que lecionam	100%	63,3%	2019	36,7 p.p.	63,3%	57,8%	2013	42,2 p.p.	5,5 p.p.	9,5%	13,0%
39	Indicador 16A: Percentual de professores da educação básica com pós-graduação lato sensu ou stricto sensu	50%	41,3%	2019	8,7 p.p.	82,6%	30,2%	2013	19,8 p.p.	11,1 p.p.	36,8%	56,1%
40	Indicador 16B: Percentual de professores que realizaram cursos de formação continuada	100%	38,3%	2019	61,7 p.p.	38,3%	30,6%	2013	69,4 p.p.	7,7 p.p.	25,2%	11,1%
41	Indicador 17A: Relação percentual entre o rendimento bruto médio mensal dos profissionais do magistério das redes públicas da educação básica, com nível superior completo, e o rendimento bruto médio mensal dos demais profissionais assalariados, com o mesmo nível de escolaridade. (Segundo o PNE, a equiparação dessas categorias deverá ocorrer até 2020)	100%	78,1%	2019	21,9 p.p.	78,1%	70,4%	2013	29,6 p.p.	7,7 p.p.	10,9%	26,0%
42	Indicador 18A: Percentual de UFs que possuem PCR dos profissionais do magistério	100%	100%	2018	-	100,0%	100,0%	2014	0,0 p.p.	0,0 p.p.	0,0%	NA
43	Indicador 18B: Percentual de UFs que preveem o limite máximo de 2/3 da carga horária para atividades de interação com os educandos	100%	85,2%	2018	14,8 p.p.	85,2%	NA	2018	NA	NA	NA	NA

QUADRO RESUMO DOS INDICADORES DO PNE

(continuação)

Ordem	Indicador	Alcance da Meta					Execução do PNE					
		Meta ^a	Último Resultado ^b	Ano do Resultado ^c	Distância para Cumprimento da Meta ^d	Nível de Alcance da Meta ^e	Valor de Referência PNE ^f	Ano de Referência ^g	Esforço PNE ^h	Progresso PNE ⁱ	Progresso PNE [%] ^j	Nível de Execução do PNE ^k
44	Indicador 18C: Percentual de UFs que atendem ao PSNP	100%	70,4%	2018	29,6 p.p.	70,4%	NA	2018	NA	NA	NA	NA
45	Indicador 18D: Percentual de UFs que possuem PCR dos profissionais da educação que não integram o magistério	100%	81,5%	2018	18,5 p.p.	81,5%	NA	2018	NA	NA	NA	NA
46	Indicador 18E: Percentual de municípios que possuem PCR dos profissionais do magistério	100%	95,7%	2018	4,3 p.p.	95,7%	NA	2018	NA	NA	NA	NA
47	Indicador 18F: Percentual de municípios que preveem o limite máximo de 2/3 da carga horária para atividades de interação com os educandos	100%	74,2%	2018	25,8 p.p.	74,2%	NA	2018	NA	NA	NA	NA
48	Indicador 18G: Percentual de municípios que atendem ao PSNP	100%	74,2%	2018	25,8 p.p.	74,2%	NA	2018	NA	NA	NA	NA
49	Indicador 18H: Percentual de municípios que possuem PCR dos profissionais da educação que não integram o magistério	100%	38,8%	2018	61,2 p.p.	38,8%	NA	2018	NA	NA	NA	NA
50	Indicador 19A: Percentual de escolas públicas que selecionam diretores por meio de processo seletivo qualificado e eleição com participação da comunidade escolar	100%	6,6%	2019	93,4 p.p.	6,6%	NA	2019	NA	NA	NA	NA
51	Indicador 19B: Percentual de existência de colegiados intra-escolares (Associação de Pais e Mestres, Grêmio Estudantil e Conselho Escolar)	100%	37,6%	2019	62,4 p.p.	37,6%	NA	2019	NA	NA	NA	NA
52	Indicador 19C: Percentual de existência de colegiados extra escolares (Conselhos de Educação, Conselhos de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb (CACS), Conselhos de Alimentação Escolar (CAE) e Fórum Permanentes de Educação (FPE)) presentes nas unidades federativas	100%	100,0%	2018	-	100,0%	NA	2018	NA	NA	NA	NA
53	Indicador 19D: Percentual de oferta de infraestrutura e capacitação aos membros dos Conselhos Estaduais de Educação (CEE's), Conselhos de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb (CACS), Conselhos de Alimentação Escolar (CAE) das unidades federativas	100%	79,1%	2018	20,9 p.p.	79,1%	NA	2018	NA	NA	NA	NA

QUADRO RESUMO DOS INDICADORES DO PNE

Ordem	Indicador	Alcance da Meta					Execução do PNE					(conclusão)
		Meta ^a	Último Resultado ^b	Ano do Resultado ^c	Distância para Cumprimento da Meta ^d	Nível de Alcance da Meta ^e	Valor de Referência PNE ^f	Ano de Referência ^g	Esforço PNE ^h	Progresso PNE ⁱ	Progresso PNE [%] ^j	
54	Indicador 19E: Percentual de existência de colegiados extra escolares (Conselhos de Educação, Conselhos de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb (CACCS), Conselhos de Alimentação Escolar (CAE) e Fórum Permanentes de Educação (FPE)) presentes nos municípios	100%	83,9%	2018	16,1 p.p.	83,9%	NA	2018	NA	NA	NA	NA
55	Indicador 19F: Percentual de oferta de infraestrutura e capacitação aos membros dos Conselhos Estaduais de Educação (CEE's), Conselhos de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb (CACCS), Conselhos de Alimentação Escolar (CAE) dos municípios	100%	60,4%	2018	37,6 p.p.	60,4%	NA	2018	NA	NA	NA	NA
56	Indicador 20A: Gasto Público em Educação Pública em proporção ao PIB ** (Segundo o PNE; o Gasto público em educação pública deveria ser de 7,0% do PIB até 2019 e 10% do PIB até 2024)	10%	5,0%	2018	5,0 p.p.	50,0%	5,1%	2015	4,9 p.p.	-0,1 p.p.	-2,0%	-2,0%
57	Indicador 20B: Gasto Público em Educação em proporção ao PIB **	10%	5,4%	2018	4,6 p.p.	54,0%	5,5%	2015	4,5 p.p.	-0,1 p.p.	-1,8%	-2,2%

Fonte: elaboração própria.

* NA = Não se aplica. Utilizado quando não há meta definida para o indicador ou quando não se pode calcular o Nível de Alcance ou de Execução, por falta de um valor de referência ou de mais de uma mensuração.

** Resultados Preliminares para 2018 (Confira Ficha Técnica dos Indicadores da Meta 20).

^(a) Definida pela Lei 13.005/14;

^(b) Resultado do Indicador para o Relatório do 3o Ciclo de Monitoramento do PNE;

^(c) Ano do Último Resultado disponível para o indicador;

^(d) d= a-b;

^(e) e= b/a [%]; exceto para indicador 9b, no qual e=(1-b)/(1-a) [%];

^(f) Resultado do Indicador no Ano de Referência;

^(g) Ano de referência inicial para o monitoramento da meta, conforme estabelecido pelo Art. 4o da Lei 13.005/14;

^(h) Esforço exigido para o alcance da Meta durante a execução do PNE (2014-2024) (h= a-f);

⁽ⁱ⁾ Variação percentual do indicador (i= b-f);

^(j) Variação percentual atual do indicador (j=(b-f)/f) [%];

^(k) j= i/h [%];



NOTAS METODOLÓGICAS

Em termos metodológicos, não houve modificações na maioria dos indicadores em relação ao *Relatório do 2º ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação (PNE) – 2018*, porém, em alguns deles ocorreram mudanças que serão tratadas a seguir, pois é de fundamental importância que sejam conhecidas, a fim de proporcionar uma adequada compreensão dos resultados apresentados. Não obstante, para obter informações mais detalhadas é fundamental consultar as fichas técnicas de cada indicador.

A Meta 4, que se refere à educação especial, ganhou um novo indicador, o 4C, que monitora o percentual de matrículas na educação básica de alunos de 4 a 17 anos de idade com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento (TGD), altas habilidades ou superdotação que recebem atendimento educacional especializado. No tocante à metodologia, anteriormente utilizava-se a variável “NU_IDADE” do Censo da Educação Básica para mensurar a idade dos estudantes e agora passou-se a utilizar, nos Indicadores 4B e 4C, a “NU_IDADE_REFERENCIA”, que tem como referência não mais o ano de nascimento do aluno, mas a data de referência do Censo, que é 31 de maio do respectivo ano. O Indicador 4A, cabe ressaltar, não sofreu alteração.

Os indicadores da Meta 8, que trata da educação de jovens e adultos, não sofreram modificações no que se refere ao seu delineamento. Todavia, mudanças implementadas na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad-c) confluíram em alterações nos valores obtidos. Tal situação se deve, especificamente, à variável relativa aos “anos de estudo” (VD3005 na Pnad-c), que sofreu ajustes, de modo que o intervalo que antes abarcava de 0 a 15 anos de estudos, com as adaptações trazidas, passou a se distribuir de 0 a 16 anos. Esse ajuste realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) decorre da adequação dos dados ao ensino fundamental de nove anos, de modo que 12 anos de estudos na Pnad Contínua equivalem ao ensino médio completo. Como isso afetou o cálculo da média de anos de estudo, optou-se, neste Relatório, por recalcular a série de 2012 a 2019 com a nova configuração da variável, estando os dados relativos a outros anos disponíveis nos relatórios precedentes.

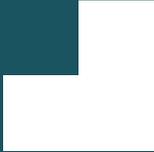
Outra mudança trata do rendimento domiciliar *per capita*. A variável adotada neste Relatório para a produção dos quartis é a “VDI5008”, disponível apenas no *Suplemento Anual de Educação* da Pnad-c. A série aqui apresentada se restringiu aos anos de 2016, 2017 e 2018, que eram os mais atuais disponíveis sobre rendimento domiciliar na data de conclusão deste Relatório. Do mesmo modo que o ressaltado para os demais indicadores da meta, os dados relativos a outros anos, utilizando a antiga Pnad, estão disponíveis nos relatórios precedentes.

A Meta 17, que trata da valorização dos profissionais do magistério das redes públicas da educação básica, não mudou em relação ao relatório anterior. Porém, como o IBGE atualizou os dados da Pnad-c para diversos anos, o indicador precisou ser recalculado para toda a série histórica. No relatório anterior, os rendimentos presentes eram calculados com base nos preços de janeiro do último ano, mas como os valores de rendimentos são obtidos a partir da Pnad-c do segundo trimestre (abril, maio e junho), considerou-se necessário apresentar os rendimentos a preços de maio do último ano (2019), por ser este o mês do meio da coleta de dados daquele trimestre.

A Meta 18 diz respeito à valorização dos profissionais do magistério e também dos profissionais da educação que não integram o magistério. Aqui ocorreu uma série de mudanças referentes à introdução de novos indicadores, além de utilização de outras fontes de dados. Assim, em relação ao relatório anterior, os Indicadores 18A, 18B, 18C e 18D passaram a utilizar os dados da Pesquisa de Informações Básicas Estaduais (Estadic-IBGE) e não mais do Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle (Simec-MEC) ou do levantamento realizado pela DIRED/INEP, pois pela primeira vez na Estadic e na Pesquisa de Informações Básicas Municipais (Munic-IBGE) foram coletadas informações sobre a existência de planos de cargos e remunerações profissionais da educação que não integram o magistério, sobre o cumprimento do piso salarial nacional do magistério e do limite de dois terços das atividades de interação com os educandos. Há ainda neste Relatório informações sobre percentual de profissionais do magistério ocupantes de cargos de provimento efetivo, obtidas por meio do Censo da Educação Básica.

No tocante à Meta 19, que trata da efetivação da gestão democrática da educação no âmbito das escolas públicas, todos os indicadores são inéditos em relação ao relatório anterior. A meta passou a ser monitorada a partir das formas de seleção de diretores de escolas das redes de ensino (Estratégia 19.1); da existência de órgãos colegiados internos às escolas públicas (Estratégia 19.4 e 19.5); da existência e do funcionamento de órgãos colegiados extraescolares, como: Conselho Estadual de Educação (CEE), Conselho Municipal de Educação (CME), Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb (CACS) e Conselho de Alimentação Escolar (CAE) (Estratégia 19.2); e da existência de Fórum Permanente de Educação (FPE) (Estratégia 19.3). Assim, os Indicadores 19A e 19B passaram a utilizar como fonte de dados o Censo da Educação Básica para monitorar as formas de seleção de diretores e a existência de fóruns participativos intraescolares, enquanto os demais indicadores valeram-se dos dados da Munic e da Estadic (IBGE).

Por fim, na Meta 20, que visa ampliar o investimento público em educação pública, não houve mudanças na fórmula do indicador. Porém, ressalta-se que houve atualizações das bases de dados de despesas educacionais de estados e municípios do Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (Siope), mantidas pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), e dos Demonstrativos dos Gastos Tributários de Bases Efetivas da Receita Federal do Brasil (RFB). Além disso, a inclusão dos dados de restos a pagar, que antes era feita apenas com base nos dados do Siope, passou a considerar também as informações da base de dados do Finanças do Brasil (Finbra) da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) para aqueles municípios que tivessem restos a pagar não declarados no Siope, mas que estivessem presentes na base do Finbra. Outra alteração de fonte de dados realizada foi utilizar apenas o Tesouro Gerencial, que detalha dados do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi), para desagregar os gastos do governo federal entre gasto público em educação pública e gasto público em educação privada. No relatório anterior, algumas informações qualitativas do Portal da Transparência foram utilizadas para essa desagregação, como no caso das bolsas de estudo. Avaliou-se que a utilização apenas da base de dados do Tesouro Gerencial simplificaria o cálculo, facilitando a reprodução do indicador, sem trazer prejuízo para a análise.



META 1

.....

UNIVERSALIZAR, ATÉ 2016, A EDUCAÇÃO INFANTIL NA PRÉ-ESCOLA PARA AS CRIANÇAS DE 4 (QUATRO) A 5 (CINCO) ANOS DE IDADE E AMPLIAR A OFERTA DE EDUCAÇÃO INFANTIL EM CRECHES DE FORMA A ATENDER, NO MÍNIMO, 50% (CINQUENTA POR CENTO) DAS CRIANÇAS DE ATÉ 3 (TRÊS) ANOS ATÉ O FINAL DA VIGÊNCIA DESTE PNE.

.....

POPULAÇÃO DE 4 A 5 ANOS QUE FREQUENTA A ESCOLA/CRECHE

Indicador 1A: Percentual da população de 4 a 5 anos que frequenta a escola/creche.

Meta: 100% de cobertura até 2016.

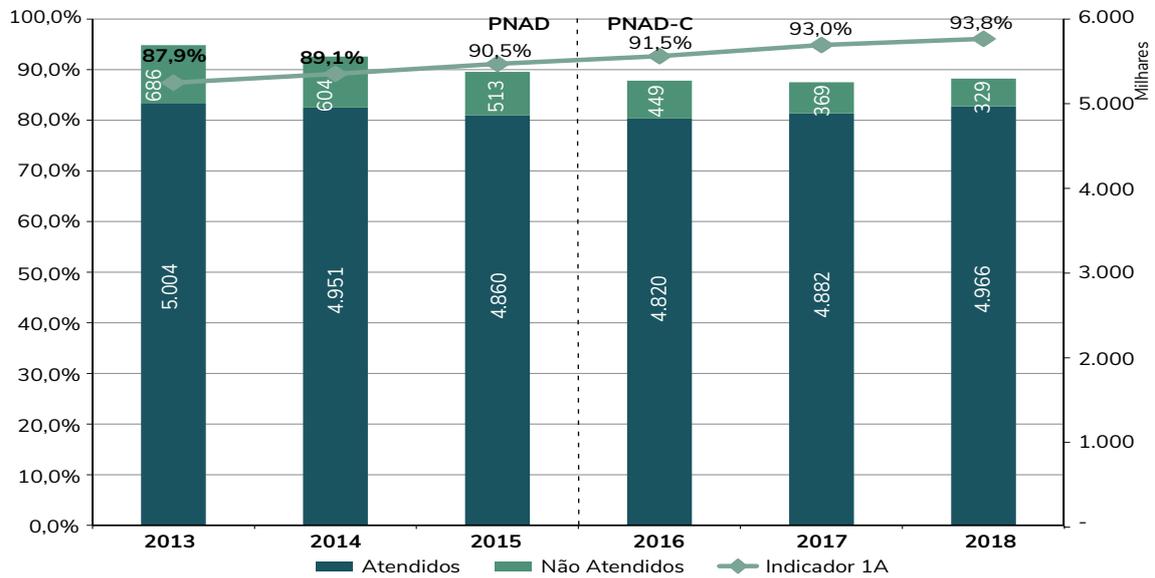


GRÁFICO 9

NÚMERO E PERCENTUAL DA POPULAÇÃO DE 4 E 5 ANOS DE IDADE QUE FREQUENTAVA ESCOLA OU CRECHE – BRASIL – 2013-2018

Fonte: Elaborado pela Dired/Inep com base em dados da Pnad/IBGE (2013-2015) e da Pnad-c/IBGE (2016-2018).

POPULAÇÃO DE 0 A 3 ANOS QUE FREQUENTA A ESCOLA/CRECHE

Indicador 1B: Percentual da população de 0 a 3 anos que frequenta a escola/creche.

Meta: pelo menos 50% de cobertura desta população até 2024.

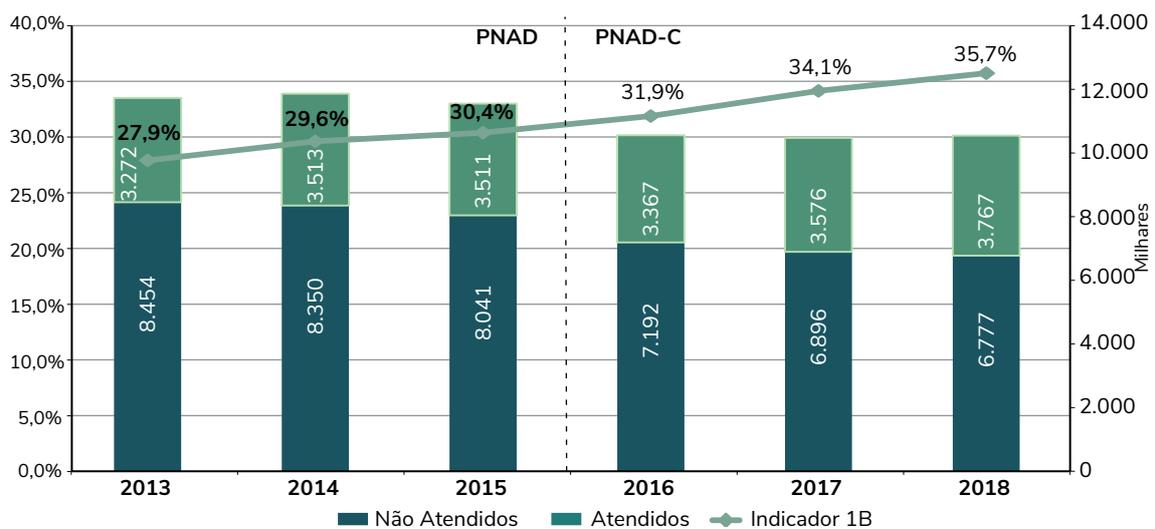


GRÁFICO 1

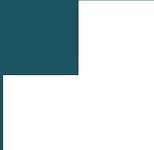
NÚMERO E PERCENTUAL DA POPULAÇÃO DE 0 A 3 ANOS DE IDADE QUE FREQUENTAVA ESCOLA OU CRECHE – BRASIL – 2013-2018

Fonte: Elaborado pela Dired/Inep com base em dados da Pnad/IBGE (2013-2015) e da Pnad-c/IBGE (2016-2018).

PRINCIPAIS CONCLUSÕES

Com base nos dados apresentados nesta seção, as seguintes conclusões podem ser extraídas acerca da evolução dos Indicadores 1A e 1B, para fins de monitoramento da Meta 1 do PNE:

1. O Brasil tem apresentado progressos em relação à cobertura da educação infantil para crianças de 0 a 3 anos e de 4 a 5 anos de idade, embora parte desse progresso se deva à redução da demanda em função da queda na população em idade pré-escolar no Brasil.
2. Para se atingir a Meta 1 do PNE é necessária a inclusão de cerca de 1,5 milhão de crianças de 0 a 3 anos em creche e cerca de 330 mil crianças de 4 a 5 anos em pré-escola.
3. A cobertura de crianças de 0 a 3 anos que apresentou tendência de crescimento na desigualdade entre regiões, zonas urbana e rural, negros e brancos, pobres e ricos durante o período que antecedeu ao PNE, apresentou nos últimos cinco anos maior estabilidade entre esses grupos, mas sem clara tendência quanto à reversão dessas desigualdades.
4. O quadro da cobertura da educação infantil de 0 a 3 anos, embora progressivo em relação à Meta 1, sugere a necessidade de políticas para estimular os municípios a atenderem com prioridade, em creche, as crianças do grupo de renda mais baixa, dada a maior demanda desse grupo.
5. A cobertura de 4 a 5 anos apresenta contínua redução das desigualdades em todas as desagregações do indicador, sendo a renda familiar a variável que ainda responde pela maior desigualdade de acesso à pré-escola.
6. A Meta 1 de universalização da pré-escola para o ano de 2016 não foi alcançada. Contudo, análise tendencial do Indicador 1A sugere que a meta pode ser alcançada entre 2020 e 2024, uma vez mantida a tendência observada nos últimos 13 anos. Já a análise tendencial do Indicador 1B sugere que até 2024 o Brasil não deve ultrapassar o índice de 45% de cobertura de 0 a 3 anos, ficando aquém do que estabelece a Meta 1 do PNE.



META 2

.....

UNIVERSALIZAR O ENSINO FUNDAMENTAL DE 9 (NOVE) ANOS PARA TODA A POPULAÇÃO DE 6 (SEIS) A 14 (QUATORZE) ANOS E GARANTIR QUE PELO MENOS 95% (NOVENTA E CINCO POR CENTO) DOS ALUNOS CONCLUAM ESSA ETAPA NA IDADE RECOMENDADA, ATÉ O ÚLTIMO ANO DE VIGÊNCIA DESTE PNE.

.....

POPULAÇÃO DE 6 A 14 ANOS QUE FREQUENTA OU QUE JÁ CONCLUIU O ENSINO FUNDAMENTAL

Indicador 2A: Percentual de pessoas de 6 a 14 anos que frequentam ou que já concluíram o ensino fundamental (taxa de escolarização líquida ajustada).

Meta: 100% de cobertura até 2024.

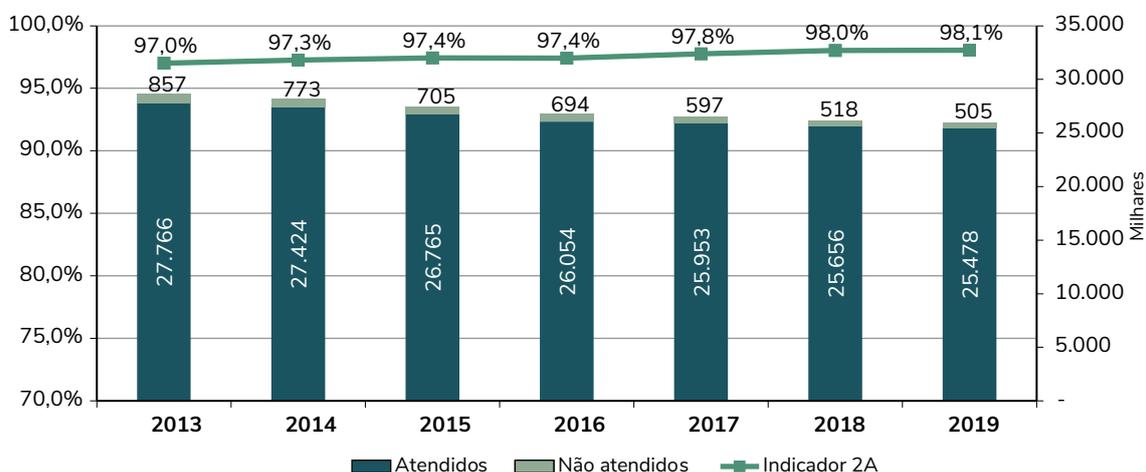


GRÁFICO 1

NÚMERO E PERCENTUAL DE PESSOAS DE 6 A 14 ANOS QUE FREQUENTAVAM OU JÁ HAVIAM CONCLUÍDO O ENSINO FUNDAMENTAL DE NOVE ANOS - BRASIL - 2013-2019

Fonte: Elaborado pela Direção/Inep com base em dados da Pnad-c/IBGE (2013-2019).

POPULAÇÃO DE 16 ANOS COM PELO MENOS O ENSINO FUNDAMENTAL CONCLUÍDO

Indicador 2B: Percentual de pessoas de 16 anos com pelo menos o ensino fundamental concluído.

Meta: 95% até 2024.

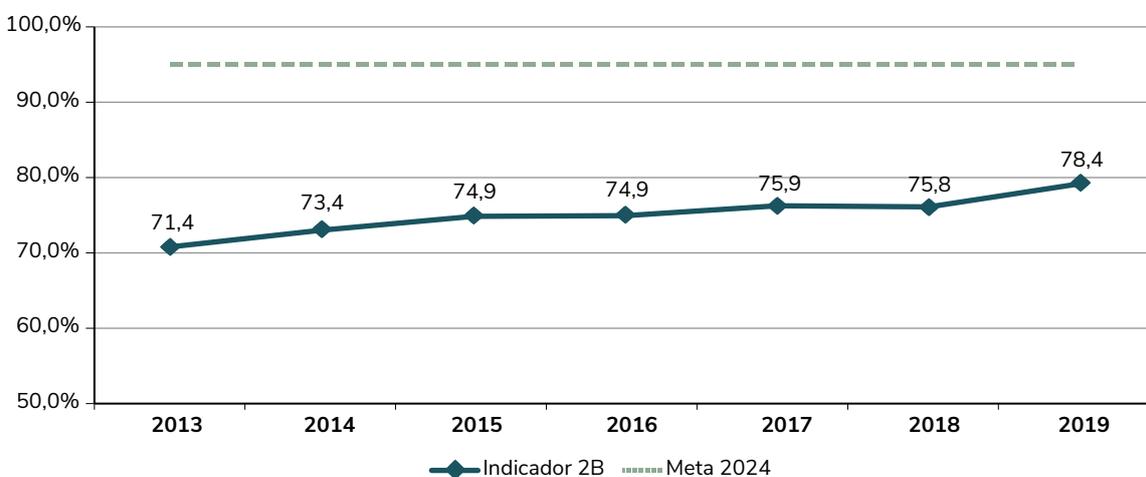


GRÁFICO 6

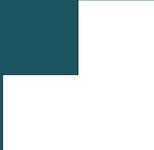
PERCENTUAL DE PESSOAS DE 16 ANOS COM PELO MENOS O ENSINO FUNDAMENTAL CONCLUÍDO - BRASIL - 2013-2019

Fonte: Elaborado pela Direção/Inep com base em dados da Pnad-c/IBGE (2013-2019).

PRINCIPAIS CONCLUSÕES

Com base nos dados apresentados nesta seção, as seguintes conclusões podem ser extraídas acerca da evolução dos Indicadores 2A e 2B, para fins de monitoramento da Meta 2 do PNE:

1. A cobertura no ensino fundamental de nove anos chegou, em 2019, a 98,1% das crianças e adolescentes de 6 a 14 anos na escola, tendo praticamente sido universalizado o atendimento escolar da população nessa faixa etária.
2. As desigualdades regionais mostram tendência de redução, bem como entre áreas urbanas e rurais, meninos e meninas e negros e brancos ao longo do período 2013-2019, sendo estatisticamente nula a diferença estimada em 2019 entre esses grupos.
3. Quanto à conclusão na idade recomendada, os dados apontam que o Brasil alcançou um índice de 78,4% em 2019, quando a meta estabelece para 2024 o índice de 95%. Para a meta ser atingida em 2024, será preciso que o indicador cresça, em média, 3,3 p.p. ao ano. No período 2013-2019, a variação foi, em média, de 1,2 p.p. ao ano, o que é insuficiente para que a meta seja alcançada no prazo previsto.
4. As desigualdades no indicador de conclusão na idade recomendada entre os estados são significativas, estando os extremos demarcados entre Sergipe (59,1%) e São Paulo (94,5%), considerando os índices estimados para 2019.
5. As desigualdades na variação do indicador de conclusão na idade recomendada entre os estados também são expressivas, com Amazonas crescendo 15,7 p.p. e Rio Grande do Sul recuando 3,8 p.p. entre 2013 e 2019.
6. As desigualdades no indicador de conclusão na idade recomendada apresentam tendência de queda entre áreas urbanas e rurais e entre negros e brancos. Já entre meninos e meninas, permanecem praticamente constantes no período entre 2013 e 2019, com vantagem para as meninas de 11,8 p.p.
7. As estimativas revelam um aumento da desigualdade relacionada à renda domiciliar *per capita* para o indicador de conclusão na idade recomendada entre 2016 e 2018, invertendo a tendência observada entre 2004 e 2015.



META 3

.....

**UNIVERSALIZAR, ATÉ 2016,
O ATENDIMENTO ESCOLAR PARA
TODA A POPULAÇÃO DE 15
(QUINZE) A 17 (DEZESSETE) ANOS E
ELEVAR, ATÉ O FINAL DO PERÍODO
DE VIGÊNCIA DESTE PNE, A TAXA
LÍQUIDA DE MATRÍCULAS NO
ENSINO MÉDIO PARA 85% (OITENTA
E CINCO POR CENTO).**

.....

POPULAÇÃO DE 15 A 17 ANOS QUE FREQUENTA A ESCOLA OU JÁ CONCLUIU A EDUCAÇÃO BÁSICA

Indicador 3A: Percentual da população de 15 a 17 anos que frequenta a escola ou já concluiu a educação básica.

Meta: 100% de cobertura dessa população até 2016.

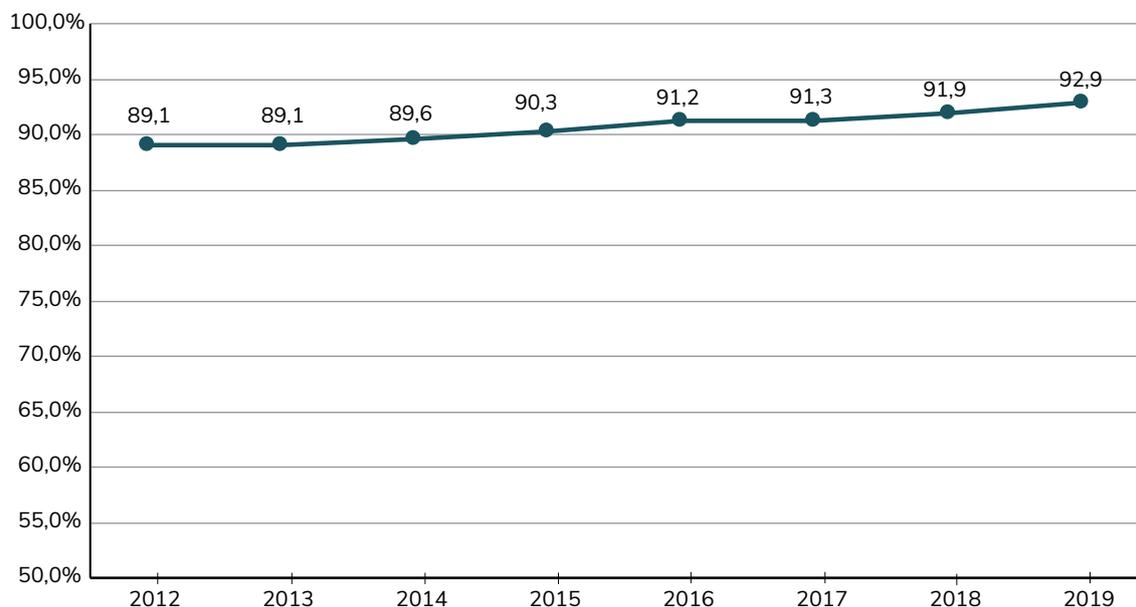


GRÁFICO 1

PERCENTUAL DA POPULAÇÃO DE 15 A 17 ANOS DE IDADE QUE FREQUENTAVA A ESCOLA OU HAVIA CONCLUÍDO A EDUCAÇÃO BÁSICA – BRASIL – 2012-2019

Fonte: Elaborado pela Dired/Inep com base em dados da Pnad Contínua/IBGE (2012-2019).

POPULAÇÃO DE 15 A 17 ANOS QUE FREQUENTA O ENSINO MÉDIO OU POSSUI EDUCAÇÃO BÁSICA COMPLETA

Indicador 3B: Percentual da população de 15 a 17 anos que frequenta o ensino médio ou possui educação básica completa.

Meta: 85% de matrícula líquida no ensino médio até 2024.

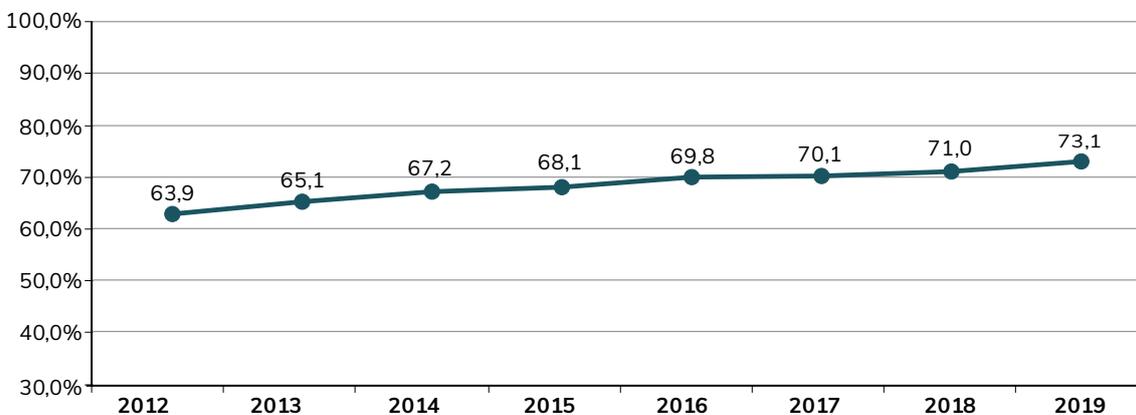


GRÁFICO 6

PERCENTUAL DA POPULAÇÃO DE 15 A 17 ANOS DE IDADE QUE FREQUENTAVA O ENSINO MÉDIO OU HAVIA CONCLUÍDO A EDUCAÇÃO BÁSICA – BRASIL – 2012-2019

Fonte: Elaborado pela Dired/Inep com base em dados da Pnad Contínua/IBGE (2012-2019).

PRINCIPAIS CONCLUSÕES

1. A universalização do acesso à escola para os jovens de 15 a 17 anos, a ser atingida em 2016, ainda não foi alcançada, visto que, em 2019, 7,1% deles não frequentavam a escola.
2. Nenhuma das regiões brasileiras alcançou, em 2019, a meta nacional de universalização da educação básica para a população de 15 a 17 anos, que havia sido planejada para ser atingida em 2016.
3. Em 2019, 89,2% da população de 15 a 17 anos residente no campo frequentava a escola ou já tinha a educação básica completa; nas áreas urbanas, o valor era de 93,6%.
4. No ano de 2018, enquanto entre os 25% mais ricos o percentual dos que, com idade entre 15 e 17 anos, frequentavam a escola era de 98,1%, entre os 25% mais pobres era de 87,8%, diferença superior a 10 p.p.
5. Em 2019, 73,1% da população de 15 a 17 anos frequentava o ensino médio ou já havia concluído a educação básica.
6. Na região Sudeste, em 2019, o percentual da população que frequentava ou já tinha o ensino médio era de 80,9%; nas regiões Norte e Nordeste, era de 64,6% e 65,1%, respectivamente.
7. O percentual dos residentes no campo, com idade entre 15 e 17 anos, que frequentavam o ensino médio ou possuíam a educação básica completa era de 62,0%; já para o grupo residente nas áreas urbanas, o valor era de 75,4%, uma diferença de 15,4 p.p., em 2019.
8. O acesso ao ensino médio entre as mulheres era maior do que o observado para os homens: a diferença, em 2019, era de aproximadamente 10 p.p.
9. O cenário de desigualdades se apresentava também ao se comparar a situação entre os negros e os brancos. Os primeiros estavam, em 2019, a uma distância de 16,5 p.p. em relação à meta.
10. A diferença no Indicador 3B considerando o rendimento era elevada: em 2018, entre os 25% mais ricos, o percentual da população de 15 a 17 anos de idade que frequentava o ensino médio ou possuía a educação básica completa era de 90,3%; entre os 25% mais pobres, o indicador era de 57,9%, uma diferença de 32,4 p.p.



META

4

.....

UNIVERSALIZAR, PARA A POPULAÇÃO DE 4 (QUATRO) A 17 (DEZESSETE) ANOS COM DEFICIÊNCIA, TRANSTORNOS GLOBAIS DO DESENVOLVIMENTO E ALTAS HABILIDADES OU SUPERDOTAÇÃO, O ACESSO À EDUCAÇÃO BÁSICA E AO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO, PREFERENCIALMENTE NA REDE REGULAR DE ENSINO, COM A GARANTIA DE SISTEMA EDUCACIONAL INCLUSIVO, DE SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS, CLASSES, ESCOLAS OU SERVIÇOS ESPECIALIZADOS, PÚBLICOS OU CONVENIADOS.

.....

POPULAÇÃO DE 4 A 17 ANOS DE IDADE COM DEFICIÊNCIA QUE FREQUENTA A ESCOLA

Indicador 4A: Percentual da população de 4 a 17 anos de idade com deficiência que frequenta a escola.

Meta: 100% de cobertura até 2024.

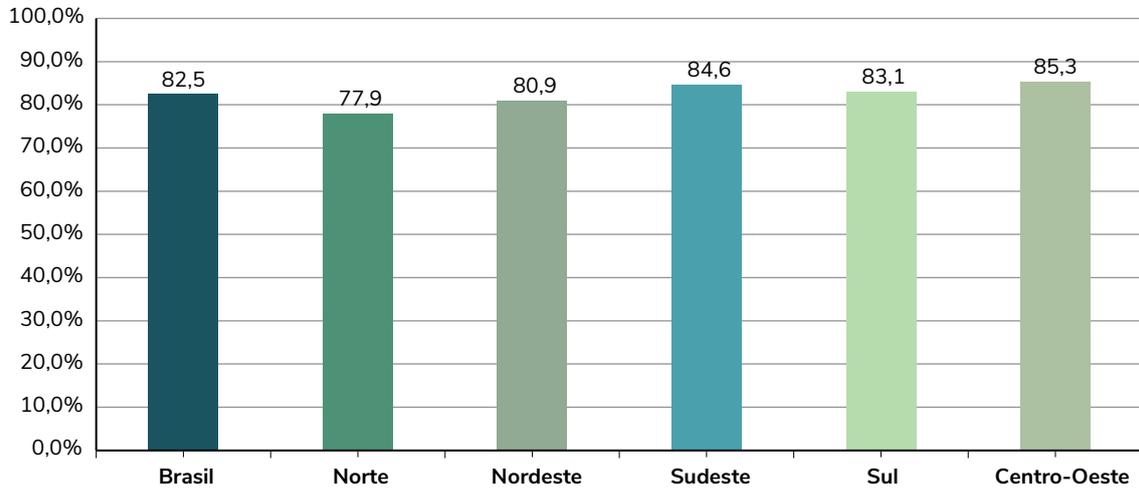


GRÁFICO 1

PERCENTUAL DA POPULAÇÃO DE 4 A 17 ANOS COM DEFICIÊNCIA QUE FREQUENTAVA A ESCOLA, POR BRASIL E GRANDE REGIÃO – 2010

Fonte: Elaborado pela Dired/Inep com base em dados do Censo Demográfico 2010/IBGE.

POPULAÇÃO DE 4 A 17 ANOS COM DEFICIÊNCIA, TGD E ALTAS HABILIDADES OU SUPERDOTAÇÃO QUE ESTUDA EM CLASSES COMUNS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Indicador 4B: Percentual de matrículas em classes comuns da educação básica de alunos de 4 a 17 anos de idade com deficiência, TGD e altas habilidades ou superdotação.

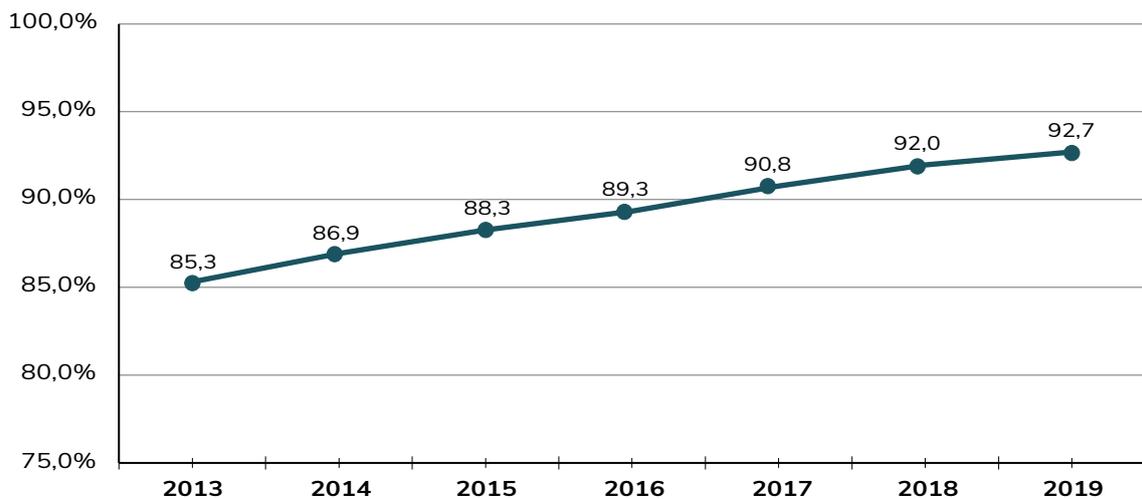


GRÁFICO 4

PERCENTUAL DE MATRÍCULAS EM CLASSES COMUNS DA EDUCAÇÃO BÁSICA DE ALUNOS DE 4 A 17 ANOS DE IDADE COM DEFICIÊNCIA, TGD E ALTAS HABILIDADES OU SUPERDOTAÇÃO – BRASIL – 2013-2019

Fonte: Elaborado pela Dired/Inep com base em dados do Censo da Educação Básica/Inep (2013-2019).

POPULAÇÃO DE 4 A 17 ANOS COM DEFICIÊNCIA, TGD E ALTAS HABILIDADES OU SUPERDOTAÇÃO EM ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO, CLASSES ESPECIAIS, ESCOLAS EXCLUSIVAS NO ENSINO REGULAR E/OU EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Indicador 4C: Percentual de matrículas na educação básica de alunos de 4 a 17 anos de idade com deficiência, TGD, altas habilidades ou superdotação que recebem atendimento educacional especializado.

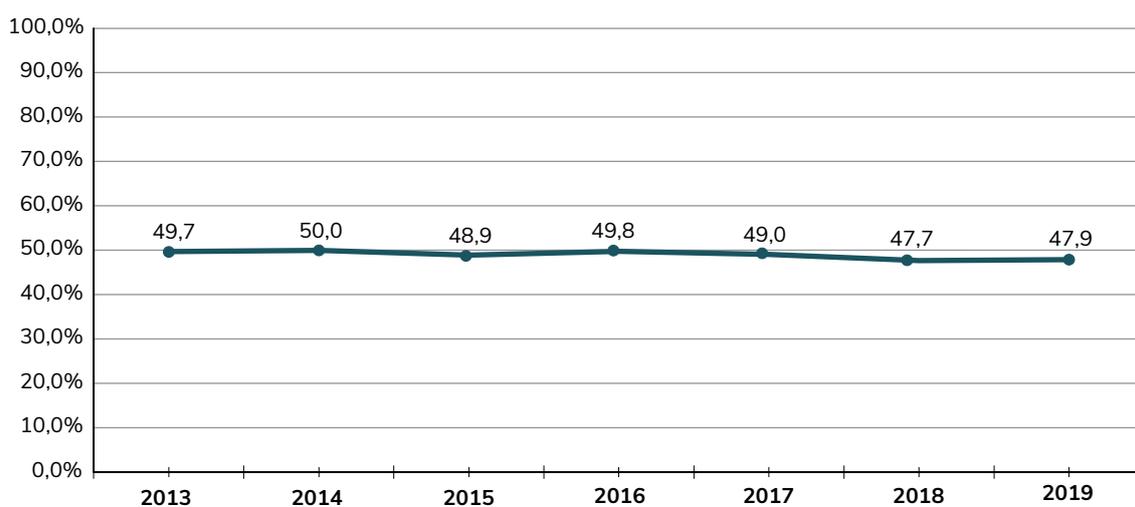


GRÁFICO 10

PERCENTUAL DE MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA DE ALUNOS DE 4 A 17 ANOS DE IDADE COM DEFICIÊNCIA, TRANSTORNOS GLOBAIS DO DESENVOLVIMENTO, ALTAS HABILIDADES OU SUPERDOTAÇÃO QUE RECEBEM ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO – BRASIL – 2013-2019

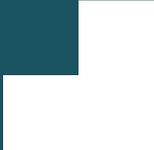
Fonte: Elaborado pela Direção/Inep com base em dados do Censo da Educação Básica/Inep (2013-2019).

PRINCIPAIS CONCLUSÕES

1. Um total de 897.116 (82,5%) crianças e adolescentes com deficiência, em idade escolar, frequentavam creche ou escola em 2010, quantitativo ainda distante da universalização do acesso à educação básica.
2. Em termos de acesso escolar de pessoas com deficiência, havia, em 2010, variabilidade entre as grandes regiões, encontrando-se o Centro-Oeste com o maior número (85,3%) e o Norte com o menor (77,9%).
3. A maior desigualdade entre as unidades da Federação no percentual de matrículas de pessoas com deficiência na educação básica, em 2010, se deu entre o Distrito Federal (90,4%) e o Amazonas (75,5%).
4. Em 2010, o acesso à educação básica da população correspondente ao grupo dos 25% mais pobres (81,4%) era inferior em 8,3 p.p. em relação aos 25% mais ricos (89,7%), apontando que a renda domiciliar *per capita* influencia a escolarização da população com deficiência.

5. Quanto à raça/cor, os menores percentuais de matrículas de pessoas com deficiência na educação básica eram apresentados pelas categorias indígena (70,3%) e negra – preta e parda – (82,0%) e os maiores, pelas categorias amarela (85,5%) e branca (83,2%), em 2010.
6. O percentual de alunos que são público-alvo da educação especial em classes comuns aumentou 7,4 p.p. no período de 2013 a 2019.
7. Houve um aumento de matrículas que compõem o público-alvo da educação especial em classes comuns em todas as grandes regiões e UFs entre 2013 e 2019, chegando a atingir 13,8 p.p. de variação no Distrito Federal e quase 12,0 p.p. de variação nos estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro. Os estados que apresentaram menor variação foram Goiás (0,8 p.p.) e Piauí (0,9 p.p.). Entretanto, é importante ponderar que o Piauí apresenta, desde 2014, patamares superiores a 99%.
8. Os percentuais de acesso às classes comuns da educação básica referentes ao público-alvo da educação especial eram superiores, em 2019, na área rural (99,4%) em relação à urbana (91,9%), embora tenha havido, nessa última, crescimento de 8,2 p.p. ao longo do período (2013-2019).
9. Em 2019, o percentual de matrículas que são público-alvo da educação especial em classes comuns aumentou em todas as redes, atingindo 98,3% nas estaduais, 97,3% nas municipais, 91,2% nas federais e 55,7% nas privadas. Destaca-se o crescimento experimentado pelas redes federal e privada entre 2018 e 2019 de 3,6 p.p. e 4,8 p.p., respectivamente.
10. Entre as matrículas dos alunos que faziam parte do público-alvo da educação especial, em 2019, o sexo masculino (93,0%) registrava maior cobertura de atendimento educacional em classes comuns em relação ao feminino (92,25%). Indígenas e negros também apresentavam maiores percentuais em classes comuns em 2019 (94,9% e 94,5%) em comparação a amarelos e brancos (91,8% e 89,9%, respectivamente).
11. O percentual de matrículas na educação básica de alunos de 4 a 17 anos de idade com deficiência, TGD, altas habilidades ou superdotação que recebem atendimento educacional especializado (Indicador 4C) apresentou valores relativamente estáveis ao longo do período analisando (2013-2019), apresentando valores sempre superiores a 47,0% e inferiores a 55,0%, sendo o maior valor do período observado em 2014 (50,0%).
12. Apesar dessa relativa estabilidade, destaca-se a redução do percentual dessas matrículas ao compararmos o ano de 2013 com o de 2019: queda de 1,8 p.p. Entretanto, entre 2015 e 2016 e também entre 2018 e 2019 observa-se um incremento do indicador em 0,9 p.p. e 0,2 p.p., respectivamente. Esse cenário demanda a inclusão de novos pontos na série histórica para que se possa afirmar a configuração de uma trajetória.
13. Observando as diferenças, no atendimento educacional especializado entre as unidades da Federação entre 2013 e 2019, as maiores variações positivas no Indicador 4C ocorreram em Alagoas e no Pará: 15,5 p.p. e 14,8 p.p., respectivamente.

14. No que tange às diferenças regionais, para o Indicador 4C, é importante destacar que, em 2019, a região Sul é a que exibe o maior percentual (57,3%), seguida pela região Norte, com 52,5%. O menor valor do Indicador 4C é encontrado na região Nordeste (41,1%).
15. Ao analisarmos os dados do Indicador 4C, desagregados por localização da escola (urbana e rural), podemos perceber que essas áreas apresentam trajetórias bastante distintas, ou seja, aumento no indicador na área rural (7,0 p.p. entre 2013-2019) e decréscimo desse valor na área urbana (-3,0 p.p.).
16. No que se refere à análise do Indicador 4C, por dependência administrativa, destaca-se que ao longo de todo período aqui reportado, a rede privada foi a que apresentou o maior percentual dessas matrículas, entretanto exibiu redução de 18,5 p.p., passando de 68,8% em 2013 para 50,3% em 2019. A rede estadual foi aquela em que o Indicador 4C permaneceu mais estável entre 2013 e 2019 com valores superiores a 40%, ao passo que a rede federal foi a que apresentou maior queda: 24,3 p.p.
17. A redução do percentual de matrículas em atendimento educacional especializado ocorreu para os alunos de ambos os sexos ao longo do período analisado.
18. Na análise do Indicador 4C (2013-2019), por categorias de raça/cor, destacam-se: i) redução do percentual da categoria não declarada que apresentava valor de 47,7% em 2013 e 45,8% em 2019; e ii) redução do percentual dessas matrículas também entre todas as categorias de raça/cor, sendo a maior redução observada entre os brancos (-3,2 p.p.), seguida pelos indígenas (decréscimo de 2,7 p.p.).



**META
5**

.....

**ALFABETIZAR TODAS AS CRIANÇAS,
NO MÁXIMO, ATÉ O FINAL DO
3º (TERCEIRO) ANO DO ENSINO
FUNDAMENTAL.**

.....

INDICADOR 5A – PERCENTUAL DOS ESTUDANTES POR NÍVEL DE PROFICIÊNCIA DO 3º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL EM LEITURA

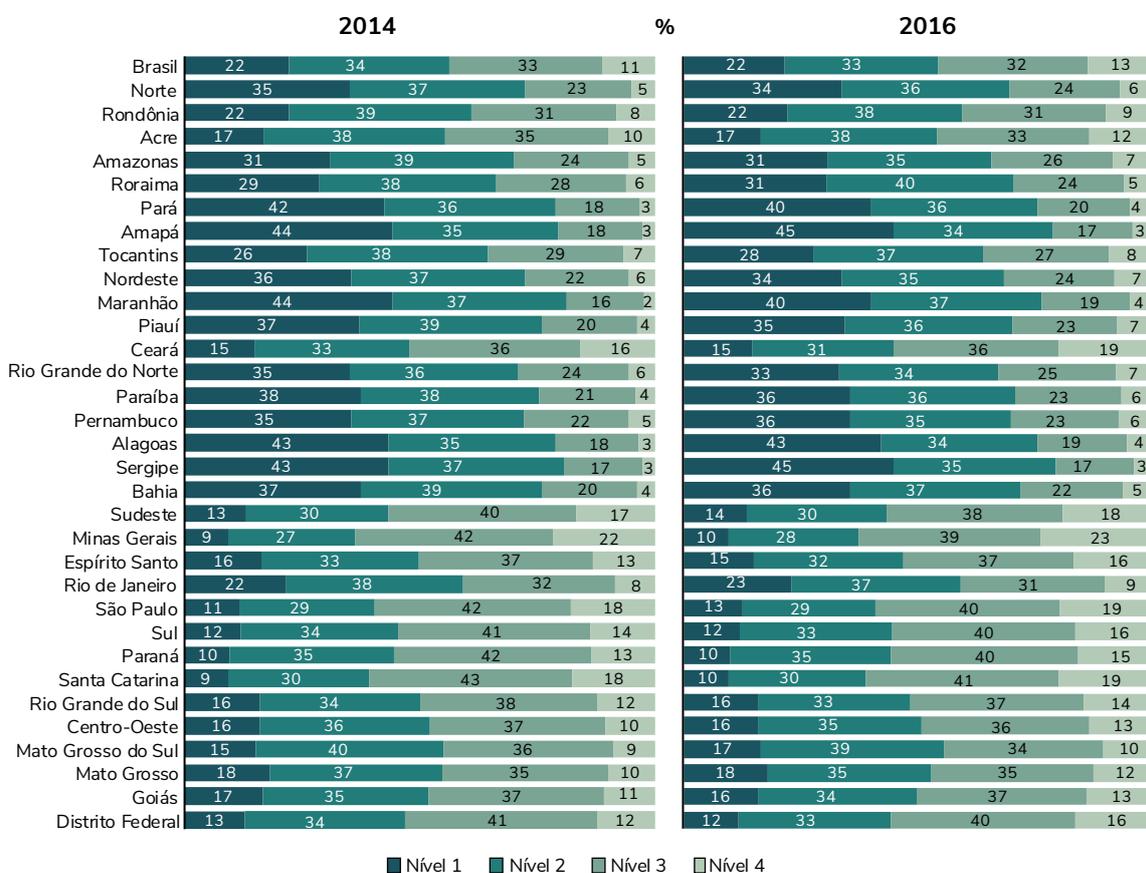
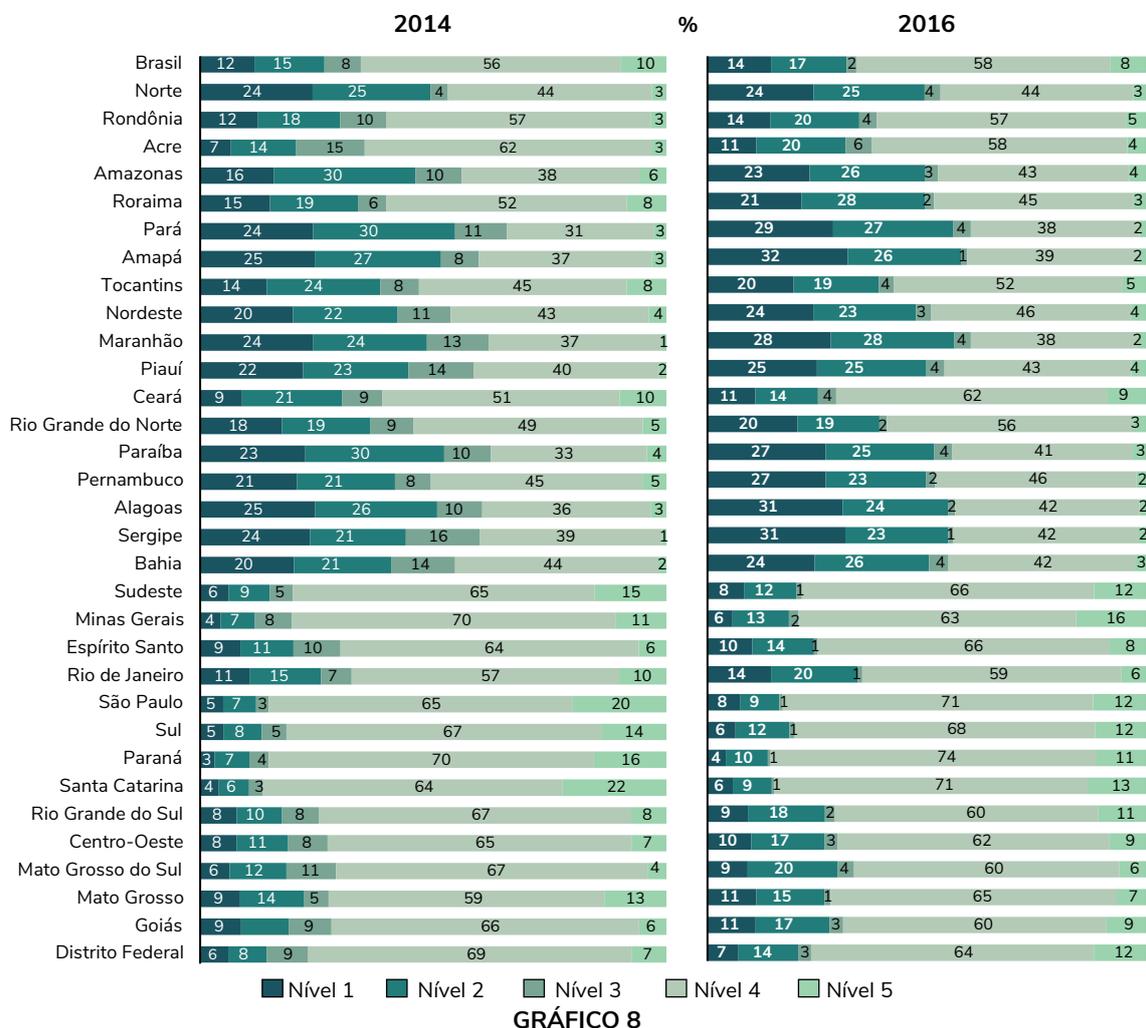


GRÁFICO 1

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS ESTUDANTES NOS NÍVEIS DE PROFICIÊNCIA EM LEITURA NA ANA – POR BRASIL, GRANDE REGIÃO E UNIDADE DA FEDERAÇÃO – 2014/2016

Fonte: Elaborado pela Direção de Inep com base em dados da ANA/Inep (2014/2016).

INDICADOR 5B – PERCENTUAL POR NÍVEL DE PROFICIÊNCIA DOS ESTUDANTES DO 3º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL EM ESCRITA



DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS ESTUDANTES NOS NÍVEIS DE PROFICIÊNCIA EM ESCRITA NA ANA – POR BRASIL, GRANDE REGIÃO E UNIDADE DA FEDERAÇÃO – 2014/2016

Fonte: Elaborado pela Diretd/Inep com base em dados da ANA/Inep (2014/2016).

INDICADOR 5C – PERCENTUAL POR NÍVEL DE PROFICIÊNCIA DOS ESTUDANTES DO 3º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL EM MATEMÁTICA

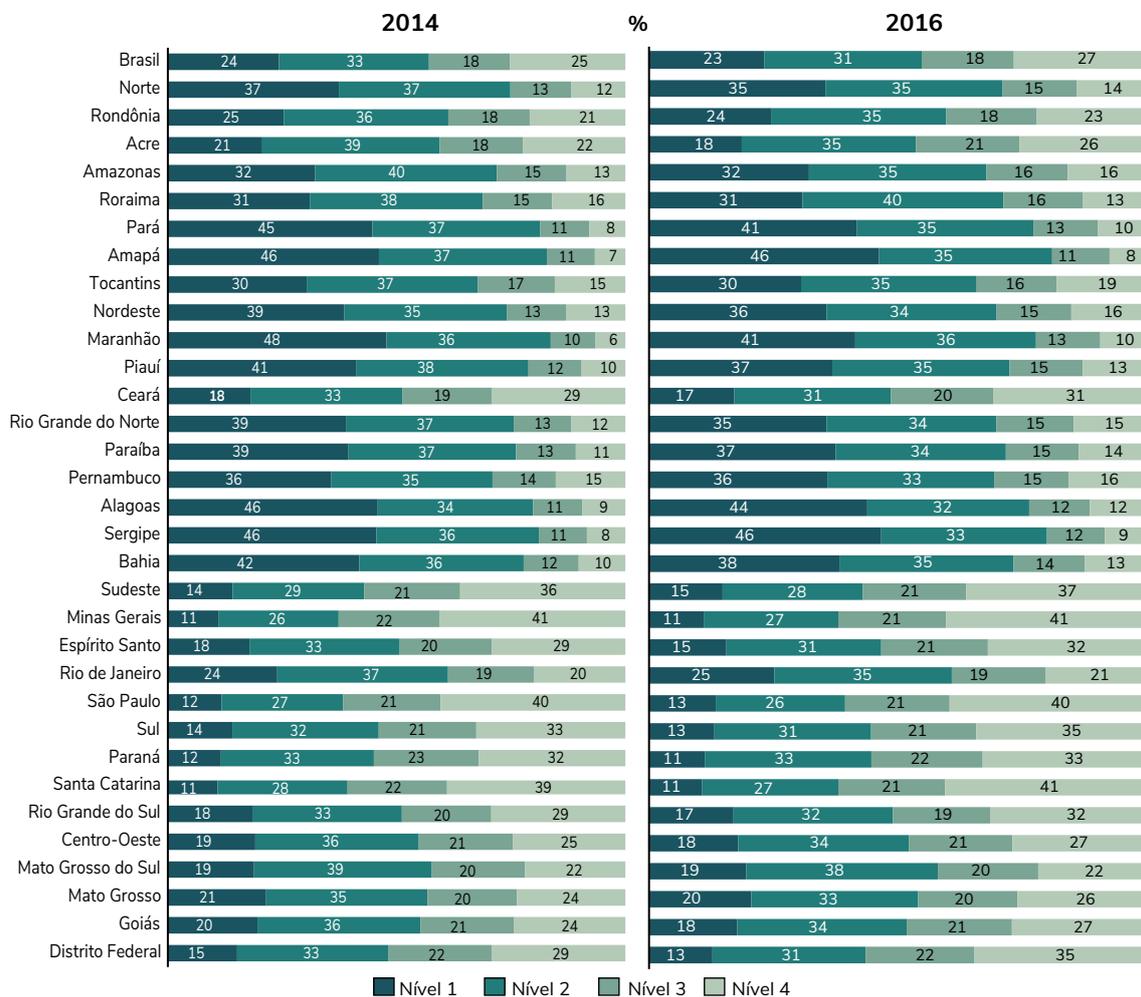


GRÁFICO 15

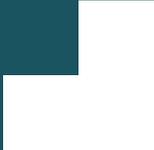
DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS ESTUDANTES NOS NÍVEIS DE PROFICIÊNCIA EM MATEMÁTICA NA ANA – POR BRASIL, GRANDE REGIÃO E UNIDADE DA FEDERAÇÃO – 2014/2016

Fonte: Elaborado pela Diretd/Inep com base em dados da ANA/Inep (2014/2016).

PRINCIPAIS CONCLUSÕES

1. Em relação à proficiência em Leitura, constata-se, em nível nacional, que cerca de dois terços dos estudantes do 3º ano do ensino fundamental se concentram nos níveis 2 e 3 da escala nas duas edições da ANA (2014 e 2016), tendo havido ligeira melhora em 2016, expressa pelo aumento de 2,0 p.p. no quantitativo de estudantes posicionados no nível 4. Não obstante, cerca de 22% dos estudantes se encontram no nível mais baixo da escala (nível 1) e mais de 50% dos estudantes se concentram nos níveis 1 e 2 nas duas edições consideradas.

2. Nas regiões Norte e Nordeste, há maior percentual de estudantes posicionados no nível mais baixo da escala de Leitura: cerca de 30% dos estudantes, chegando a atingir mais de 40% em alguns estados. Também é expressivo o percentual de estudantes nesse nível nas escolas da área rural (cerca de 35%).
3. Considerando as redes de ensino, a rede municipal apresenta o maior percentual de estudantes (24% em 2014 e 23% em 2016) posicionados no nível mais baixo da escala de Leitura. Somando os estudantes cuja proficiência se localiza nos níveis 1 e 2, chega-se a aproximadamente 58% na rede municipal e 47% na rede estadual.
4. No que se refere à proficiência em Escrita, observa-se que o nível 4 da escala é o de maior concentração de estudantes para o Brasil (aproximadamente 57%) nas duas edições da ANA. No nível 1, há pouco mais de 10% dos estudantes. Entretanto, para as regiões Norte e Nordeste, esse percentual é maior: passa de 20%, chegando a atingir, em 2016, pouco mais de 30% para os estados do Amapá, Alagoas e Sergipe. Para os estudantes matriculados em escolas da área rural, esse percentual ficou em torno de 20%.
5. Quanto à proficiência em Matemática em nível nacional nas duas edições da ANA, a maior concentração de estudantes aparece no nível 2 da escala, com pouco mais de 30% dos estudantes. Os níveis 1 e 4 da escala (extremos) têm quantitativo similar de estudantes em cada um deles (aproximadamente 25%), indicando expressiva desigualdade de aprendizagem nessa área do conhecimento. Para as regiões Norte e Nordeste, o percentual de estudantes no nível 1 passa de 35% e, em alguns de seus estados, ultrapassa 40%. Nas escolas da área rural, esse percentual é um pouco superior a 35%.
6. Com relação à dependência administrativa, os menores resultados foram observados na rede municipal, nas três áreas do conhecimento avaliadas. Tais resultados são preocupantes na medida em que os municípios são os maiores responsáveis pela alfabetização de crianças. As redes estaduais, que também respondem por parte da alfabetização nos anos iniciais do ensino fundamental, apresentaram desempenho médio superior aos resultados das redes municipais.
7. De forma geral, os resultados observados para 2014 e 2016 ficaram próximos, inclusive nas várias desagregações analisadas, demonstrando certa estagnação no desempenho dos estudantes do 3º ano do ensino fundamental avaliados pela ANA.



META 6

.....

OFERECER EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL EM, NO MÍNIMO, 50% (CINQUENTA POR CENTO) DAS ESCOLAS PÚBLICAS, DE FORMA A ATENDER, PELO MENOS, 25% (VINTE E CINCO POR CENTO) DOS(AS) ALUNOS(AS) DA EDUCAÇÃO BÁSICA.

.....

ALUNOS DE EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL

Indicador 6A: Percentual de alunos da educação básica pública que pertencem ao público-alvo da ETI e que estão em jornada de tempo integral.

Meta: Oferta da ETI para, pelo menos, 25% dos alunos das escolas públicas, até 2024.

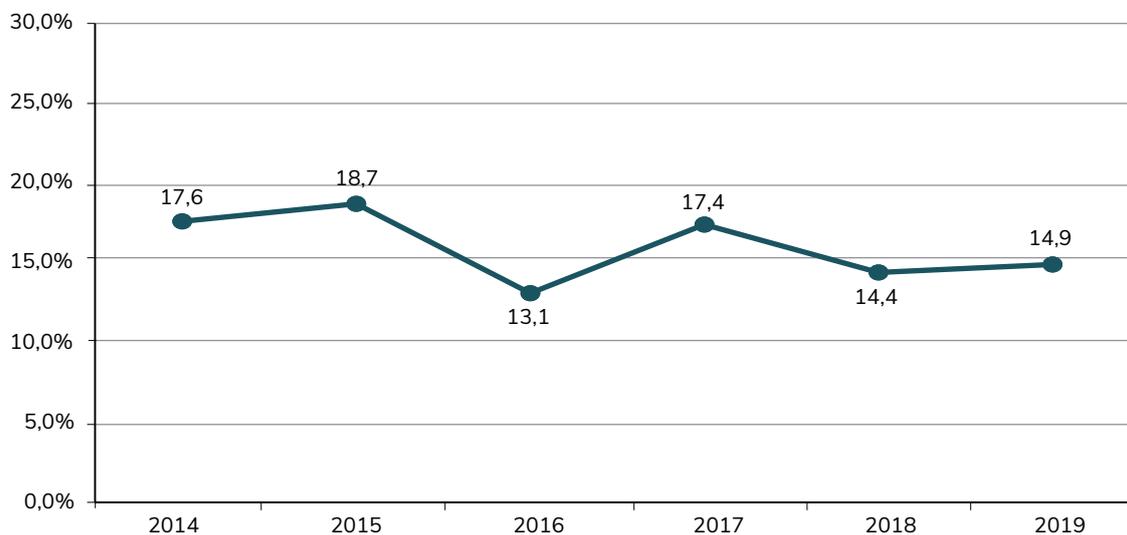


GRÁFICO 1

PERCENTUAL DE ALUNOS DE ETI – BRASIL – 2014-2019

Fonte: Elaborado pela Direção/Inep com base em dados do Censo da Educação Básica/Inep (2014-2019).

ESCOLAS DE EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL

Indicador 6B: Percentual de escolas públicas da educação básica que possuem, pelo menos, 25% dos alunos do público-alvo da ETI em jornada de tempo integral.

Meta: 50% das escolas públicas ofertando ETI até 2024.

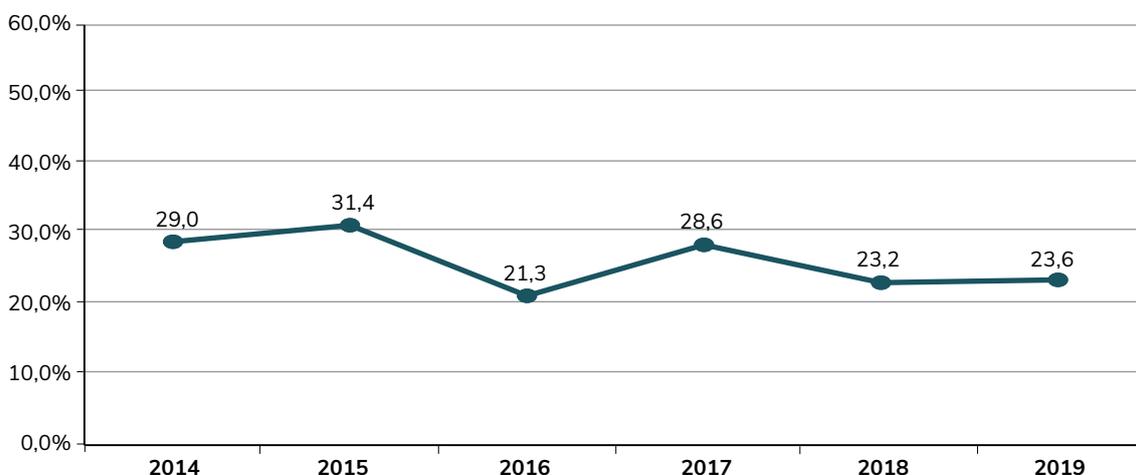


GRÁFICO 6

PERCENTUAL DE ESCOLAS DE ETI – BRASIL – 2014-2019

Fonte: Elaborado pela Direção/Inep com base em dados do Censo da Educação Básica/Inep (2014-2019).

PRINCIPAIS CONCLUSÕES

1. Em 2019, os resultados aferidos pelos Indicadores 6A (14,9%) e 6B (23,6%) apontam que as metas ainda estão longe de ser atingidas em 2024. Para alcançá-las, é preciso aumentar em 10,1 p.p. o número de alunos de ETI, assegurando um crescimento médio de 2,02 p.p. por ano; além disso, é preciso aumentar em 26,4 p.p. o número de escolas de ETI, promovendo um crescimento médio de 5,3 p.p. por ano.
2. A região Norte foi a que apresentou os percentuais mais baixos, tanto de alunos quanto de escolas de ETI. A região Nordeste apresentou o maior percentual de alunos de ETI, ao passo que a região Sul apresentou o maior percentual de escolas de ETI. Esses resultados alertam para os desafios que os estados do Norte do País enfrentam para promover essa forma de educação.
3. A área urbana, diferentemente de vários anos anteriores, apresenta o maior percentual de alunos de ETI. E, nos últimos dois anos, praticamente se igualou à oferta desse tipo de educação na área rural. Já no caso das escolas de ETI, o maior percentual se encontra na área urbana, em todo período analisado.
4. A rede federal é a que apresenta os melhores resultados no que diz respeito aos alunos de ETI e, também, às escolas de ETI, embora seja uma rede bem menor do que as outras duas em termos quantitativos de alunos e de escolas. A rede municipal se encontra em uma situação intermediária para ambos os indicadores; a rede estadual, por sua vez, exibe o menor percentual de alunos e de escolas de ETI.
5. O maior percentual de alunos e escolas de ETI, atualmente, está na educação infantil. O ensino médio é o que apresentou o maior crescimento no percentual de alunos e de escolas de ETI no período analisado, chegando, em 2019, a praticamente ultrapassar os resultados do ensino fundamental e a igualar os de escola relativos aos anos iniciais do ensino fundamental. Este, por sua vez, concentra o maior quantitativo de alunos, e é a etapa da educação básica que apresentou a maior queda no percentual de alunos e de escolas no período analisado.

META 7

FOMENTAR A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO BÁSICA EM TODAS AS ETAPAS E MODALIDADES, COM MELHORIA DO FLUXO ESCOLAR E DA APRENDIZAGEM, DE MODO A ATINGIR AS SEGUINTE MÉDIAS NACIONAIS PARA O IDEB:

Nível de ensino	2015	2017	2019	2021
Anos iniciais do ensino fundamental	5,2	5,5	5,7	6,0
Anos finais do ensino fundamental	4,7	5,0	5,2	5,5
Ensino médio	4,3	4,7	5,0	5,2

IDEB DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Indicador 7A: Ideb dos anos iniciais do ensino fundamental.

Meta: Atingir Ideb 6,0 até 2024.

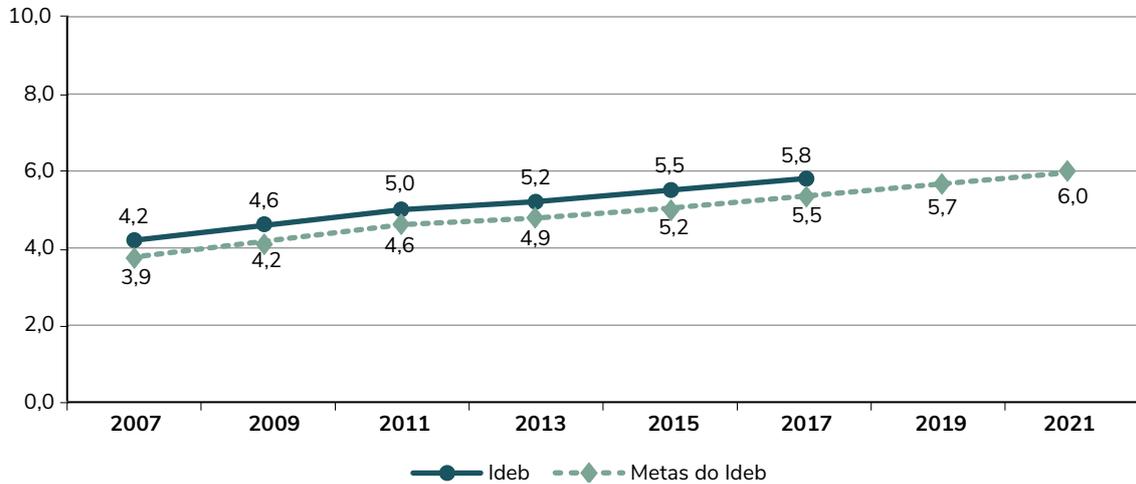


GRÁFICO 1

IDEB DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL E METAS FIXADAS NO PNE BRASIL – 2007-2021

Fonte: Elaborado pela Dired/Inep com base em dados do Ideb/Inep (2007-2017).

IDEB DOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Indicador 7B: Ideb dos anos finais do ensino fundamental.

Meta: Atingir Ideb 5,5 até 2024.

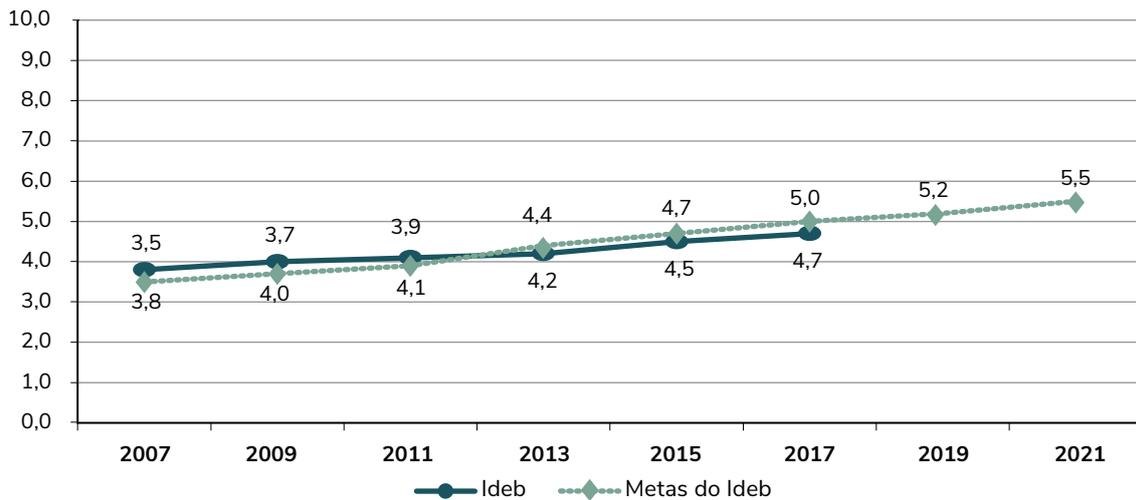


GRÁFICO 8

IDEB DOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL E METAS FIXADAS NO PNE BRASIL – 2007-2021

Fonte: Elaborado pela Dired/Inep com base em dados do Ideb/Inep (2007-2017).

IDEB DO ENSINO MÉDIO

Indicador 7C: Ideb do ensino médio.

Meta: Atingir Ideb 5,2 até 2024.

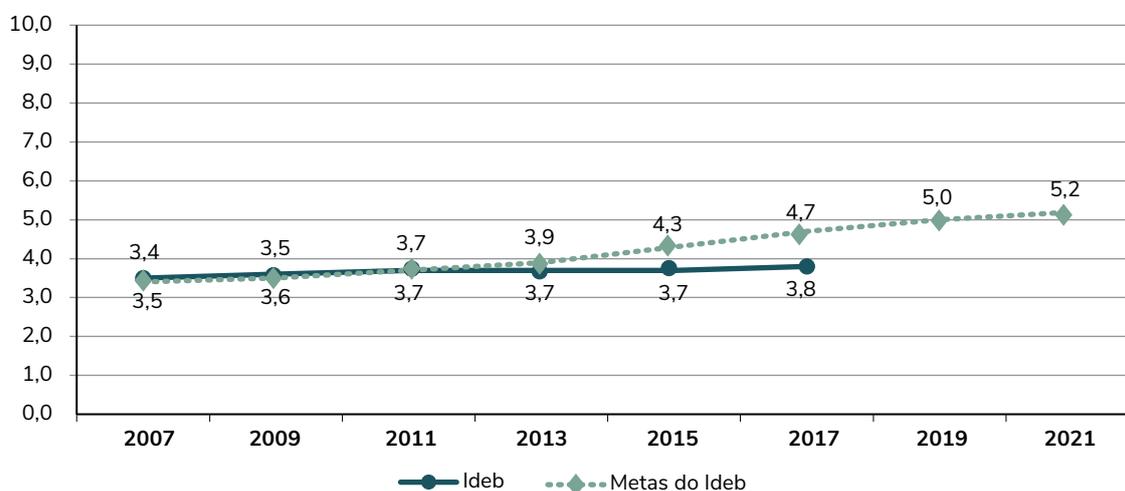


GRÁFICO 15

IDEB DO ENSINO MÉDIO E METAS FIXADAS NO PNE – BRASIL – 2007-2021

Fonte: Elaborado pela Direde/Inep com base em dados do Ideb/Inep (2007-2017).

PRINCIPAIS CONCLUSÕES

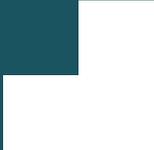
ENSINO FUNDAMENTAL

1. O Ideb dos anos iniciais do EF segue uma trajetória crescente no período de 2007 a 2017, superando as metas fixadas no PNE para o período. Houve um crescimento tanto da taxa média de aprovação, quanto da média de desempenho dos alunos do 5º ano do EF em Língua Portuguesa e em Matemática nas avaliações nacionais (Saeb).
2. Não obstante, os resultados referentes aos níveis de aprendizado alcançados pelos alunos do 5º ano do EF no Saeb 2017 evidenciam que há um percentual significativo de alunos cuja proficiência está situada nos níveis mais baixos das escalas de proficiência de Língua Portuguesa e de Matemática do Saeb, indicando desigualdades e menor aprendizado.
3. O Ideb dos anos finais do EF, embora apresente uma trajetória crescente no período de 2007 a 2017, não atinge, desde 2013, as metas fixadas no PNE. Em 2017, o Ideb dos anos finais do EF foi 4,7, ficando abaixo da meta fixada para esse ano (5,0).
4. Embora tenha havido um crescimento da taxa média de aprovação no período, a reprovação e o abandono ainda afetam cerca de 13% dos estudantes nesta etapa, o que compromete a demanda do PNE de que 95% dos alunos concluam o EF na idade adequada (ou seja, que tenham uma trajetória regular).

5. O desempenho médio dos alunos do 9º ano do EF em Língua Portuguesa e em Matemática foi crescente. Não obstante, os resultados do Saeb 2017 evidenciam desigualdades no aprendizado dos alunos, revelando que há um quantitativo expressivo de alunos que demonstram proficiência situada nos níveis mais baixos das escalas de Língua Portuguesa e de Matemática, o que indica aprendizado insuficiente.

ENSINO MÉDIO

6. O Ideb do ensino médio, que apontava estagnação desde 2011 (3,7), apresentou um crescimento em 2017, para 3,8, continuando, no entanto, abaixo da meta intermediária fixada para esse ano (4,7).
7. Embora tenha havido aumento da taxa de aprovação no ensino médio no período, essa taxa atingiu somente 83,9% em 2017, sinalizando que a trajetória de um número considerável de alunos é irregular.
8. Quanto ao desempenho dos alunos da 3ª série do EM na avaliação nacional do Saeb, nota-se, em 2017, um aumento da proficiência média dos alunos em Língua Portuguesa e em Matemática, comparativamente a 2015, o que, no entanto, não representa uma evolução real para o período analisado, uma vez que se retorna basicamente a patamares de desempenho de anos anteriores, ficando, inclusive, abaixo dos resultados obtidos em 2009 e 2011.
9. A análise dos níveis de aprendizado alcançados pelos alunos da 3ª série do EM, com base nas escalas de proficiência de Língua Portuguesa e de Matemática no Saeb 2017, revela que há um quantitativo expressivo de alunos cuja proficiência está situada em níveis inferiores dessas escalas, especialmente em Matemática. Essa situação indica um aprendizado precário em termos do desenvolvimento das competências e habilidades em Língua Portuguesa e em Matemática avaliadas para o ensino médio.
10. De modo geral, esses resultados apontam para o grande desafio do sistema educacional brasileiro: melhorar o ensino e a aprendizagem dos estudantes, garantindo a todos nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e aos objetivos de aprendizagem e de desenvolvimento de seu ano de estudo e uma progressão/um fluxo escolar regular.



META

8

.....

ELEVAR A ESCOLARIDADE MÉDIA DA POPULAÇÃO DE 18 (DEZOITO) A 29 (VINTE E NOVE) ANOS, DE MODO A ALCANÇAR, NO MÍNIMO, 12 (DOZE) ANOS DE ESTUDO NO ÚLTIMO ANO DE VIGÊNCIA DESTE PLANO, PARA AS POPULAÇÕES DO CAMPO, DA REGIÃO DE MENOR ESCOLARIDADE NO PAÍS E DOS 25% (VINTE E CINCO POR CENTO) MAIS POBRES, E IGUALAR A ESCOLARIDADE MÉDIA ENTRE NEGROS E NÃO NEGROS DECLARADOS À FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE.

.....

ESCOLARIDADE MÉDIA DA POPULAÇÃO DE 18 A 29 ANOS NO BRASIL E NAS GRANDES REGIÕES

Indicador 8A: Escolaridade média da população de 18 a 29 anos de idade.

Meta: Alcançar, no mínimo, escolaridade média igual a 12 anos de estudo em 2024 para o Brasil e para a região de menor escolaridade.

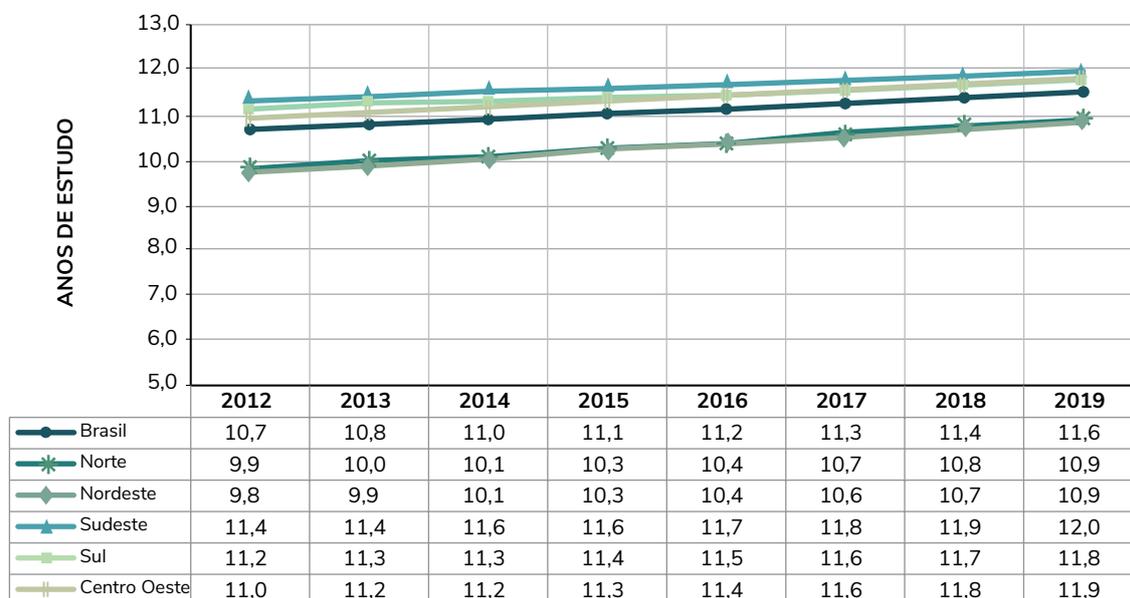


GRÁFICO 1

ESCOLARIDADE MÉDIA, EM ANOS DE ESTUDO, DA POPULAÇÃO DE 18 A 29 ANOS DE IDADE, POR BRASIL E GRANDE REGIÃO – 2012-2019

Fonte: Elaborado pela Diretd/Inep com base em dados da Phad-c/IBGE (2012-2019).

ESCOLARIDADE MÉDIA DA POPULAÇÃO DE 18 A 29 ANOS RESIDENTE NO CAMPO

Indicador 8B: Escolaridade média, em anos de estudo, da população de 18 a 29 anos de idade residente na área rural.

Meta: Alcançar, no mínimo, escolaridade média igual a 12 anos de estudo em 2024.

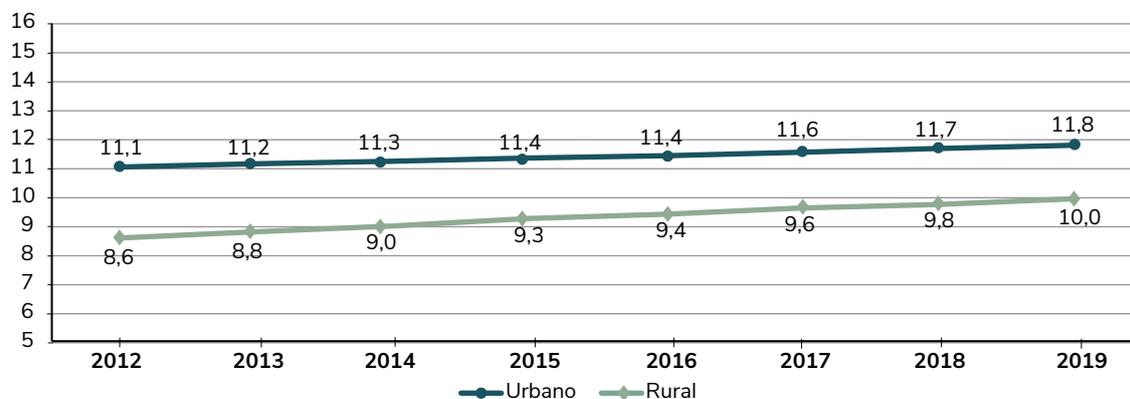


GRÁFICO 2

ESCOLARIDADE MÉDIA, EM ANOS DE ESTUDO, DA POPULAÇÃO DE 18 A 29 ANOS DE IDADE, POR LOCALIZAÇÃO – BRASIL – 2012-2019

Fonte: Elaborado pela Diretd/Inep com base em dados da Phad-c/IBGE (2012-2019).

ESCOLARIDADE MÉDIA DA POPULAÇÃO DE 18 A 29 ANOS PERTENCENTE AOS 25% MAIS POBRES

Indicador 8C: *Escolaridade média, em anos de estudo, da população de 18 a 29 anos de idade pertencente aos 25% mais pobres (renda domiciliar per capita).*

Meta: *Alcançar, no mínimo, escolaridade média igual a 12 anos de estudo em 2024.*

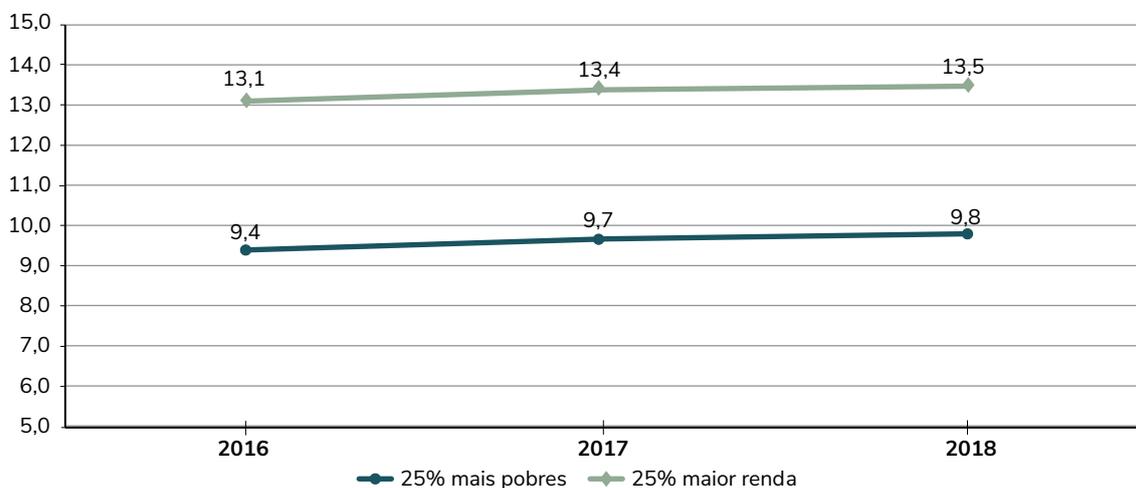


GRÁFICO 3

ESCOLARIDADE MÉDIA, EM ANOS DE ESTUDO, DOS 25% MAIS POBRES E DOS 25% MAIS RICOS DA POPULAÇÃO DE 18 A 29 ANOS DE IDADE, POR RENDA MENSAL DOMICILIAR PER CAPITA – BRASIL – 2016-2018

Fonte: Elaborada pela Dired/Inep com base em dados do Suplemento Educação da Pnad-c/IBGE (2016-2018).

RAZÃO PERCENTUAL ENTRE A ESCOLARIDADE MÉDIA DE NEGROS E NÃO NEGROS

Indicador 8D: *Razão percentual entre a escolaridade média de negros e não negros na faixa etária de 18 a 29 anos.*

Meta: *Igualar a escolaridade entre negros e não negros (100%).*

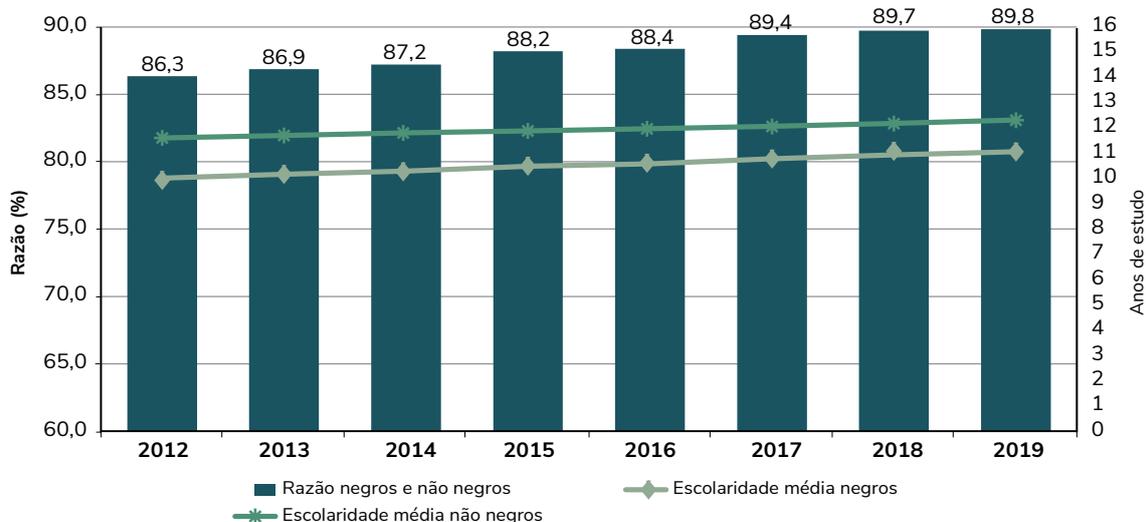


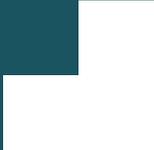
GRÁFICO 4

RAZÃO PERCENTUAL ENTRE A ESCOLARIDADE DE NEGROS (PRETOS E PARDOS) E NÃO NEGROS (BRANCOS E AMARELOS) – BRASIL – 2012-2019

Fonte: Elaborado pela Dired/Inep com base em dados da Pnad-c/IBGE (2012-2019).

PRINCIPAIS CONCLUSÕES

1. Os indicadores da Meta 8, destinados a medir a escolaridade média da população de 18 a 29 anos em nível Brasil e nas regiões, residente no campo, pertencente aos 25% mais pobres e a razão entre a escolaridade dos negros e não negros revelaram taxas relativamente lentas de crescimento nos períodos analisados.
2. Norte e Nordeste figuravam, em 2019, como as regiões de menor escolaridade, ambas apresentando média de 10,9 anos de estudo.
3. Em 2019, a população residente no campo teve uma média de escolaridade de 10,0 anos de estudo, ao passo que a residente em áreas urbanas uma média de 11,8.
4. No caso da desagregação por renda, a escolaridade média da população de 18 a 29 anos de idade pertencente aos 25% mais pobres era, em 2018, de 9,8 anos de estudo, isto é, 2,2 anos de diferença em relação ao objetivo de 12 anos traçado para 2024. Já a observada entre os pertencentes aos 25% mais ricos, no mesmo período, era de 13,5 anos de estudo, em média.
5. Em relação às desigualdades de raça/cor, os dados apontam que a razão entre a escolaridade de negros e não negros era de 89,8%, em 2019, ou seja, 10,2 p.p. distante de uma situação de igualdade.
6. De modo complementar, ao descrever o quantitativo da população de 18 a 29 anos que não possuía o ensino médio completo, verifica-se que é nos estados mais populosos, como São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Bahia, que tal situação ocorre em maior número.



META 9

.....

ELEVAR A TAXA DE ALFABETIZAÇÃO DA POPULAÇÃO COM 15 (QUINZE) ANOS OU MAIS PARA 93,5% (NOVENTA E TRÊS INTEIROS E CINCO DÉCIMOS POR CENTO) ATÉ 2015 E, ATÉ O FINAL DA VIGÊNCIA DESTE PNE, ERRADICAR O ANALFABETISMO ABSOLUTO E REDUZIR EM 50% (CINQUENTA POR CENTO) A TAXA DE ANALFABETISMO FUNCIONAL.

.....

ALFABETIZAÇÃO DA POPULAÇÃO DE 15 ANOS OU MAIS DE IDADE

Indicador 9A: Taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais de idade.

Meta: Taxa de alfabetização igual a 93,5% em 2015 e 100% até 2024.

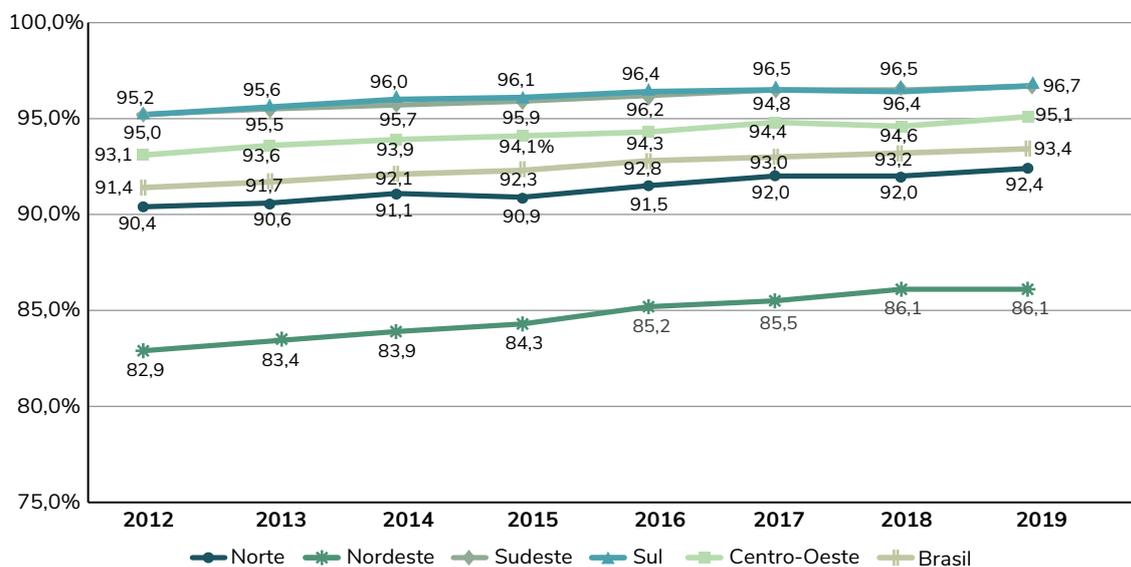


GRÁFICO 1

TAXA DE ALFABETIZAÇÃO DA POPULAÇÃO DE 15 ANOS OU MAIS DE IDADE, POR BRASIL E GRANDE REGIÃO – 2012-2019

Fonte: Elaborado pela Diretd/Inep com base em dados da Pnad contínua/IBGE (2012-2019).

ANALFABETISMO FUNCIONAL DA POPULAÇÃO DE 15 ANOS OU MAIS DE IDADE

Indicador 9B: Taxa de analfabetismo funcional da população de 15 anos ou mais de idade.

Meta: Taxa de analfabetismo funcional igual ou menor a 9,2% em 2024.

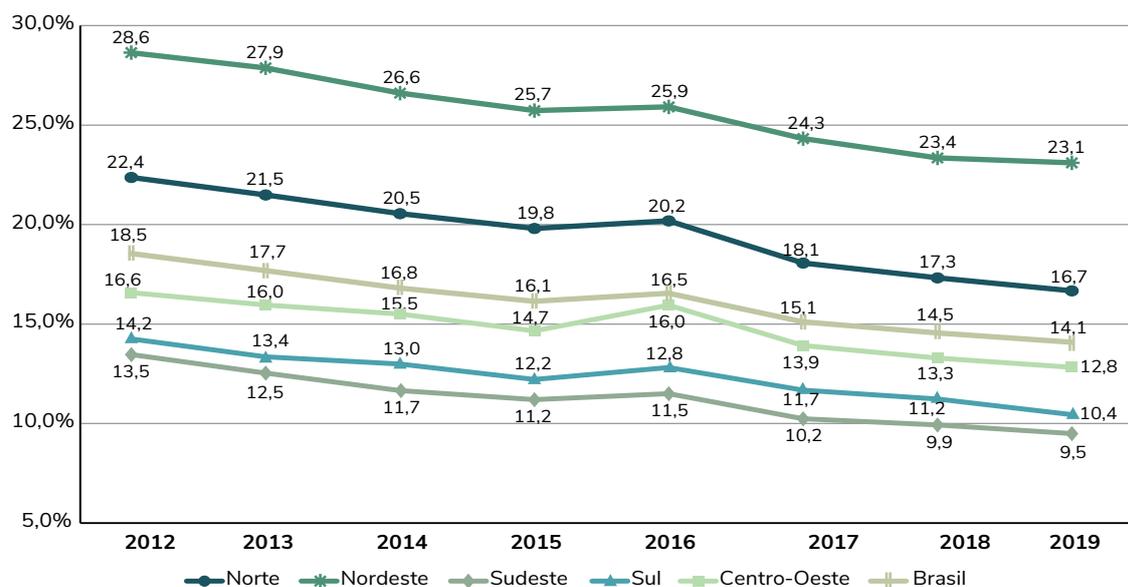


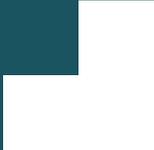
GRÁFICO 6

TAXA DE ANALFABETISMO FUNCIONAL DA POPULAÇÃO DE 15 ANOS OU MAIS DE IDADE, POR BRASIL E GRANDE REGIÃO – 2012-2019

Fonte: Elaborado pela Diretd/Inep com base em dados da Pnad contínua/IBGE (2012-2019).

PRINCIPAIS CONCLUSÕES

1. A taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais de idade do País (Indicador 9A) foi de 93,4%, praticamente alcançando, em 2019, a meta estabelecida para o ano de 2015 e estando 6,6 p.p. abaixo da proposta para 2024.
2. As taxas de alfabetização nas regiões Nordeste (86,1%) e Norte (92,4%) foram as menores, em 2019, mantendo-se abaixo da taxa do País em todo o período de 2012 a 2019, ao contrário daquelas verificadas nas regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste.
3. As taxas de alfabetização em todos os estados da região Nordeste, bem como no Acre, não chegaram a 90%, em 2019. No Nordeste, Alagoas (em torno de 83%), Paraíba e Piauí (ambos com cerca de 84%) apresentaram as menores taxas de alfabetização.
4. A taxa de alfabetização dos residentes nas áreas rurais (82,9%) manteve-se menor que a dos residentes nas áreas urbanas (95,1%), em 2019.
5. A desigualdade entre as taxas de alfabetização de negros (91,1%) e brancos (96,4%) persiste, embora a diferença tenha diminuído no período de 2012 a 2019.
6. Prevaleceu também a desigualdade com relação à taxa de alfabetização dos 25% mais pobres (87,5%) e dos 25% mais ricos (97,8%), em 2018.
7. A taxa de analfabetismo funcional da população de 15 anos ou mais de idade (Indicador 9B) seguiu uma tendência de queda no período de 2012 a 2019. Em 2019, atingiu 14,1%, distante, portanto, 4,9 p.p. da meta estabelecida para 2024 (9,2%).
8. As taxas de analfabetismo funcional nas regiões Norte e Nordeste foram as mais elevadas em 2019 (16,7% e 23,1%, respectivamente), mantendo-se acima da taxa nacional.
9. Todos os estados das regiões Sul e Sudeste apresentaram, em 2019, taxas de analfabetismo funcional abaixo daquela observada para o País (14,1%), enquanto os estados do Nordeste atingiram taxas superiores a 19,0%. Alagoas e Piauí registraram as maiores taxas (26,7% e 26,4%, respectivamente) e Distrito Federal e Rio de Janeiro as menores (6,7% e 7,6%, respectivamente).
10. As taxas de analfabetismo funcional dos residentes nas áreas rurais (31,2%) e dos negros (17,5%), em 2019, são significativamente maiores que as taxas dos residentes nas áreas urbanas (11,4%) e dos brancos (9,8%).
11. Verifica-se grande desigualdade entre as taxas de analfabetismo funcional dos 25% mais ricos (5,3%) e dos 25% mais pobres (20,0%), em 2018, pois a taxa do grupo dos mais pobres é quase quatro vezes maior do que a dos mais ricos. Contudo, a diferença entre esses grupos caiu 2,5 p.p. entre 2016 e 2018.



META 10

.....

**OFERECER, NO MÍNIMO, 25%
(VINTE E CINCO POR CENTO) DAS
MATRÍCULAS DE EDUCAÇÃO DE
JOVENS E ADULTOS, NOS ENSINOS
FUNDAMENTAL E MÉDIO, NA
FORMA INTEGRADA À EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL.**

.....

MATRÍCULAS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA FORMA INTEGRADA À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Indicador 10A: Percentual de matrículas da educação de jovens e adultos na forma integrada à educação profissional.

Meta: Oferecer pelo menos 25% das matrículas da EJA na forma integrada à educação profissional até 2024.

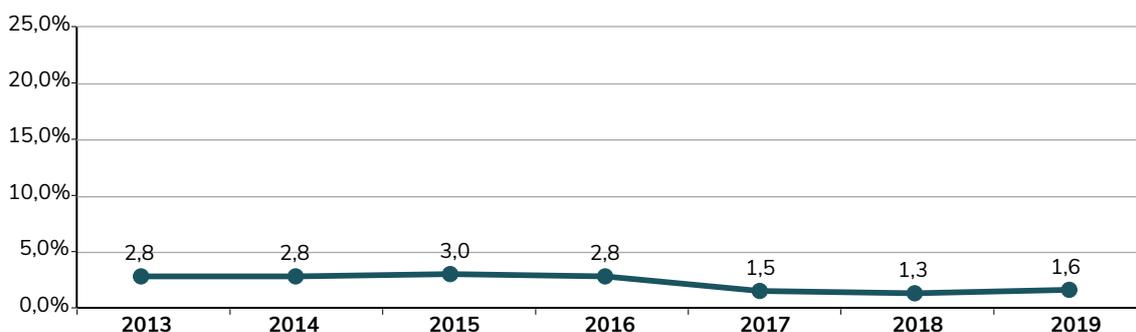


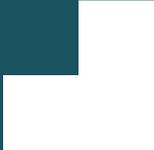
GRÁFICO 1

PERCENTUAL DE MATRÍCULAS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA FORMA INTEGRADA À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL 10A – BRASIL – 2013-2019

Fonte: Elaborado pela Direção/Inep com base em dados do Censo da Educação Básica/Inep (2013-2019).

PRINCIPAIS CONCLUSÕES

1. O percentual de matrículas da EJA na forma integrada à educação profissional (Indicador 10A), em 2019, é de 1,6%. Esse resultado está significativamente distante da meta estabelecida para 2024.
2. Quanto às etapas de ensino, em 2019, o percentual de matrículas da EJA integrada à educação profissional foi de 0,6%, no ensino fundamental, e 3,0%, no ensino médio.
3. Nas grandes regiões do País, verifica-se o melhor resultado para a região Nordeste (3,0%) e o menor para a região Sudeste (0,5%).
4. As unidades da Federação com os resultados mais expressivos são Bahia (5,7%), Piauí (5,4%) e Alagoas (4,0%) e, com os menos expressivos, São Paulo (0,3%), Sergipe (0,3%), Mato Grosso (0,3%), Rondônia (0,2%), Minas Gerais (0,1%), Paraná (0,1%) e Acre (0,0%).
5. As escolas situadas na área urbana são responsáveis pela maior parte dessas matrículas, atingindo, em 2019, um percentual de 93,1%, ao passo que as localizadas em área rural respondem por apenas 6,9%.
6. A retração do indicador ocorreu em todas as redes de ensino, no período de 2013 a 2019: privadas (-76,8%), municipais (-73,6%), estaduais (-21,3%) e federal (-17,4%).
7. Os melhores desempenhos do indicador ocorrem na rede federal, que ofertou 75,9% das matrículas da EJA integrada à educação profissional, em 2019.
8. A maior parte das matrículas da EJA integrada à educação profissional, em 2019, é composta por mulheres (61,3%) e estudantes que se autodeclararam negros (58,2%).



META 11

.....

**TRIPLICAR AS MATRÍCULAS
DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
TÉCNICA (EPT) DE NÍVEL MÉDIO,
ASSEGURANDO A QUALIDADE
DA OFERTA E PELO MENOS 50%
(CINQUENTA POR CENTO) DA
EXPANSÃO NO SEGMENTO PÚBLICO.**

.....

MATRÍCULAS EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO

Indicador 11A: Número absoluto de matrículas em EPT de nível médio.

Meta: Triplicar as matrículas da EPT de nível médio, de forma a atingir 4.808.838 matrículas em 2024.

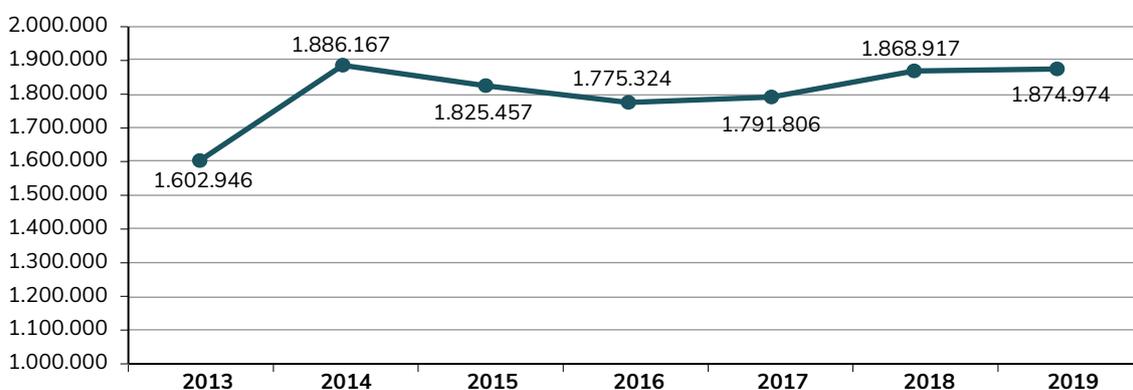


GRÁFICO 1

MATRÍCULAS EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO – BRASIL – 2013-2019

Fonte: Elaborado pela Dired/Inep com base em dados do Censo da Educação Básica/Inep (2013-2019).

EXPANSÃO DAS MATRÍCULAS EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO NO SEGMENTO PÚBLICO

Indicador 11B: Participação do segmento público na expansão da EPT de nível médio.

Meta: Pelo menos 50% da expansão (das matrículas da EPT de nível médio) no segmento público.

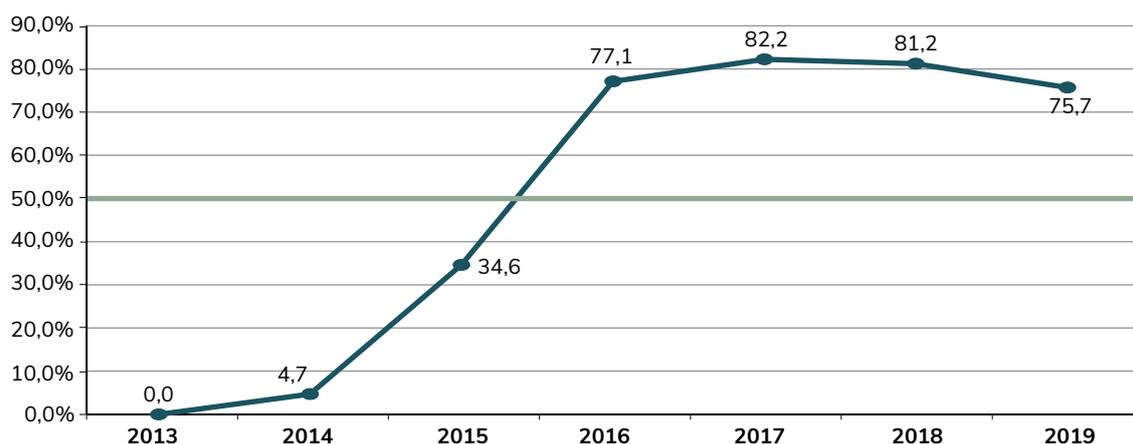


GRÁFICO 8

PARTICIPAÇÃO DO SEGMENTO PÚBLICO NA EXPANSÃO DAS MATRÍCULAS EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO EM RELAÇÃO AO ANO DE 2013 – BRASIL – 2013-2019

Fonte: Elaborado pela Dired/Inep com base em dados do Censo da Educação Básica/Inep (2013-2019).

Indicador 11C: Expansão acumulada da EPT de nível médio pública.

Enquanto o Indicador 11B mensura a participação do segmento público na expansão total da EPT de nível médio, o Indicador 11C dedica-se ao monitoramento exclusivo desse segmento, apresentando a sua expansão percentual acumulada.

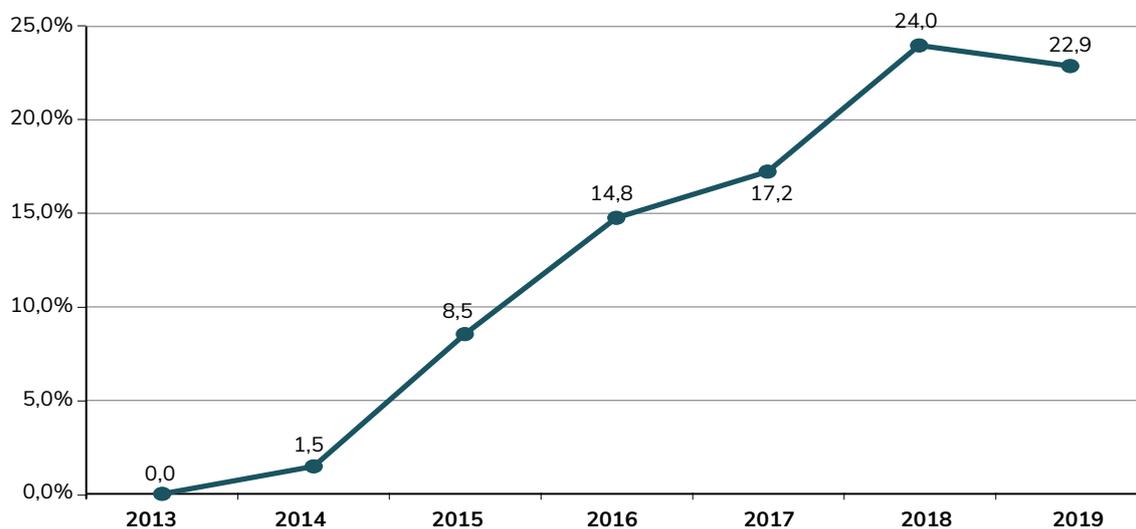


GRÁFICO 10

EXPANSÃO ACUMULADA NO SEGMENTO PÚBLICO NA OFERTA DE MATRÍCULAS EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO EM RELAÇÃO A 2013 – BRASIL – 2013-2019

Fonte: Elaborado pela Diretd/Inep com base em dados do Censo da Educação Básica/Inep (2013-2019).

PRINCIPAIS CONCLUSÕES

1. De 1.602.946 matrículas em educação profissional técnica de nível médio, em 2013, passou-se a 1.874.974, em 2019, totalizando um crescimento de aproximadamente 17,0% no período. A expansão correspondeu a 272.028 matrículas, o que representa 8,5% da expansão necessária para o atingimento da meta estabelecida para o ano de 2024.
2. A região Sudeste é a que apresenta os maiores percentuais de oferta de matrículas de educação profissional técnica de nível médio (41,9%), seguida pelas regiões Nordeste (29,6%), Sul (16,9%), Norte (6,6%) e Centro-Oeste (5,0%). Ressalta-se o expressivo crescimento da oferta ocorrido nas regiões Nordeste (55,4%) e Norte (39,5%) e as variações apresentadas para as regiões Sul (13,7%) e Centro-Oeste (9,0%), no período de 2013 a 2019. A região Sudeste, que concentra cerca de 42% da população brasileira, apresentou decréscimo de matrículas (-0,8%), contrariando o sentido apontado pelo PNE.
3. A desagregação por unidades da Federação demonstrou o cenário de relativa estagnação da Meta 11, em 2019. Metade dos estados brasileiros experimentou uma redução nas matrículas, enquanto a outra metade, mais o Distrito Federal, uma expansão.

4. Verifica-se a forte tendência de expansão das matrículas nos cursos técnicos integrados (65,2%); o crescimento, mais moderado, nos cursos técnicos subsequentes (21,4%) e para todas as outras ofertas, consistentes reduções: técnicos integrados à EJA (-11,0%), técnicos concomitantes (-18,7%) e normal/magistério (-46,6%), entre 2013 e 2019.
5. A rede federal apresentou a melhor evolução no período, com acréscimo de 47,1% nas matrículas; as redes estaduais tiveram crescimento médio de 16,6%, as privadas, de 9,4%, e as municipais apresentaram forte queda (-28,9%) no número de matrículas.
6. O crescimento da rede federal caracterizou-se pelo massivo acréscimo nas matrículas em cursos técnicos integrados (74,5%) e pela redução das matrículas em cursos técnicos integrados à EJA (-24,3%) e em cursos técnicos concomitantes (-15,3%). As matrículas em cursos técnicos subsequentes, ainda que tenham experimentado uma evolução de 41,8%, entre 2013 e 2019, estão em processo de declínio, experimentando redução de 25% desde 2015.
7. As redes estaduais apresentam um processo desigual de crescimento, com as matrículas em cursos técnicos integrados subindo 78,2%, frente a 16,6% nos cursos técnicos integrados à EJA e 5,9% nos cursos técnicos subsequentes. Para os cursos técnicos concomitantes e normal/magistério, reduções de 10,9% e 45,9%, respectivamente.
8. No âmbito das redes privadas, percebe-se um decréscimo de 32,4% nas matrículas de cursos técnicos integrados e expansão de 27,4% nos cursos técnicos subsequentes.
9. Das matrículas de EPT de nível médio, 94,9% estão em escolas localizadas em área urbana.
10. A maior parte das matrículas é de estudantes do sexo feminino (56,9%).
11. Dos estudantes da EPT de nível médio, 34,9% se autodeclararam negros; 31,7%, brancos; 0,5%, amarelos; 0,3%, indígenas; e 32,6% não se declararam.
12. Da expansão total de 272.029 matrículas, 206.037 estão no segmento público, o que representa 75,7% da expansão observada e a superação do percentual de 50% de participação prevista no PNE. Contudo, em 2019, a educação profissional técnica de nível médio interrompeu sua sequência de alta no setor público, apresentando retração de 9.913 matrículas.
13. A expansão das matrículas exclusivamente no segmento público atingiu 22,9%, em 2019.



META 12

.....

ELEVAR A TAXA BRUTA DE MATRÍCULA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR PARA 50% (CINQUENTA POR CENTO) E A TAXA LÍQUIDA PARA 33% (TRINTA E TRÊS POR CENTO) DA POPULAÇÃO DE 18 (DEZOITO) A 24 (VINTE E QUATRO) ANOS, ASSEGURADA A QUALIDADE DA OFERTA E EXPANSÃO PARA, PELO MENOS, 40% (QUARENTA POR CENTO) DAS NOVAS MATRÍCULAS NO SEGMENTO PÚBLICO.

.....

TAXA BRUTA DE MATRÍCULA NA GRADUAÇÃO

Indicador 12A: Taxa bruta de matrícula na graduação (TBM).

Meta: Taxa bruta de matrícula na educação superior de 50% até 2024.

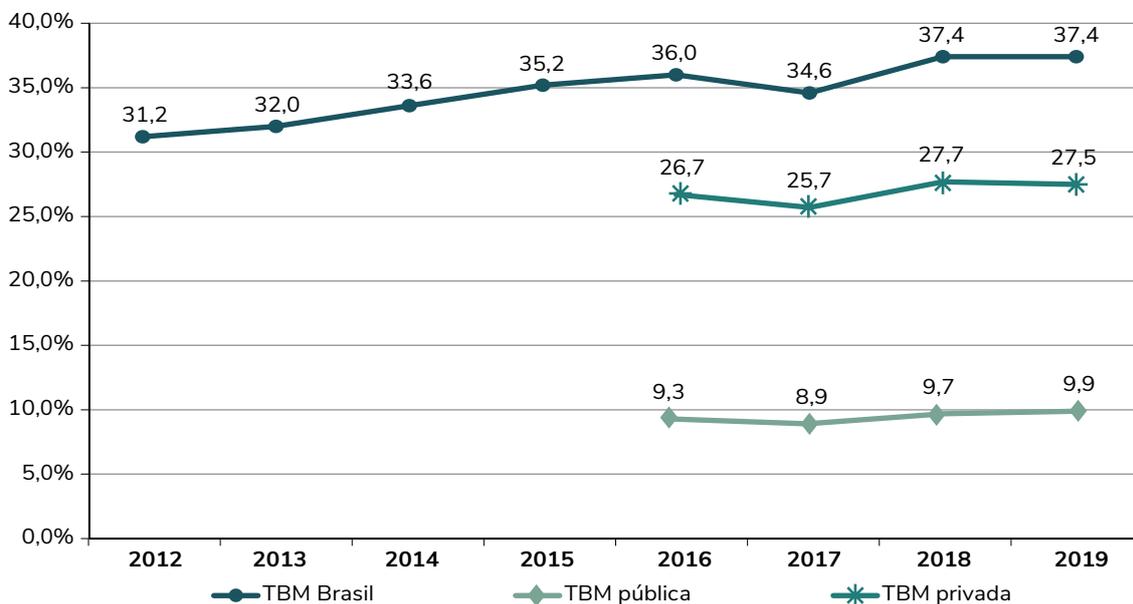


GRÁFICO 1

TAXA BRUTA DE MATRÍCULA NA GRADUAÇÃO POR REDE DE ENSINO – BRASIL – 2012-2019

Fonte: Elaborado pela Direção/Inep com base em dados da Pnad-c/IBGE (2012-2019).

TAXA LÍQUIDA DE ESCOLARIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Indicador 12B: Taxa líquida de escolarização na educação superior (TLE).

Meta: Taxa líquida de escolarização na educação superior de 33% até 2024.

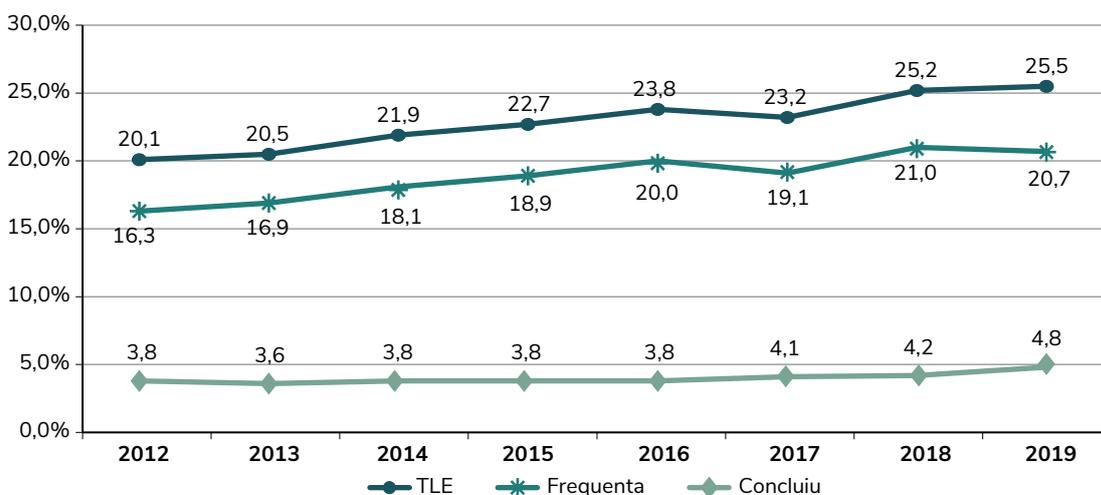


GRÁFICO 3

TAXA LÍQUIDA DE ESCOLARIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR E SEUS COMPONENTES – BRASIL 2012-2019

Fonte: Elaborado pela Direção/Inep com base em dados da Pnad-c/IBGE (2012-2019).

PARTICIPAÇÃO DO SEGMENTO PÚBLICO NA EXPANSÃO DAS MATRÍCULAS DE GRADUAÇÃO

Indicador 12C: Participação do segmento público na expansão de matrículas de graduação.

Meta: Pelo menos 40% das novas matrículas de graduação no segmento público até 2024.

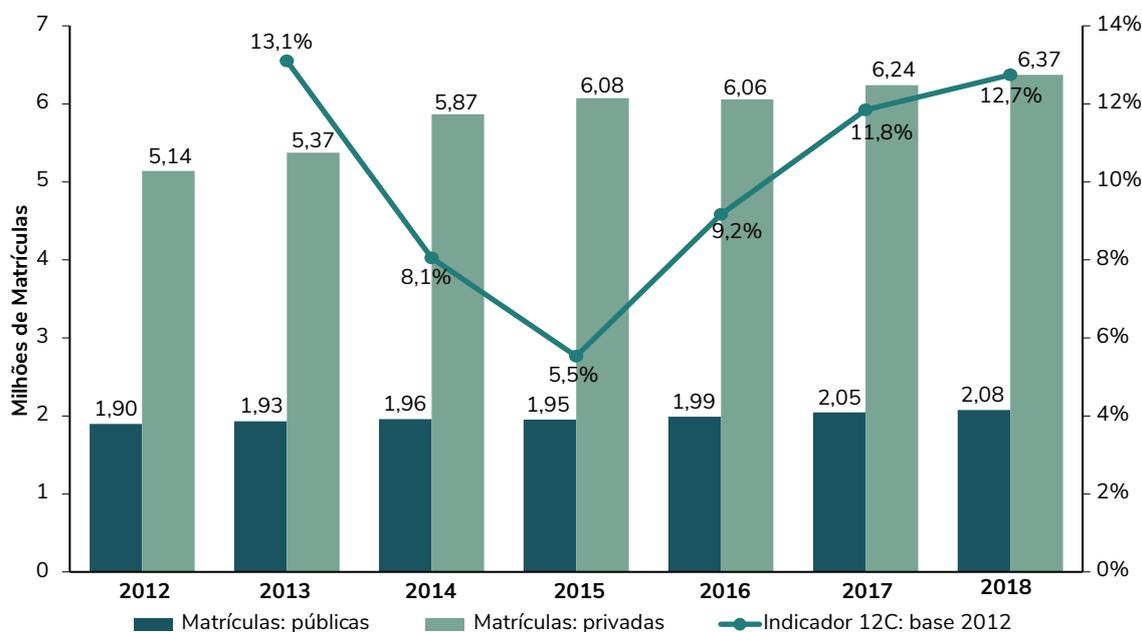


GRÁFICO 5

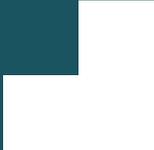
PARTICIPAÇÃO DO SEGMENTO PÚBLICO NA EXPANSÃO DE MATRÍCULAS – BRASIL – 2012-2018

Fonte: Elaborado pela Dired/Inep com base em dados do Censo da Educação Superior/Inep (2012-2018).

PRINCIPAIS CONCLUSÕES

1. A taxa bruta de matrícula na educação superior cresceu 6,2 p.p. entre 2012 e 2019, registrando, neste ano, a taxa de 37,4%. Para o alcance da meta de 50% até 2024, será necessário um crescimento de 12,6 p.p. (2,5 p.p. ao ano).
2. Do ponto de vista territorial, as desigualdades na TBM persistem ao longo do período. Em 2019, as regiões Norte (32,8%) e Nordeste (30,3%) apresentaram taxas menores do que Centro-Oeste (44,8%), Sul (44,4%) e Sudeste (39,9%).
3. A região Nordeste concentra a maioria dos estados com os menores resultados de TBM na educação superior: Alagoas (24,3%), Maranhão (26,3%), Bahia (28,3%), Sergipe (28,9%) e Pernambuco (29,2%). Por outro lado, na região Norte, que possui TBM próxima à da região Nordeste, estados como Roraima (41,4%) e Amapá (45,0%) obtiveram resultados na TBM superiores à média da região Sudeste (39,9%).
4. A taxa líquida de escolarização na educação superior teve crescimento de 5,4 p.p. entre 2012 e 2019, quando atingiu seu valor mais elevado (25,5%). Para o alcance da meta de 33%, será necessário um crescimento de 7,5 p.p. (1,5 p.p. ao ano).

5. A desigualdade entre as regiões se expressa na TLE com as regiões Norte (21,0%) e Nordeste (19,5%) apresentando os menores percentuais em 2019 e permanecendo abaixo aproximadamente 10 p.p. das TLEs obtidas no Centro-Oeste (31,1%) e no Sul (30,6%).
6. Novamente a região Nordeste concentrou a maioria dos estados com os menores resultados de TLE na educação superior: Maranhão (15,9%), Bahia (16,4%), Alagoas (16,6%) e Sergipe (18,5%). Entretanto, na região Norte, cuja TLE é um pouco maior do que a da região Nordeste, o estado do Amapá (34,4%) alcançou, neste indicador, resultado superior à meta estabelecida pelo PNE (33% até 2024), sendo inferior apenas à TLE obtida pelo Distrito Federal (42,2%), que é a mais elevada dentre todas as UFs.
7. Sobre a participação do segmento público na expansão de matrículas, verificou-se que o crescimento total das matrículas nos cursos de graduação foi de 1.41 milhão entre 2012 e 2018, mas o crescimento no segmento público nesse período foi de apenas 180.1 mil matrículas, o que representou cerca de 12,7% do crescimento total, distante ainda da meta de 40%.
8. Entre as grandes regiões verificou-se retração da oferta pública de matrículas tanto na região Norte quanto na região Sul, no período entre 2012 e 2018. A oferta pública cresceu substancialmente apenas na modalidade presencial e na rede federal. Houve crescimento de matrículas nas redes estaduais tanto na modalidade presencial quanto na EaD, mas, em contrapartida, observou-se redução de matrículas nas redes municipais em ambas as modalidades.
9. As matrículas em EaD nas redes federal e municipais se encontram em retração, em um momento em que grande parte da expansão privada tem ocorrido nessa modalidade.



META 13

.....

**ELEVAR A QUALIDADE DA
EDUCAÇÃO SUPERIOR E AMPLIAR
A PROPORÇÃO DE MESTRES E
DOUTORES DO CORPO DOCENTE EM
EFETIVO EXERCÍCIO NO CONJUNTO
DO SISTEMA DE EDUCAÇÃO
SUPERIOR PARA 75% (SETENTA
E CINCO POR CENTO), SENDO, DO
TOTAL, NO MÍNIMO, 35% (TRINTA E
CINCO POR CENTO) DOUTORES.**

.....

DOCENTES COM MESTRADO E/OU DOUTORADO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Indicador 13A: Percentual de docentes com mestrado ou doutorado na educação superior.

Meta: 75% dos docentes da educação superior com mestrado ou doutorado até 2024.

Indicador 13B: Percentual de docentes com doutorado na educação superior.

Meta: 35% de doutores no corpo docente da educação superior até 2024.

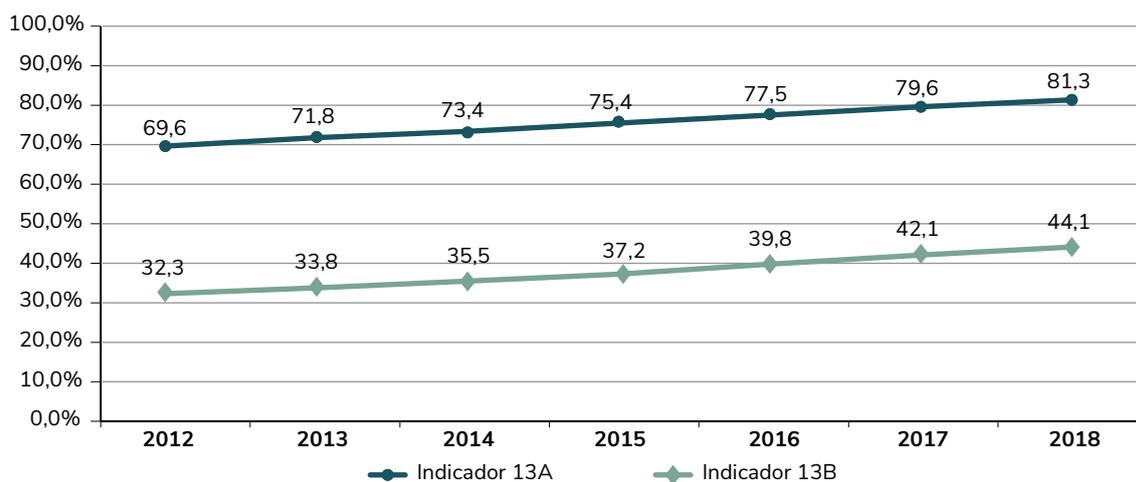


GRÁFICO 1

PERCENTUAL DE DOCENTES NA EDUCAÇÃO SUPERIOR COM MESTRADO E/OU DOUTORADO BRASIL – 2012-2018

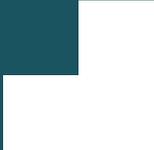
Fonte: Elaborado pela Direção de Inep com base em dados do Censo da Educação Superior/Inep (2012-2018).

PRINCIPAIS CONCLUSÕES

1. O objetivo da Meta 13 de ampliar o percentual de mestres ou doutores no corpo docente da educação superior nacionalmente para 75% foi atingido desde 2015, alcançando 81,3% em 2018.
2. O objetivo da Meta de ter, no mínimo, 35% de doutores no corpo docente da educação superior foi atingido desde 2014, chegando, em 2018, a 44,1%.
3. Observam-se, no entanto, disparidades regionais significativas em relação à proporção de mestres e doutores na docência superior. A região Norte é a que possui o menor percentual de docentes da educação superior com mestrado ou doutorado (74,2%), bem abaixo dos percentuais das regiões Sul (84,0%) e Sudeste (82,6%). O mesmo ocorre em relação ao percentual de doutores no corpo docente do ensino superior da região Norte (34,6%), comparado ao das regiões Sudeste (46,5%) e Sul (46,1%).
4. Desigualdades expressivas também são observadas entre as unidades federativas. Enquanto no Amapá, Rondônia, Tocantins e Acre – UFs localizadas na região Norte – o percentual de docentes da educação superior com mestrado ou doutorado ficou abaixo

dos 70%, em outras UFs como o Rio Grande do Sul, Paraíba e Rio de Janeiro, esse percentual ultrapassou os 85%. O mesmo ocorre em relação ao percentual de doutores na educação superior, em que estados da região Norte, como Rondônia e Amapá, têm resultados abaixo dos 25%; enquanto Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Paraíba estão acima dos 50%.

5. Os maiores percentuais de docentes com mestrado ou doutorado da educação superior estavam, em 2018, nas instituições de educação superior públicas federais e estaduais e nas privadas sem fins lucrativos: 91,8%, 87,4% e 77,0%, respectivamente. Nas IES públicas municipais, privadas com fins lucrativos e especiais, esse percentual era de 73,1%, 69,0% e 63,2%, respectivamente. No percentual de docentes com doutorado, destacam-se as IES públicas federais (68,4%) e estaduais (61,2%), com resultados superiores a 30 p.p. em relação às demais categorias: privadas sem fins lucrativos (28,6%), públicas municipais (27,0%), privadas com fins lucrativos (19,0%) e especiais (16,1%).
6. As universidades apresentaram percentuais mais elevados que as demais organizações acadêmicas tanto de docentes com mestrado ou doutorado (88,4%) quanto de docentes com doutorado (59,6%), enquanto as faculdades registraram o menor percentual, 65,3% e 17,6%, respectivamente.
7. O percentual de docentes negros com mestrado ou doutorado na educação superior apresentou crescimento de 17,0 p.p. entre 2012 e 2018, alcançando 75,6% nesse último ano. Apesar disso, esse resultado ainda se encontra abaixo das demais categorias de raça-cor, observando-se uma diferença de 5,4 p.p. em relação aos docentes declarados brancos. Situação semelhante ocorre com o percentual de docentes negros com doutorado (31,9%), 9,8 p.p. abaixo dos docentes de raça/cor branca (41,7%) em 2018.
8. Os docentes da educação superior em regime de trabalho de tempo integral com dedicação exclusiva apresentam maiores percentuais tanto de docentes com mestrado ou doutorado (96,3%) quanto de docentes com doutorado (77,4%). Por outro lado, os docentes horistas possuíam os menores percentuais: 63,6% e 16,4%, respectivamente.



META

14

.....

ELEVAR GRADUALMENTE O
NÚMERO DE MATRÍCULAS NA
PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*,
DE MODO A ATINGIR A TITULAÇÃO
ANUAL DE 60.000 (SESSENTA MIL)
MESTRES E 25.000 (VINTE E CINCO
MIL) DOUTORES.

.....

TÍTULOS DE MESTRADO E DOUTORADO CONCEDIDOS NO PAÍS

Indicador 14A: Títulos de mestrado concedidos por ano no País.

Meta: Titulação anual de 60.000 mestres.

Indicador 14B: Títulos de doutorado concedidos por ano no País.

Meta: Titulação anual de 25.000 doutores.

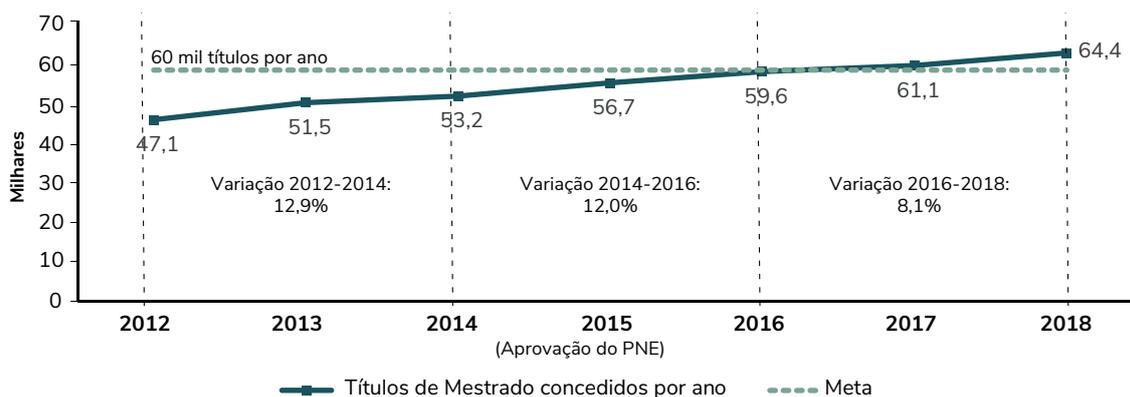


GRÁFICO 1

NÚMERO DE TÍTULOS DE MESTRADO CONCEDIDOS POR ANO – BRASIL – 2012-2018

Fonte: Elaborado pela Dired/Inep com base em dados do Sistema de Informações Georreferenciadas – Geocapes (2012-2018).

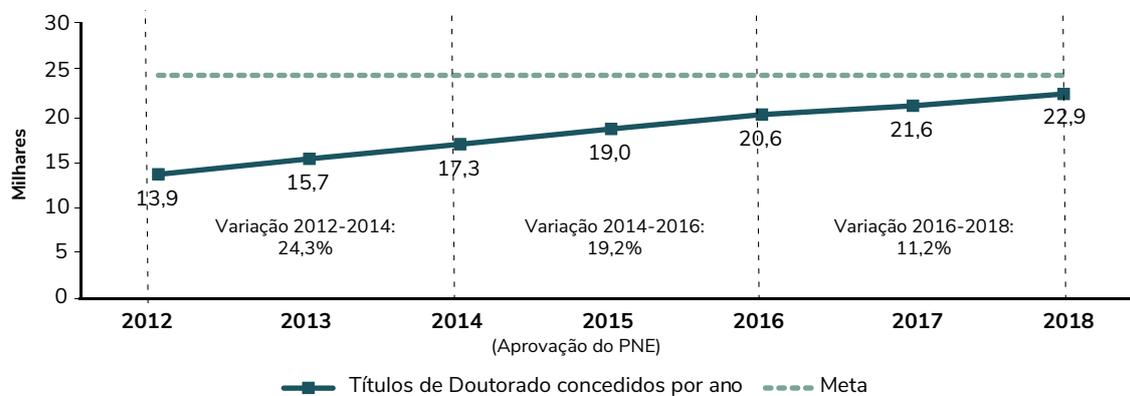


GRÁFICO 2

NÚMERO DE TÍTULOS DE DOUTORADO CONCEDIDOS POR ANO – BRASIL – 2012-2018

Fonte: Elaborado pela Dired/Inep com base em dados do Sistema de Informações Georreferenciadas – GeoCapes (2012-2018).

PRINCIPAIS CONCLUSÕES

1. O número de títulos de mestrado continuou aumentando no período 2017-2018, chegando a 64,4 mil títulos concedidos no último ano, superando, assim, a meta de 60 mil títulos anuais estabelecida no PNE.
2. O número de títulos de doutorado aumentou para 22,9 mil títulos concedidos em 2018, faltando um crescimento de aproximadamente 2,1 mil novos títulos ao ano para atingir a meta.

3. Observou-se uma redução da taxa de crescimento dos títulos de mestrado e doutorado no período 2017-2018, sugerindo uma desaceleração da expansão da pós-graduação *stricto sensu* no Brasil.
4. A maior parte das grandes áreas de conhecimento demonstrou uma elevação do número de títulos no período, com destaque para as grandes áreas Multidisciplinar e Ciências Sociais Aplicadas.
5. Instituições públicas continuaram responsáveis pela formação da maior parte dos mestres (81,2% do total) e doutores (87,4%) no País, em 2018.
6. A maior parte dos títulos de mestrado e de doutorado foi concedida por instituições localizadas nas regiões Sudeste e Sul.
7. A maior parte dos estados das regiões Norte e Nordeste apresentou uma concentração de títulos por cem mil habitantes inferior à média nacional, enquanto nas regiões Sul e Sudeste a maior parte dos estados se encontrava acima dessa média.



META

15

.....

GARANTIR, EM REGIME DE COLABORAÇÃO ENTRE A UNIÃO, OS ESTADOS, O DISTRITO FEDERAL E OS MUNICÍPIOS, NO PRAZO DE 1 (UM) ANO DE VIGÊNCIA DESTE PNE, POLÍTICA NACIONAL DE FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DE QUE TRATAM OS INCISOS I, II E III DO *CAPUT* DO ART. 61 DA LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996, ASSEGURADO QUE TODOS OS PROFESSORES E AS PROFESSORAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA POSSUAM FORMAÇÃO ESPECÍFICA DE NÍVEL SUPERIOR, OBTIDA EM CURSO DE LICENCIATURA NA ÁREA DE CONHECIMENTO EM QUE ATUAM.

.....

PERCENTUAL DE DOCÊNCIAS COM PROFESSORES CUJA FORMAÇÃO SUPERIOR ESTÁ ADEQUADA ÀS ÁREAS DE CONHECIMENTO QUE LECIONAM NAS ETAPAS DE ENSINO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Indicador 15A: Proporção de docências da educação infantil com professores cuja formação superior está adequada à área de conhecimento que lecionam.

Meta: 100% das docências da educação infantil com professores cuja formação está adequada à área de conhecimento em que atuam até 2024.

Indicador 15B: Proporção de docências dos anos iniciais do ensino fundamental com professores cuja formação superior está adequada à área de conhecimento que lecionam.

Meta: 100% das docências dos anos iniciais do ensino fundamental com professores cuja formação está adequada à área de conhecimento em que atuam até 2024.

Indicador 15C: Proporção de docências dos anos finais do ensino fundamental com professores cuja formação superior está adequada à área de conhecimento que lecionam.

Meta: 100% das docências dos anos finais do ensino fundamental com professores cuja formação está adequada à área de conhecimento em que atuam até 2024.

Indicador 15D: Proporção de docências do ensino médio com professores cuja formação superior está adequada à área de conhecimento que lecionam.

Meta: 100% das docências do ensino médio com professores cuja formação está adequada à área de conhecimento em que atuam até 2024.

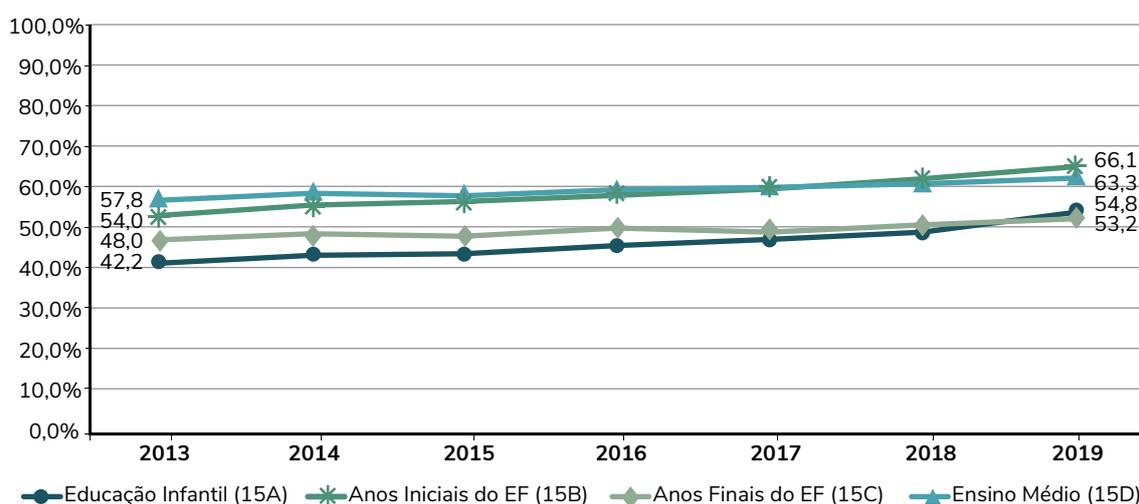


GRÁFICO 1

PERCENTUAL DE DOCÊNCIAS DE PROFESSORES COM FORMAÇÃO SUPERIOR ADEQUADA À ÁREA DE CONHECIMENTO QUE LECIONAM – INDICADORES 15A, 15B, 15C E 15D BRASIL – 2013-2019

Fonte: Elaborado pela Dired/Inep com base em dados do Indicador de Adequação da Formação Docente/Inep (2013-2019).

PRINCIPAIS CONCLUSÕES

Com base nos dados apresentados, as seguintes conclusões podem ser extraídas acerca da evolução da adequação da formação docente na educação básica brasileira no quadriênio 2013-2019, para fins de monitoramento da Meta 15 do PNE:

1. O percentual de docências ministradas por professores com formação superior adequada à área de conhecimento que lecionam aumentou no período, chegando em 2019 a 54,8% para educação infantil, 66,1% para os anos iniciais do ensino fundamental, 53,2% para os anos finais do ensino fundamental e 63,3% para o ensino médio.
2. A despeito desse crescimento, os percentuais de adequação da formação docente apresentados em 2019 ainda se encontram distantes da meta de 100% das docências da educação básica em todo o País. Com a finalidade de se alcançar a meta até 2024, o percentual de adequação da formação docente deve ser incrementado, para cada etapa de ensino, no seguinte ritmo de crescimento médio anual: educação infantil (9,04 p.p.), anos iniciais do ensino fundamental (6,78 p.p.), anos finais do ensino fundamental (9,36 p.p.) e ensino médio (7,34 p.p.).
3. Em 2019, o padrão de desigualdades regionais é bastante variável de acordo com a etapa de ensino analisada. Na educação infantil, existe uma dispersão de municípios com altos e baixos percentuais de adequação da formação docente distribuídos em praticamente todas as unidades federativas. De toda forma, vê-se que essa etapa de ensino apresentou o maior crescimento no período: uma variação positiva de 12,6 p.p. – nas áreas rurais, cresceu 18,6 p.p.
4. Os anos iniciais do ensino fundamental foram a etapa de ensino que observou os segundos maiores crescimentos no período considerado. Em âmbito nacional, cresceu 12,1 p.p. entre 2013 e 2019. Esse crescimento foi ainda mais expressivo nas áreas rurais (16,9 p.p.) e nas redes estadual (15,7 p.p.) e municipal (13,1 p.p.). Com relação às regiões, Norte e Nordeste observaram os maiores aumentos no percentual de adequação da formação docente nessa etapa de ensino, ambos superando 10 p.p. no período analisado.
5. Nos anos finais do ensino fundamental, diferentemente do que se observa para os anos iniciais, os indicadores de adequação da formação docente sugerem fortes desigualdades regionais, havendo uma concentração de percentuais mais altos de adequação da formação docente nos estados das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste e mais baixos nas regiões Norte e Nordeste.
6. No ensino médio, os resultados também indicam intensas disparidades regionais no que se refere às docências com professores com formação superior adequada à área de conhecimento em que atuam. Os estados das regiões Sudeste e Sul, ao lado de Distrito Federal, Amapá e Sergipe apresentaram em 2019 os maiores percentuais de adequação da formação docente para essa etapa, enquanto três estados das regiões Norte e Nordeste e dois da região Centro-Oeste apresentaram percentuais de adequação docente inferiores a 50%.
7. As áreas rurais concentram os menores valores dos indicadores, em particular nos anos finais do ensino fundamental, quando a área rural apresenta uma diferença de 34 p.p. do valor encontrado na área urbana, isto é, enquanto esta apresentou um percentual de adequação da formação docente de 60,3% em 2019, aquela alcançou o valor de 26,3%.
8. A rede federal apresenta os maiores percentuais de adequação da formação docente para os anos finais do ensino fundamental e ensino médio, alcançando os valores de 78,3% para o primeiro e 68,1% para o segundo, embora tenha apresentado queda em todas as etapas. Quanto aos anos iniciais do ensino fundamental, os maiores valores (e o maior crescimento, de 15,7 p.p.) são encontrados na rede estadual: 84,7%. Na educação infantil, os maiores percentuais observados são na rede municipal (60,2%); os menores, na rede privada (43,5%).



META 16

.....

FORMAR, EM NÍVEL DE PÓS-GRADUAÇÃO, 50% (CINQUENTA POR CENTO) DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA, ATÉ O ÚLTIMO ANO DE VIGÊNCIA DESTE PNE, E GARANTIR A TODOS(AS) OS(AS) PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA FORMAÇÃO CONTINUADA EM SUA ÁREA DE ATUAÇÃO, CONSIDERANDO AS NECESSIDADES, DEMANDAS E CONTEXTUALIZAÇÕES DOS SISTEMAS DE ENSINO.

.....

PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA COM FORMAÇÃO EM NÍVEL DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU OU STRICTO SENSU

Indicador 16A: Percentual de professores da educação básica com pós-graduação lato sensu ou stricto sensu.

Meta: 50% de professores da educação básica com pós-graduação lato sensu ou stricto sensu até 2024.

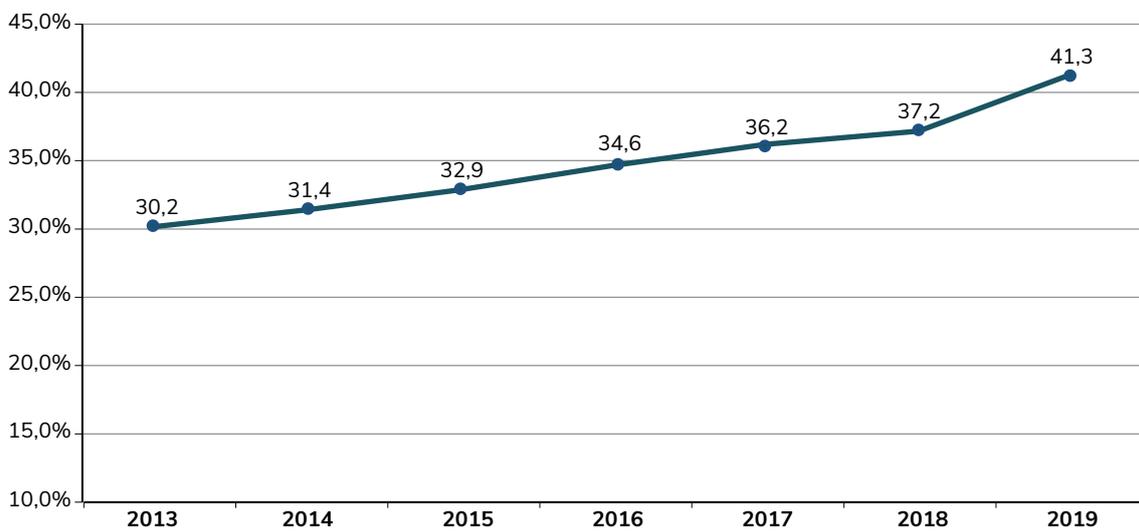


GRÁFICO 1

PERCENTUAL DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA COM PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU OU STRICTO SENSU – BRASIL – 2013-2019

Fonte: Elaborado pela Dired/Inep com base em dados do Censo da Educação Básica/Inep (2013-2019).

PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA QUE REALIZARAM CURSOS DE FORMAÇÃO CONTINUADA

Indicador 16B: Percentual de professores da educação básica que realizaram cursos de formação continuada.

Meta: 100% dos profissionais da educação básica com cursos de formação continuada até 2024.

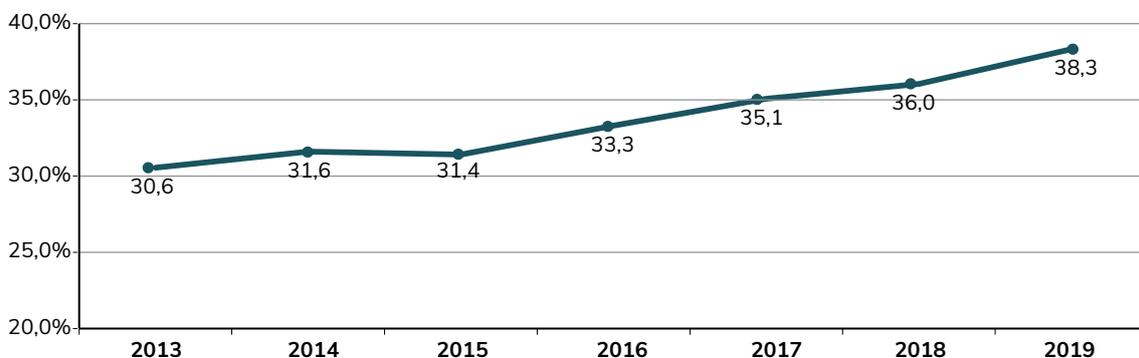


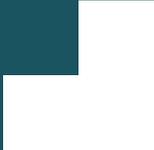
GRÁFICO 7

PERCENTUAL DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA QUE REALIZARAM CURSOS DE FORMAÇÃO CONTINUADA – BRASIL – 2013-2019

Fonte: Elaborado pela Dired/Inep com base em dados do Censo da Educação Básica/Inep (2013-2019).

PRINCIPAIS CONCLUSÕES

1. O percentual de professores com titulação em nível de pós-graduação aumentou no período de 2013 a 2019 (de 30,2% para 41,3%). Caso seja mantido esse ritmo de crescimento, será possível atingir a meta de 50% até 2024.
2. O crescimento no percentual de professores com pós-graduação nesse período se deveu particularmente à titulação em nível de especialização. Em 2019, 37,9% dos docentes na educação básica possuíam o nível de especialização, 2,8% mestrado e 0,6% doutorado.
3. Existe desigualdade regional no que tange à formação dos professores da educação básica em nível de pós-graduação: em 2019, os maiores percentuais de professores pós-graduados estão nas regiões Sul (61,6%) e Centro-Oeste (46,3%), seguidas pelas regiões Nordeste (37,7%), Sudeste (37,3%) e Norte (31,8%).
4. Em 2019, houve uma maior proporção de professores pós-graduados que lecionam em escolas nas regiões urbanas (42,9%) do que nas rurais (35,2%). Não obstante, a distância entre esses percentuais vem diminuindo ao longo do período analisado (de 11,9 p.p. em 2013 para 7,7 p.p. em 2019).
5. O percentual de professores da educação básica que realizaram cursos de formação continuada aumentou, de 2013 a 2019, de 30,6% para 38,3%. Entretanto, preveem-se dificuldades para o atingimento da meta (100% dos profissionais da educação básica). Considerando apenas os docentes (Indicador 16B), seria necessário formar cerca de 160% mais professores do que os que estão atualmente formados, até o final da vigência do PNE.
6. Constatam-se diferenças regionais quanto à formação continuada: em 2019, o percentual de professores com formação continuada era maior na região Sul (60,0%), seguida pelas regiões Nordeste (39,9%), Centro-Oeste (38,8%) e Norte (36,8%), sendo a região Sudeste (29,2%) a que apresentou o resultado mais baixo.
7. Considerando a série histórica, as redes públicas foram as que mais promoveram a formação dos professores, tanto em nível de pós-graduação quanto em formações continuadas, a despeito da rede privada, que demonstrou pouca evolução em seus índices.
8. Em quase todos os estados, observou-se aumento dos percentuais de professores formados, tanto em nível de pós-graduação como de formação continuada, entre 2013 e 2019. A única exceção foi o estado de São Paulo, cujo percentual de professores com formação continuada diminuiu 3,4 p.p.



META 17

.....

VALORIZAR OS(AS) PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DAS REDES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA, DE FORMA A EQUIPARAR SEU RENDIMENTO MÉDIO AO DOS(AS) DEMAIS PROFISSIONAIS COM ESCOLARIDADE EQUIVALENTE, ATÉ O FINAL DO SEXTO ANO DE VIGÊNCIA DESTE PNE.

.....

EQUIPARAÇÃO DO RENDIMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DAS REDES PÚBLICAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA AO DOS DEMAIS PROFISSIONAIS

Indicador 17A: *Relação percentual entre o rendimento bruto médio mensal dos profissionais do magistério das redes públicas da educação básica, com nível superior completo, e o rendimento bruto médio mensal dos demais profissionais assalariados, com o mesmo nível de escolaridade.*

Meta: O Indicador 17A deve atingir 100% até 2020.

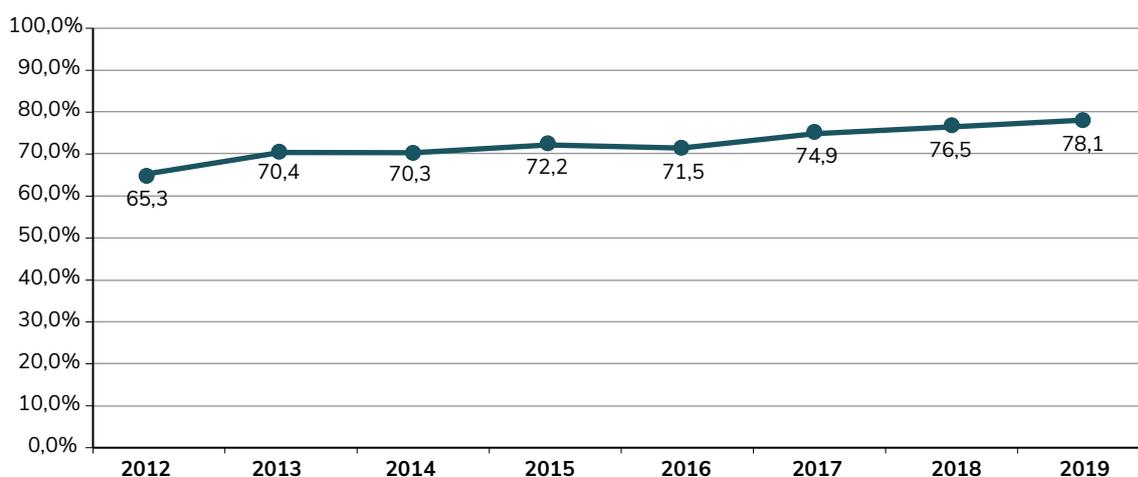


GRÁFICO 1

RELAÇÃO PERCENTUAL ENTRE O RENDIMENTO BRUTO MÉDIO MENSAL DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DAS REDES PÚBLICAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA, COM NÍVEL SUPERIOR COMPLETO, E O RENDIMENTO BRUTO MÉDIO MENSAL DOS DEMAIS PROFISSIONAIS ASSALARIADOS, COM NÍVEL SUPERIOR – BRASIL – 2012-2019

Fonte: Elaborado pela Dired/Inep a partir dos dados de gasto público em educação pública apresentados na Tabela 7 do relatório de monitoramento da Meta 20 e com base em dados do PIB 2015-2018 – IBGE.

PRINCIPAIS CONCLUSÕES

- Os resultados do indicador da Meta 17, o qual prevê equiparar o rendimento médio dos profissionais do magistério das redes públicas de educação básica ao dos demais profissionais com escolaridade equivalente, aumentaram no período abordado, passando de 65,3%, em 2012, para 78,1%, em 2019. Para que seja alcançada a Meta 17, essa relação percentual deve atingir 100% em 2020.
- Constata-se que o crescimento do indicador da Meta 17, nesse período, deve-se, em grande parte, ao decréscimo do rendimento bruto médio mensal dos demais profissionais, que correspondeu a uma perda real de 13,3% do poder de compra efetivo ao longo dos anos analisados. O rendimento bruto médio mensal dos profissionais do magistério das redes públicas de educação básica experimentou modesto avanço entre

2012 e 2019, apresentando um acréscimo real de 3,8%, enquanto a inflação acumulada apurada no mesmo período foi de 49,82%.

3. Oito estados superaram o percentual almejado pela Meta 17 em 2019: Amapá (126,0%), Rio Grande do Norte (116,4%), Maranhão (109,1%), Mato Grosso do Sul (108,2%), Mato Grosso (105,3%), Bahia (102,8%), Rondônia (100,8%) e Paraná (100,2%). No período entre 2012 e 2019 (oito anos), os estados que tiveram mais pontos da série histórica com percentuais acima de 100% foram Mato Grosso do Sul (seis anos) e Amapá (quatro anos).
4. O Distrito Federal manteve os rendimentos brutos médios mensais dos profissionais do magistério com os valores mais elevados do País ao longo do período avaliado. Em 2019, o rendimento médio dos profissionais do magistério do DF foi estimado em R\$ 6.226,60. Já os estados que registraram os menores rendimentos médios mensais em 2019 foram Ceará e Alagoas (R\$ 3.043,07 e R\$ 3.045,74, respectivamente).
5. Os maiores crescimentos reais no rendimento bruto médio mensal dos profissionais do magistério das redes públicas da educação básica entre 2012 e 2019 ocorreram nos estados do Rio Grande do Norte e da Bahia, com avanços estimados em 27,9% e em 24,0%, respectivamente.
6. Ao todo, dez estados registraram perdas reais na remuneração bruta média dos profissionais do magistério entre 2012 e 2019. No entanto, sete deles tiveram acréscimos nos percentuais de seus indicadores no mesmo período, a despeito das médias dos rendimentos terem registrado perdas reais em seu poder de compra ao final do período analisado. Distrito Federal, Espírito Santo e Acre foram as unidades federativas que registraram maior retração na remuneração dos profissionais do magistério, com redução estimada em 17,9%, em 15,4% e em 14,0%, respectivamente.



META

18

.....

ASSEGURAR, NO PRAZO DE 2 (DOIS) ANOS, A EXISTÊNCIA DE PLANOS DE CARREIRA PARA OS(AS) PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA E SUPERIOR PÚBLICA DE TODOS OS SISTEMAS DE ENSINO E, PARA O PLANO DE CARREIRA DOS(AS) PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA, TOMAR COMO REFERÊNCIA O PISO SALARIAL NACIONAL PROFISSIONAL, DEFINIDO EM LEI FEDERAL, NOS TERMOS DO INCISO VIII DO ART. 206 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

.....

PLANOS DE CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA NOS ESTADOS E NO DISTRITO FEDERAL

Indicador 18A – Percentual de unidades federativas que possuem PCR dos profissionais do magistério.

Indicador 18B – Percentual de unidades federativas que preveem o limite máximo de dois terços da carga horária para atividades de interação com os educandos.

Indicador 18C – Percentual de unidades federativas que atendem ao PSNP.

Indicador 18D – Percentual de unidades federativas que possuem PCR dos profissionais da educação que não integram o magistério.

Meta: 100% dos estados e do Distrito Federal com plano de carreira e remuneração dos profissionais do magistério que atende à Lei nº 11.738/2008 de aplicação do limite máximo de dois terços da carga horária para atividades de interação com os educandos e do PSNP.

TABELA 1

EXISTÊNCIA DE PCR PARA A CARREIRA DO MAGISTÉRIO E DOS NÃO DOCENTES, DE LIMITE DE CARGA HORÁRIA PARA O DESEMPENHO DE ATIVIDADES DE INTERAÇÃO COM ALUNOS E DO PISO SALARIAL DO MAGISTÉRIO PÚBLICO, POR UNIDADE FEDERATIVA – BRASIL –2018

(continua)

UF	18A Plano de carreira para o magistério	18B Limite de 2/3 da carga horária para o desempenho das atividades de interação com os educandos	18C Piso salarial da carreira do magistério público está definido em lei estadual	18D Plano de carreira vigente para os profissionais da educação não docentes
Acre	√	√	√	√
Alagoas	√	√	-	√
Amapá	√	√	√	√
Amazonas	√	√	√	√
Bahia	√	√	-	√
Ceará	√	√	√	-
Distrito Federal	√	√	√	√
Espírito Santo	√	√	√	√
Goiás	√	-	-	√
Maranhão	√	√	√	√
Mato Grosso	√	√	√	√
Mato Grosso do Sul	√	√	√	√
Minas Gerais	√	√	√	√
Pará	√	-	√	-
Paraíba	√	√	√	√
Paraná	√	√	-	√
Pernambuco	√	√	√	√

TABELA 1

EXISTÊNCIA DE PCR PARA A CARREIRA DO MAGISTÉRIO E DOS NÃO DOCENTES, DE LIMITE DE CARGA HORÁRIA PARA O DESEMPENHO DE ATIVIDADES DE INTERAÇÃO COM ALUNOS E DO PISO SALARIAL DO MAGISTÉRIO PÚBLICO, POR UNIDADE FEDERATIVA – BRASIL – 2018

(conclusão)

UF	18A Plano de carreira para o magistério	18B Limite de 2/3 da carga horária para o desempenho das atividades de interação com os educandos	18C Piso salarial da carreira do magistério público está definido em lei estadual	18D Plano de carreira vigente para os profissionais da educação não docentes
Piauí	√	√	-	√
Rio de Janeiro	√	-	√	-
Rio Grande do Norte	√	√	√	√
Rio Grande do Sul	√	-	-	√
Rondônia	√	√	√	√
Roraima	√	√	√	-
Santa Catarina	√	√	√	√
São Paulo	√	√	√	√
Sergipe	√	√	-	-
Tocantins	√	√	-	√
Brasil	27	23	19	22
Brasil (%)	100%	85,2%	70,4%	81,5%

Fonte: Elaborada pela Dired/Inep com base em dados da Estadiv/IBGE (2018a).

PLANOS DE CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA NOS MUNICÍPIOS

Indicador 18E – Percentual de municípios que possuem PCR dos profissionais do magistério.

Indicador 18F – Percentual de municípios que preveem limite máximo de dois terços da carga horária para atividades de interação com os educandos.

Indicador 18G – Percentual de municípios que atendem ao PSNP.

Indicador 18H – Percentual de municípios que possuem PCR dos profissionais da educação que não integram o magistério.

Meta: 100% dos municípios com plano de carreira e remuneração dos profissionais do magistério que atenda à Lei nº11.738/2008 de aplicação do limite máximo de dois terços da carga horária para atividades de interação com os educandos e do PSNP.

TABELA 3

PERCENTUAL DE MUNICÍPIOS QUE POSSUEM PCR PARA A CARREIRA DO MAGISTÉRIO E DOS NÃO DOCENTES, DE LIMITE DE CARGA HORÁRIA PARA O DESEMPENHO DE ATIVIDADES DE INTERAÇÃO COM ALUNOS E DO PISO SALARIAL DO MAGISTÉRIO PÚBLICO, POR BRASIL, GRANDE REGIÃO E UNIDADE FEDERATIVA – BRASIL – 2018

(continua)

Brasil/Região/UF	18E Planos de carreira para o magistério	18F Limite de 2/3 da carga horária para o desempenho das atividades de interação com os educandos	18G Piso salarial da carreira do magistério público definido em lei municipal	18H Planos de carreira vigentes para os profissionais da educação não docentes
Brasil	95,7%	74,2%	74,2%	38,8%
Norte	92,0%	75,3%	63,1%	42,9%
Acre	100,0%	81,8%	81,8%	77,3%
Amapá	93,8%	87,5%	87,5%	12,5%
Amazonas	95,2%	74,2%	77,4%	33,9%
Pará	95,1%	68,8%	57,6%	43,8%
Rondônia	96,2%	86,5%	67,3%	59,6%
Roraima	93,3%	93,3%	53,3%	53,3%
Tocantins	84,2%	74,1%	56,1%	36,7%
Nordeste	98,6%	84,1%	76,7%	31,7%
Alagoas	100,0%	85,3%	73,5%	83,3%
Bahia	97,6%	76,5%	68,8%	36,5%
Ceará	100,0%	74,5%	78,8%	15,2%
Maranhão	96,3%	81,6%	71,0%	27,2%
Paraíba	100,0%	90,6%	91,9%	14,8%

TABELA 3

PERCENTUAL DE MUNICÍPIOS QUE POSSUEM PCR PARA A CARREIRA DO MAGISTÉRIO E DOS NÃO DOCENTES, DE LIMITE DE CARGA HORÁRIA PARA O DESEMPENHO DE ATIVIDADES DE INTERAÇÃO COM ALUNOS E DO PISO SALARIAL DO MAGISTÉRIO PÚBLICO, POR BRASIL, GRANDE REGIÃO E UNIDADE FEDERATIVA – BRASIL – 2018

(conclusão)

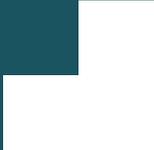
Brasil/Região/UF	18E Planos de carreira para o magistério	18F Limite de 2/3 da carga horária para o desempenho das atividades de interação com os educandos	18G Piso salarial da carreira do magistério público definido em lei municipal	18H Planos de carreira vigentes para os profissionais da educação não docentes
Pernambuco	98,4%	88,1%	85,4%	29,7%
Piauí	98,2%	91,5%	77,2%	36,6%
Rio Grande do Norte	100,0%	89,2%	69,5%	23,4%
Sergipe	98,7%	93,3%	84,0%	46,7%
Sul	99,2%	67,3%	78,1%	41,1%
Paraná	99,7%	75,4%	83,0%	43,6%
Rio Grande do Sul	99,6%	56,1%	73,6%	33,0%
Santa Catarina	97,6%	74,9%	79,0%	51,5%
Sudeste	91,1%	64,4%	70,7%	43,0%
Espírito Santo	98,7%	74,4%	75,6%	65,4%
Minas Gerais	87,0%	59,9%	70,1%	50,3%
Rio de Janeiro	93,5%	44,6%	76,1%	59,8%
São Paulo	95,2%	72,1%	70,2%	28,2%
Centro-Oeste	96,4%	87,8%	77,7%	41,5%
Goiás	94,7%	83,7%	72,8%	22,4%
Mato Grosso	98,6%	92,9%	83,0%	75,9%
Mato Grosso do Sul	97,5%	91,1%	83,5%	39,2%

Fonte: Elaborada pela Dired/Inep com base em dados da Munic/IBGE (2018b).

PRINCIPAIS CONCLUSÕES

1. Dos estados e o Distrito Federal, 100% possuem plano de carreira e remuneração dos profissionais do magistério vigente (Indicador 18A).
2. Das unidades federativas, 85,2% (23) possuem legislação prevendo o limite máximo de dois terços da carga horária dos profissionais do magistério para atividades de interação com os educandos (Indicador 18B).

3. Das UFs, 70,4% (19) cumprem o piso salarial nacional profissional (Indicador 18C) e 63,0% (17) delas atendem simultaneamente aos três quesitos da Meta 18 relativos aos docentes.
4. Das UFs, 81,5% (22) possuem PCR para os profissionais da educação que não integram o magistério (Indicador 18D).
5. Dos vínculos docentes das redes estaduais de ensino, 59,2% são de ocupantes de cargos de provimento efetivo nas respectivas redes.
6. Dos municípios, 95,7% possuem plano de carreira e remuneração dos profissionais do magistério da educação básica (Indicador 18E).
7. Dos municípios, 74,2% (4.134) possuem legislação prevendo o limite máximo de dois terços da carga horária dos profissionais do magistério para atividades de interação com os educandos (Indicador 18F).
8. Dos municípios, 74,2% (4.133) cumprem o piso salarial nacional profissional (Indicador 18G) e 57,7% (3.214) atendem simultaneamente aos três quesitos da Meta 18 relativos aos docentes.
9. Dos municípios, 38,8% (2.162) possuem PCR para os profissionais da educação que não integram o magistério (Indicador 18H).
10. Dos vínculos que as redes municipais estabelecem com os docentes, 70,6% se referem à ocupação de cargos de provimento efetivo nas respectivas redes.



META 19

.....

**ASSEGURAR CONDIÇÕES,
NO PRAZO DE 2 (DOIS) ANOS,
PARA A EFETIVAÇÃO DA GESTÃO
DEMOCRÁTICA DA EDUCAÇÃO,
ASSOCIADA A CRITÉRIOS TÉCNICOS
DE MÉRITO E DESEMPENHO
E À CONSULTA PÚBLICA
À COMUNIDADE ESCOLAR,
NO ÂMBITO DAS ESCOLAS
PÚBLICAS, PREVENDO RECURSOS
E APOIO TÉCNICO DA UNIÃO PARA
TANTO.**

.....

ESCOLAS PÚBLICAS QUE SELECIONAM DIRETORES POR MEIO DE PROCESSO SELETIVO QUALIFICADO E ELEIÇÃO COM PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR

Indicador 19A: Percentual de escolas públicas que selecionam diretores por meio de processo seletivo qualificado e eleição com participação da comunidade escolar.

Meta: 100% dos diretores de escolas públicas selecionados por meio de processo seletivo qualificado e eleição com a participação da comunidade escolar até 2016.

TABELA 1

PERCENTUAL DE ESCOLAS PÚBLICAS POR TIPO DE ACESSO AO CARGO DE DIRETOR, REDES DE ENSINO, POR BRASIL, GRANDE REGIÃO E UNIDADE DA FEDERAÇÃO – BRASIL – 2019

(continua)

Brasil/ Região/UF	Processo seletivo qualificado e eleição			Eleição			Processo seletivo qualificado			Concurso público			Indicação			Outro		
	Federal	Estadual	Municipal	Federal	Estadual	Municipal	Federal	Estadual	Municipal	Federal	Estadual	Municipal	Federal	Estadual	Municipal	Federal	Estadual	Municipal
Brasil	10,69	12,95	4,56	59,83	39,5	13,55	4,05	8,85	6,7	0,29	12,09	7,22	23,7	25,06	66,19	1,45	1,55	1,78
Norte	10	5,39	2,71	60	8,53	8,81	2,5	6,74	5,17	0	0,68	1,16	26,25	74,05	81,53	1,25	4,62	0,63
Rondônia	18,18	10,74	3,5	45,45	21,48	12,92	0	11	4,41	0	1,28	0,46	36,36	50,9	78,12	0	4,6	0,61
Acre	42,86	33,55	36,2	14,29	29,9	21,61	0	9,3	7,55	0	1,99	1,04	42,86	24,58	33,59	0	0,66	0
Amazonas	6,25	0	0,11	62,5	0	0,34	0	0,45	5,15	0	0	0,11	25	99,55	94,01	6,25	0	0,28
Roraima	0	1,23	0	57,14	5,52	0,42	28,57	5,52	2,92	0	0,61	0,42	14,29	82,21	96,25	0	4,91	0
Pará	4,55	1,09	1,26	68,18	8,62	11,13	0	1,2	5,08	0	0,76	1,69	27,27	78,28	80,16	0	10,04	0,67
Amapá	0	3,44	0,94	83,33	2,91	4,08	0	7,67	2,51	0	0	0	16,67	83,6	91,22	0	2,38	1,25
Tocantins	9,09	1,61	5,33	72,73	0,92	3,51	0	22,02	7,02	0	0,69	0,36	18,18	69,95	82,57	0	4,82	1,21
Nordeste	13,22	22,41	3,73	54,63	12,85	6,84	3,52	26,78	7,54	0	0,74	0,36	27,31	35,56	80,13	1,32	1,66	1,41
Maranhão	9,68	18,71	2,88	61,29	16,51	4,04	6,45	11,32	5,82	0	2,19	0,38	22,58	48,85	86,52	0	2,42	0,35
Piauí	4,35	0,3	0,55	78,26	0,15	11,19	0	94,59	2,69	0	0,45	0,22	17,39	4,05	83,95	0	0,45	1,4
Ceará	14,71	96,94	0,43	52,94	0,28	0,06	2,94	1,39	16,68	0	0	0,6	26,47	1,39	79,41	2,94	0	2,82
Rio Grande do Norte	24	9,32	2,36	52	67,46	20,5	8	3,56	2,54	0	0,17	0,47	12	14,75	73,52	4	4,75	0,61
Paraíba	7,69	1,38	0,26	42,31	1,38	4,66	0	23,85	4,15	0	0,61	0,18	46,15	69,27	89,03	3,85	3,52	1,72
Pernambuco	24	40,36	10,15	40	1,89	5,4	4	50,42	10,23	0	0,1	0,28	32	6,6	73,37	0	0,63	0,57
Alagoas	23,53	11,71	5,57	64,71	58,23	13,23	0	21,52	5,22	0	0	0,2	11,76	7,28	75,09	0	1,27	0,7

TABELA 1

PERCENTUAL DE ESCOLAS PÚBLICAS POR TIPO DE ACESSO AO CARGO DE DIRETOR, REDES DE ENSINO, POR BRASIL, GRANDE REGIÃO E UNIDADE DA FEDERAÇÃO – BRASIL – 2019 (conclusão)

Brasil/ Região/JF	Processo seletivo qualificado e eleição			Eleição			Processo seletivo qualificado			Concurso público			Indicação			Outro		
	Federal	Estadual	Municipal	Federal	Estadual	Municipal	Federal	Estadual	Municipal	Federal	Estadual	Municipal	Federal	Estadual	Municipal	Federal	Estadual	Municipal
Sergipe	10	2,8	3,68	60	1,24	6,53	0	50	1,1	0	1,86	0,92	30	43,17	87,67	0	0,93	0,09
Bahia	5,56	3,78	5,12	50	3,78	7,78	5,56	4,21	8,04	0	1,03	0,3	38,89	85,81	76,64	0	1,38	2,12
Sudeste	9,05	2,58	5,3	63,82	42,52	14,24	5,03	5,24	7,27	0,5	31,24	24,6	21,11	17,48	45,37	0,5	0,94	3,22
Minas Gerais	8,75	4,03	4,88	55	92,92	16,9	5	1,01	3,61	0	0,05	0,63	30	1,66	72,07	1,25	0,32	1,92
Espírito Santo	17,39	6,35	6,41	56,52	1,59	27	4,35	58,73	4,82	0	1,13	0,18	21,74	27,44	58,24	0	4,76	3,35
Rio de Janeiro	5,26	1,64	14,11	73,68	93,35	35,76	7,02	1,41	4,12	0	0,23	0,98	14,04	3,05	42,88	0	0,31	2,14
São Paulo	10,26	1,52	1,33	71,79	0,46	0,92	2,56	4,73	11,2	2,56	61,52	52,95	12,82	30,57	29,15	0	1,2	4,46
Sul	8,47	22,74	6,12	61,86	67,09	28,32	3,39	0,59	3,83	0,85	0,02	0,28	22,88	8,47	60,28	2,54	1,09	1,16
Paraná	6,45	11,24	8,24	29,03	77,03	41,07	9,68	1,57	3,43	3,23	0,05	0,1	45,16	10,01	47,12	6,45	0,1	0,04
Santa Catarina	10,53	84,88	4,54	65,79	0,39	10,94	2,63	0,08	4,39	0	0	0,29	21,05	10,13	78,42	0	4,52	1,43
Rio Grande do Sul	8,16	0	4,99	79,59	93,49	27,35	0	0,04	3,86	0	0	0,48	10,2	6,34	61,14	2,04	0,12	2,18
Centro-Oeste	11,76	21,26	7,24	61,76	65,66	35,04	5,88	2,66	8,23	0	0,11	0,3	17,65	9,18	47,96	2,94	1,13	1,23
Mato Grosso do Sul	0	57,53	6,87	50	25,75	26,93	16,67	6,58	6,01	0	0,27	0,54	25	8,22	58,48	8,33	1,64	1,18
Mato Grosso	16,67	0,13	8,03	61,11	98,57	40,29	5,56	0,13	18,5	0	0	0,08	16,67	0,91	31,65	0	0,26	1,45
Goias	11,11	10,63	6,95	62,96	66,93	35,33	3,7	1,29	3,47	0	0	0,33	22,22	19,36	52,78	0	1,79	1,13
Distrito Federal	18,18	41,53	0	72,73	47,86	0	0	5,45	0	0	0,29	0	0	3,98	0	9,09	0,88	0

Fonte: Elaborada pela Direção/Inep com base em dados do Censo da Educação Básica/Inep (2019).

EXISTÊNCIA DE COLEGIADOS INTRAESCOLARES

Indicador 19B: Percentual de existência de colegiados intraescolares (conselho escolar, associação de pais e mestres, grêmio estudantil) nas escolas públicas brasileiras.

TABELA 2

PERCENTUAL DE EXISTÊNCIA DE COLEGIADOS INTRAESCOLARES (CONSELHO ESCOLAR, ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES, GRÊMIO ESTUDANTIL), POR BRASIL, GRANDE REGIÃO, UNIDADE DA FEDERAÇÃO E REDE DE ENSINO – BRASIL-2019

Brasil/Região/UF	Rede federal	Rede estadual	Rede municipal
Brasil	47,92%	55,19%	32,63%
Norte	43,16%	30,85%	18,11%
Acre	38,10%	17,13%	15,72%
Amapá	38,89%	12,43%	11,11%
Amazonas	43,75%	31,51%	17,00%
Pará	34,78%	32,67%	15,98%
Rondônia	50,00%	43,06%	30,64%
Roraima	38,10%	24,04%	21,79%
Tocantins	63,64%	52,62%	37,75%
Nordeste	48,60%	40,90%	26,05%
Alagoas	39,22%	51,83%	25,74%
Bahia	48,65%	34,01%	26,95%
Ceará	40,40%	66,03%	42,16%
Maranhão	54,84%	36,63%	15,87%
Paraíba	39,74%	39,76%	25,62%
Pernambuco	53,85%	39,19%	25,05%
Piauí	48,48%	35,80%	27,59%
Rio Grande do Norte	65,33%	38,25%	25,21%
Sergipe	40,00%	36,41%	27,93%
Sul	51,94%	74,59%	53,41%
Paraná	45,16%	89,36%	59,42%
Rio Grande do Sul	54,00%	64,56%	50,54%
Santa Catarina	54,70%	69,24%	48,82%
Sudeste	47,57%	65,86%	41,04%
Espírito Santo	46,38%	32,27%	27,96%
Minas Gerais	46,15%	29,69%	21,20%
Rio de Janeiro	49,43%	65,04%	37,87%
São Paulo	48,33%	93,71%	58,67%
Centro-Oeste	44,95%	40,37%	33,17%
Distrito Federal	50,00%	47,45%	-
Goiás	44,87%	27,25%	29,73%
Mato Grosso	42,11%	35,24%	29,71%
Mato Grosso do Sul	45,45%	74,38%	47,13%

Fonte: Elaborada pela Diretd/Inep com base em dados do Censo da Educação Básica/Inep (2019).

EXISTÊNCIA DE COLEGIADOS EXTRAESCOLARES

Indicador 19C: Percentual de existência de colegiados extraescolares (Conselho Estadual de Educação, Conselhos de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb, Conselhos de Alimentação Escolar e Fórum Permanente de Educação) nas unidades federativas.

Indicador 19D: Percentual de oferta de infraestrutura e capacitação aos membros dos Conselhos Estaduais de Educação, Conselhos de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb e Conselhos de Alimentação Escolar pelas unidades federativas.

TABELA 3

PERCENTUAL DE EXISTÊNCIA DE COLEGIADOS EXTRAESCOLARES (FÓRUMS PERMANENTES DE EDUCAÇÃO, CONSELHOS ESTADUAIS DE EDUCAÇÃO, CONSELHOS DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDEB E CONSELHOS DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR), COM OFERTA DE INFRAESTRUTURA E FORMAÇÃO AOS CONSELHEIROS, POR BRASIL, GRANDE REGIÃO E UNIDADE DA FEDERAÇÃO – BRASIL – 2018

(continua)

Brasil/Região/UF	Indicador 19C	Indicador 19D
Brasil	100,00%	79,01%
Norte	100,00%	95,24%
Acre	100,00%	83,33%
Amapá	100,00%	100,00%
Amazonas	100,00%	83,33%
Pará	100,00%	100,00%
Rondônia	100,00%	100,00%
Roraima	100,00%	100,00%
Tocantins	100,00%	100,00%
Nordeste	100,00%	70,37%
Alagoas	100,00%	66,67%
Bahia	100,00%	100,00%
Ceará	100,00%	50,00%
Maranhão	100,00%	100,00%
Paraíba	100,00%	50,00%
Pernambuco	100,00%	50,00%
Piauí	100,00%	50,00%
Rio Grande do Norte	100,00%	66,67%
Sergipe	100,00%	100,00%
Sudeste	100,00%	75,00%
Espírito Santo	100,00%	66,67%
Minas Gerais	100,00%	100,00%

TABELA 3

PERCENTUAL DE EXISTÊNCIA DE COLEGIADOS EXTRAESCOLARES (FÓRUNS PERMANENTES DE EDUCAÇÃO, CONSELHOS ESTADUAIS DE EDUCAÇÃO, CONSELHOS DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDEB E CONSELHOS DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR), COM OFERTA DE INFRAESTRUTURA E FORMAÇÃO AOS CONSELHEIROS, POR BRASIL, GRANDE REGIÃO E UNIDADE DA FEDERAÇÃO – BRASIL – 2018

(conclusão)

Brasil/Região/UF	Indicador 19C	Indicador 19D
Rio de Janeiro	100,00%	66,67%
São Paulo	100,00%	66,67%
Sul	100,00%	66,67%
Paraná	100,00%	83,33%
Rio Grande do Sul	100,00%	50,00%
Santa Catarina	100,00%	66,67%
Centro-Oeste	100,00%	83,33%
Distrito Federal	100,00%	100,00%
Goiás	100,00%	100,00%
Mato Grosso	100,00%	66,67%
Mato Grosso do Sul	100,00%	66,67%

Fonte: Elaborada pela Dired/Inep com base em dados da Estadiv/IBGE (2018a).

Indicador 19E: Percentual de existência de colegiados extraescolares (Conselho Municipal de Educação, Conselhos de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb, Conselhos de Alimentação Escolar e Fórum Permanente de Educação) nos municípios.

Indicador 19F: Percentual de oferta de infraestrutura e capacitação aos membros de Conselho Municipal de Educação, Conselhos de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb e Conselhos de Alimentação Escolar nos municípios.

TABELA 4

PERCENTUAL DE EXISTÊNCIA DE COLEGIADOS EXTRAESCOLARES (CONSELHOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO, CONSELHOS DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDEB, CONSELHOS DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR E FÓRUNS PERMANENTES DE EDUCAÇÃO) COM OFERTA DE INFRAESTRUTURA E FORMAÇÃO AOS CONSELHEIROS NOS MUNICÍPIOS, POR BRASIL, GRANDE REGIÃO E UNIDADE DA FEDERAÇÃO – BRASIL – 2018

(continua)

Brasil/Região/UF	Indicador 19E	Indicador 19F
Brasil	83,89%	60,39%
Norte	83,17%	57,15%
Acre	77,27%	46,21%
Amapá	81,25%	57,29%
Amazonas	81,85%	48,39%

TABELA 4

PERCENTUAL DE EXISTÊNCIA DE COLEGIADOS EXTRAESCOLARES (CONSELHOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO, CONSELHOS DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDEB, CONSELHOS DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR E FÓRUMS PERMANENTES DE EDUCAÇÃO) COM OFERTA DE INFRAESTRUTURA E FORMAÇÃO AOS CONSELHEIROS NOS MUNICÍPIOS, POR BRASIL, GRANDE REGIÃO E UNIDADE DA FEDERAÇÃO – BRASIL –2018

(conclusão)

Brasil/Região/UF	Indicador 19E	Indicador 19F
Pará	82,47%	62,96%
Rondônia	75,96%	57,37%
Roraima	66,67%	53,33%
Tocantins	90,11%	57,07%
Nordeste	86,67%	62,34%
Alagoas	83,82%	65,20%
Bahia	88,37%	70,34%
Ceará	78,26%	56,88%
Maranhão	87,96%	64,89%
Paraíba	87,78%	62,86%
Pernambuco	87,43%	59,37%
Piauí	86,83%	53,20%
Rio Grande do Norte	84,58%	55,89%
Sergipe	97,00%	67,33%
Sudeste	79,89%	59,09%
Espírito Santo	93,27%	66,03%
Minas Gerais	76,47%	55,65%
Rio de Janeiro	86,68%	74,64%
São Paulo	81,82%	60,59%
Sul	88,20%	63,63%
Paraná	78,95%	54,47%
Rio Grande do Sul	95,32%	69,35%
Santa Catarina	88,73%	66,38%
Centro-Oeste	77,20%	52,46%
Distrito Federal	66,67%	100,00%
Goiás	78,16%	50,34%
Mato Grosso	79,08%	60,17%
Mato Grosso do Sul	70,57%	44,73%

Fonte: Elaborada pela Direção/Inep com base em dados daMunic/IBGE (2018b).

PRINCIPAIS CONCLUSÕES

1. Dos diretores das escolas públicas do País, 6,58% foram selecionados por meio de processo seletivo qualificado e eleição com a participação da comunidade escolar.
2. Estão presentes nas escolas públicas do País 37,60% dos grêmios estudantis, conselhos escolares e associações de pais e mestres.
3. Todas as unidades federativas (100%) possuem Fóruns Permanentes de Educação, Conselhos Estaduais de Educação, Conselhos de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb e Conselhos de Alimentação Escolar.
4. Dos conselhos estaduais, 79,01% possuem infraestrutura para seu funcionamento e capacitação para seus conselheiros.
5. Existem nos municípios 83,89% dos Conselhos Municipais de Educação, Conselhos de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb e Conselhos de Alimentação Escolar.
6. Possuem infraestrutura para seu funcionamento e oferecem capacitação para seus conselheiros 60,39% dos conselhos municipais.



META 20

.....

AMPLIAR O INVESTIMENTO PÚBLICO EM EDUCAÇÃO PÚBLICA DE FORMA A ATINGIR, NO MÍNIMO, O PATAMAR DE 7% (SETE POR CENTO) DO PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) DO PAÍS NO 5º (QUINTO) ANO DE VIGÊNCIA DESTA LEI E, NO MÍNIMO, O EQUIVALENTE A 10% (DEZ POR CENTO) DO PIB AO FINAL DO DECÊNIO.

.....

GASTO PÚBLICO EM EDUCAÇÃO E EM EDUCAÇÃO PÚBLICA EM PROPORÇÃO AO PIB

Indicador 20A: Gasto público em educação pública em proporção ao PIB.

Indicador 20B: Gasto público em educação em proporção ao PIB.

Meta: Gasto público em educação pública de 7% do PIB até 2019 e 10% do PIB até 2024.

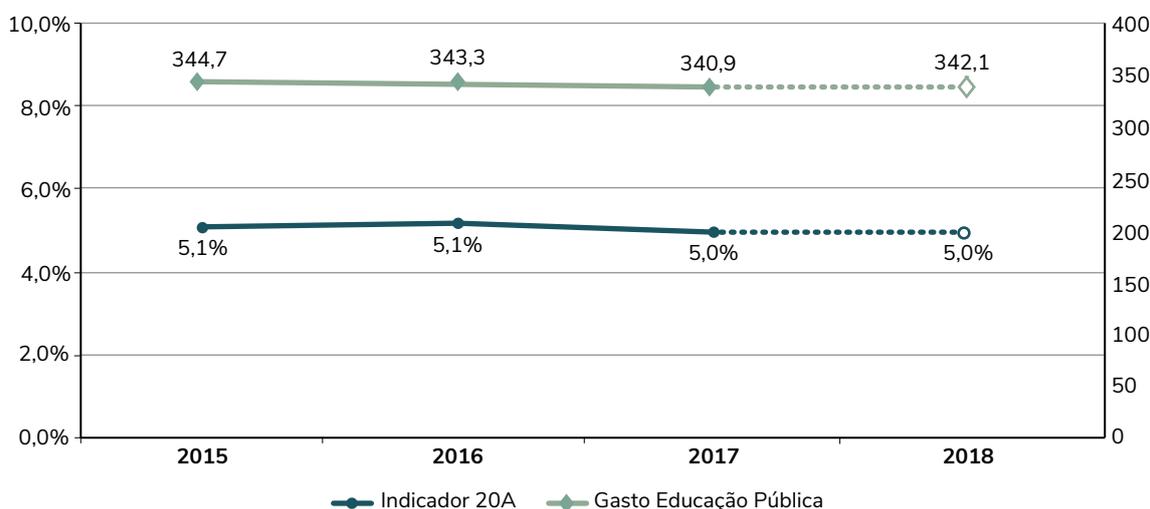


GRÁFICO 2

GASTOS PÚBLICOS EM EDUCAÇÃO PÚBLICA (EM R\$ BILHÕES) E INDICADOR 20A (EM % DO PIB) BRASIL – 2015-2018

Fonte: Elaborado pela Dired/Inep a partir dos dados de gasto público em educação pública apresentados na Tabela 7 do Relatório do 3º ciclo de Monitoramento das metas do PNE [Meta 20] e com base em dados do PIB 2015-2018 – IBGE.

Nota: Valores de gasto público foram corrigidos pela variação do IPCA/IBGE a preços de dezembro/2018.

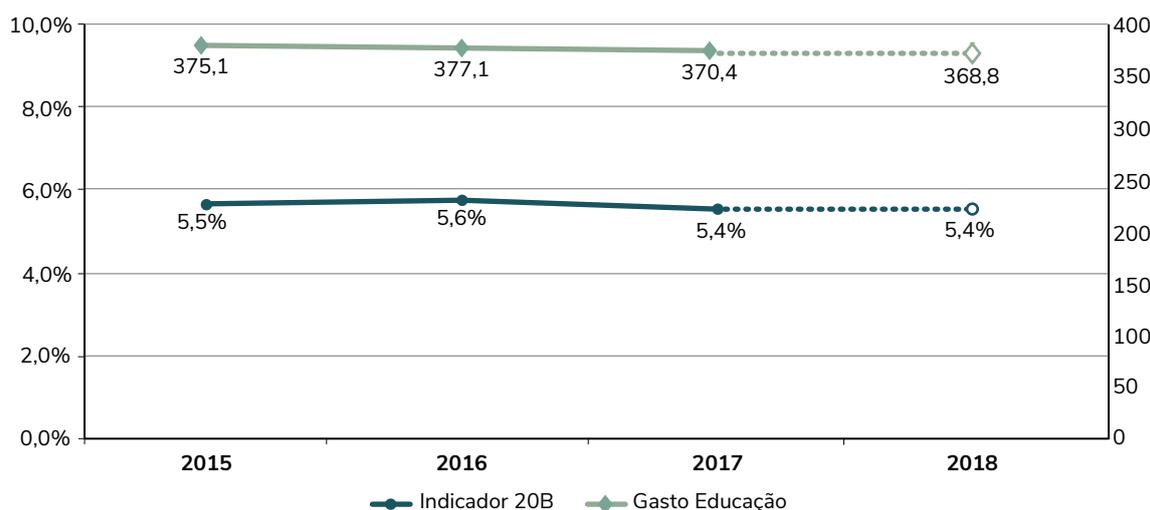


GRÁFICO 3

GASTOS PÚBLICOS EM EDUCAÇÃO (EM R\$ BILHÕES) E INDICADOR 20B (EM % DO PIB) BRASIL – 2015-2018

Fonte: Elaborado pela Dired/Inep a partir dos dados de gasto público em educação pública apresentados na Tabela 7 do Relatório do 3º ciclo de Monitoramento das metas do PNE [Meta 20] e com base em dados do PIB 2015-2018 – IBGE.

Nota: Valores de gasto público foram corrigidos pela variação do IPCA/IBGE a preços de dezembro/2018.

PRINCIPAIS CONCLUSÕES

1. O Indicador 20A – Gasto público em educação pública em proporção ao PIB – apresentou pequena queda no período analisado (5,1% em 2015 e 2016 e redução para 5,0% em 2017 e no resultado preliminar para 2018).
2. No período de 2015 a 2017, houve redução do gasto público em educação pública, passando de R\$ 344,7 bilhões em 2015 para R\$ 340,9 bilhões em 2017. Essa queda real de 1,1% do gasto em um contexto de estagnação do PIB, explica a pequena queda do Indicador 20A.
3. O Indicador 20B – Gasto público em educação em proporção ao PIB – foi de 5,5% em 2015, apresentou pequeno aumento em 2016 (5,6%) e redução para 5,4% nos anos seguintes.
4. Os gastos públicos em educação aumentaram de R\$ 375,1 bilhões em 2015 para R\$ 377,1 bilhões em 2016, mas depois apresentaram queda nos dois anos seguintes, chegando a R\$ 368,8 bilhões em 2018. De 2015 a 2017, a queda real foi de 1,2%. Mais uma vez, essa pequena queda, aliada ao resultado do PIB, explica o resultado do Indicador 20B.
5. Os entes federados com maior participação no total de gastos públicos em educação foram os governos municipais e com tendência de aumento, passando de 37,5%, em 2015, para 38,4%, em 2017. Os estados e o Distrito Federal mantiveram sua participação próxima a 30%, tendo em vista que passaram de uma participação de 31,6%, em 2015, para 29,9%, em 2017. O governo federal, que tem uma maior participação nos gastos privados, aumentou sua participação de 28,4%, em 2015, para a faixa de 29,5%, em 2017. Os gastos de receitas parafiscais apresentaram pequena queda no período de 2015 a 2017, passando de 2,5% para 2,2%.
6. Considerando que a meta definida pelo PNE é de ampliação do investimento público em educação pública, atingindo 7% do PIB até 2019 e 10% do PIB até 2024, os resultados observados de relativa estagnação dos gastos em torno de 5% e 5,5% do PIB, com indicativo de pequena queda, indicam grande desafio para o atingimento das metas intermediária e final.

REFERÊNCIAS

Brasil. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação – 2020*. – Brasília, DF: Inep, 2020.



CC BY-NC

VENDA PROIBIDA